

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BRUNO ANDRADE TEIXEIRA

Apto para a Banca,
em 22 de fevereiro de 2022.



**A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA: DA DEMANDA
INICIAL AO STATUS ATUAL (1958 - 2021)**

**SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2022**

BRUNO ANDRADE TEIXEIRA

**A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA: DA DEMANDA
INICIAL AO STATUS ATUAL (1958 - 2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Kamilla Raquel Rizzi

**SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

Teixeira, Bruno Andrade

A política exterior brasileira para a Antártida: da demanda inicial ao status atual (1958-2021). / Bruno Andrade Teixeira.

132 p.

T266p Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.

"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. Política Externa Brasileira. 2. Antártida. 3. Paradigmas da Política Exterior do Brasil. 4. Meio ambiente. 5. Relações Internacionais. I. Título.

BRUNO ANDRADE TEIXEIRA

**A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA: DA DEMANDA
INICIAL AO STATUS ATUAL (1958 - 2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de março de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Balardim
(UNIPAMPA)

Prof. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schütz
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho àquela que sempre me apoiou e me entregou um amor inconcebível: minha rainha, minha mãe, minha companheira, Veronisa Virginia da Silva Andrade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer aos meu pai João Inácio Machado Teixeira, seu apoio, sua preocupação com meu bem-estar, seu amor e seus ensinamentos são essenciais para a minha trajetória como ser-humano. Um homem que mesmo tendo que largar cedo os estudos, acredita na veemente no papel educação na vida de uma pessoa. Gostaria também de agradecer a minha mãe Veronisa Virigina da Silva Andrade, uma mulher que me é fonte de inspiração todos os dias, o ser mais gentil que conheço, obrigado por me apoiar em todos os pontos da minha vida. Meu amor por vocês é infinito, obrigado por tanto.

À minha irmã Lidiane por ser uma pessoa tão doce, que me entende, que me apoia, que sempre foi minha companheira e amiga. Te amo.

Aos meus irmãos Elisandra, Gilvan, Marcio e Gabriel, os quais de diversas maneiras, mesmo que diante de tantas diferenças, me ajudaram de diferentes formas nessa caminhada. Aos meus cunhados e cunhadas, Tarciso, Vanessa, Daiane, Luison por toda ajuda nesse percurso. Também aos meus afilhados Eduardo e Gustavo por deixarem minha vida mais leve.

Ao meu namorado Jordy, por todo apoio, companheirismo e amor. Nossas conversas sobre RI – e tantos outros assuntos - são sempre muito valorosas. Obrigado por enriquecer tanto a minha vida. Te amo!

Às minhas amigas e companheiras de estudo (e rolê) do The House of Carol Ademir (THCA), Ana, Anna, Júlia, Juliana, Manoela, Marcela, sem vocês a minha trajetória na graduação não teria sentido. Obrigado por todos os momentos e apoio nessa jornada. Amo vocês e podem contar sempre comigo.

Aos tantos outros amigos e amigas: Ju Assis, obrigado por fazer parte da minha vida; aos meus amigos Lara, Vitória e Patryc, vocês mesmo de longe me apoiaram e foram a base do que sou hoje.

À Prof. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi por aceitar ser minha orientadora e ser fonte de inspiração para a profissão que almejo. Suas disciplinas foram incríveis e originaram a proposta de pesquisa deste TCC.

Aos professores do curso de Relações Internacionais (Anna, Rafael Balardin, Fábio, Rafael Schmidt, Renatho, Fernando, Flávio, Nathaly, Margarete e Lucélia) por todo o conhecimento, debates e conversas ao longo destes anos de graduação.

A todos os colegas e amigos da turma de Relações Internacionais de 2017 e de 2018. Os bons debates, risadas, estudos e projetos conjuntos foram incríveis neste ciclo. Desejo toda felicidade e sorte do mundo para vocês.

Às servidoras e aos servidores da UNIPAMPA, em especial à Mari, à Sasha, ao Alan e à Ruth pelo empenho, dedicação e compreensão, vocês foram muito importantes neste ciclo. Obrigado por tanto.

Por fim, à Universidade Federal do Pampa, pela educação gratuita, pública e de qualidade, a qual me proporcionou muitas aprendizagens, reflexões, amizades, oportunidades, autoconhecimento e vivência. Esta instituição e todas as vivências ficarão para sempre guardadas com carinho no meu coração.

As regiões polares do nosso planeta podem parecer além do alcance para muitos, mas podem ser influenciadas por nós.

David Attenborough em *Our Planet – Worlds Frozen*.

RESUMO

A presente pesquisa refere-se à Política Exterior Brasileira para a Antártida, desde 1958 a 2021, do governo de Juscelino Kubitschek ao mandato de Jair Bolsonaro, a partir de uma análise sobre a relação entre os Paradigmas da Política Exterior do Brasil e o continente antártico. A partir disto questiona-se como a Política Externa Brasileira têm se direcionado para a Antártida, desde 1958 à atualidade? Com efeito, são levantadas as seguintes hipóteses: a) a Política Externa do Brasil para a Antártida tem sido historicamente consolidada a partir da premissa da presença científica e do respeito ao Tratado e seus protocolos. Além do mais, b) tal política pública tem identificado que as rotas até o continente gelado são importantes para o comércio internacional do país, que passam pelo Atlântico Sul, tornando-se uma questão de segurança nacional. Desta maneira, como objetivos buscou-se identificar a Política Externa Brasileira para a Antártida diante dos Paradigmas da Política Exterior do Brasil; descrever os antecedentes e a relevância do Tratado da Antártida no Sistema Internacional; analisar a política externa para a Antártida no âmbito do paradigma desenvolvimentista, evidenciando autores pioneiros sobre o tema antártico no Brasil; analisar a Antártida dentro da Política Externa Brasileira no paradigma normal; e analisar a Antártida dentro do paradigma logístico na Política Exterior do Brasil. Metodologicamente, a pesquisa segue o método hipotético-dedutivo, apresentando uma abordagem qualitativa e descritivo-explicativa. Nas considerações finais é apontado a complexidade do Tratado, bem como sua incerteza para o futuro. Sobre o Brasil, conclui-se que no histórico da Política Externa para a Antártida há um acumulado histórico com continuidades e rupturas, com menor ou maior grau, acerca de perspectivas ora como o proveito de recursos naturais, ora como via de prestígio na inserção internacional, ou como defensor ambiental ou ainda dentro de uma perspectiva de segurança e defesa nacional, sendo que muitas vezes estes aspectos se complementam. Entre todos os paradigmas tem-se duas coisas em comum: o regionalismo para a Antártida, que prioriza a cooperação antártica com países sul-americanos; e o instável investimento, que prejudica a continuidade das ações do país para o continente, bem como dificulta uma boa inserção do país no Sistema do Tratado da Antártida.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Antártida; Paradigmas da Política Exterior do Brasil; Meio ambiente; Relações Internacionais.

ABSTRACT

The present research refers to the Brazilian Foreign Policy for Antarctica, from 1958 to 2021, from the government of Juscelino Kubitschek to the term of Jair Bolsonaro, based on an analysis of the relationship between the Paradigms of Foreign Policy in Brazil and the Antarctic continent. . From this, it is questioned how the Brazilian Foreign Policy has been directed to Antarctica, from 1958 to the present? Indeed, the following hypotheses are raised: a) Brazil's Foreign Policy Antarctica has been historically consolidated from the premise of proven presence and respect for the Treaty and protocols. Furthermore, b) such public policy has identified that as the most important routes the icy continent are for the country's commerce, which pass through the South Atlantic, even the international if a matter of national security. In this way, as objectives we sought to identify the Brazilian Foreign Policy for Antarctica in the light of the Paradigms of Brazilian Foreign Policy; to describe the antecedents and to make the Treaty of Antarctica in the International System; to analyze the foreign policy for Antarctica within the scope of the developmental paradigm, highlighting pioneering authors on the Antarctic theme in Brazil; analyze Antarctica within Brazilian Foreign Policy in the normal paradigm; and analyze Antarctica within the logistical paradigm in Brazil's Foreign Policy. Methodologically, the research follows the hypothetical-deductive method, presenting a qualitative and descriptive-explanatory approach. In the final considerations, the complexity of the Treaty is pointed out, as well as its uncertainty for the future. Regarding Brazil, it is concluded that there is no Foreign Policy for the history accumulated with historical continuity and ruptures, to a lesser or greater degree, of perspectives or as the use of natural resources, or as a means of prestige in international insertion, or as a defender environmental or even within a perspective of security and national defense, and these aspects often complement each other. Among all the paradigms there are two things in common: regionalism for Antarctica, which prioritizes Antarctic cooperation with South American countries; and the unstable investment, which jeopardizes the continuity of the country's actions for the continent, as well as hinders a good insertion of the country in the Antarctic Treaty System.

Keywords: Brazilian foreign policy; Antarctica; Paradigms of Brazilian Foreign Policy; Environment; International Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reivindicações territoriais sobre o território antártico.....	26
Figura 2 – Representação da Teoria da Defrontação.....	42
Figura 3 – Posicionamento geoestratégico do continente antártico	100
Figura 4 – Atual Estação Antártica Comandante Ferraz	107
Figura 5 – Recursos financeiros alocados no PROANTAR (1983-2005).....	110
Figura 6 – Recursos financeiros alocados no PROANTAR (2008-2017) em R\$ milhões....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo da Política Antártica Brasileira durante o Paradigma Desenvolvimentista	67
Tabela 2 – Resumo da Política Antártica Brasileira durante o Paradigma Normal	85
Tabela 3 – Resumo da Política Antártica Brasileira durante o paradigma Logístico.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS

AGI – Ano Geofísico Internacional
AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
ATCMs – Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica
CCAS – Convenção para Conservação das Focas Antárticas
CIRM – Comissão Interministerial para Recursos do Mar
CONANTAR – Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
CRAMRA – Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
EACF – Estação Almirante Comandante Ferraz
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK – Juscelino Kubistchek
LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Operação Pan-Americana
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB – Produto Interno Bruto
POLANTAR – Política Nacional para Assuntos Antárticos
PND – Política Nacional de Defesa
PROANTAR – Programa Antártico Brasileiro
PROSUL – Foro para o Progresso da América do Sul
RAPAL – Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos
SCAR – Scientific Committee on Antarctic Research

STA – Sistema do Tratado da Antártida

SECIRM – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

SI – Sistema Internacional

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O TRATADO DA ANTÁRTIDA E SEUS ANTECEDENTES.....	23
2.1 O Tratado da Antártida, seus artigos e a adição de novas normas para o Continente	31
3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA DIANTE DO PARADIGMA NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA	37
3.1 Conceituando Política Externa	37
3.2 A Política Externa Brasileira para a Antártida durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart (1956-1964)	39
3.3 A Política Externa para a Antártida durante o regime militar brasileiro (1964-1985)	45
3.4 A Política Externa Brasileira para a Antártida na redemocratização: a diplomacia de José Sarney (1985-1990).....	59
4. A Política Externa Brasileira para a Antártida durante o Paradigma Normal	70
4.1 A Política Externa dos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para o Continente Austral	71
5. A Política Externa Brasileira para a Antártida diante do Paradigma Logístico.....	87
5.1 A Política Externa dos governos de Luís Inácio da Silva (1990-1992), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2021) para a Antártica.....	88
5.2 Histórico do Orçamento Nacional Destinado à Ciência Antártica	109
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
7. REFERÊNCIAS	121

1. INTRODUÇÃO

A Antártida (ou Antártica) situada a partir de 60 graus de latitude sul, conforme determina o Tratado da Antártida, é um continente com uma área de 13.661.000 km², com uma manta de gelo de 14 milhões de km², tendo, desta forma, cerca de 99% da sua área coberta de gelo. Além disso, o continente gelado detém 70% da água doce do planeta em sua camada de gelo. O Continente é também o mais seco da Terra, com uma precipitação média de 150 mm por ano (número parecido com o do Deserto do Saara), além de ser o mais alto, com uma altitude média de 2.160 metros, cujo seu ponto mais alto está localizado no Maciço Vinson, com 4.897 metros de altitude. No que se refere às temperaturas, no verão, as temperaturas dificilmente ultrapassam -20 ° C, enquanto no inverno as temperaturas médias mensais caem abaixo de -60°C (SCAR, 2020; COMNAP, 2021). Outra questão importante é a estimativa que a Antártida contenha uma grande quantidade de recursos minerais, como petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros (MATTOS, 2014).

No que se refere à história do continente, resumidamente, no século XIX, mesmo que ainda não se tivesse todas estas informações, a Antártida já era cobiçada por alguns Estados, sendo seu primeiro explorador Fabian Gottlieb von Bellinghausen, o qual era comandante de um navio russo. Essa e outras explorações começaram a acontecer principalmente por causa da exploração de mamíferos marinhos, inclusive com a extração do óleo de baleia, utilizado como fonte de energia (MATTOS, 2014). A partir disto, houve um aumento do interesse econômico na região, governos começaram a declarar prestígio estatal sobre as expedições e logo surgiram reclamações sobre a soberania da Antártida, sendo que entre 1908 e 1940, sete países (Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Reino Unido e Nova Zelândia) já haviam reclamado a soberania por partes do território antártico (TREVISAN, 1998; FERREIRA, 2009). No início e meio do século XX, então, o assunto foi largamente debatido, como no Segundo Ano Polar (1932-1933), quando se aumentou o interesse na região, inclusive científico, além dos interesses de alguns governos em instalar bases de observação no continente. Já no final da década de 1950, aconteceu o Ano Geofísico Internacional (AGI), quando se discutiram assuntos relacionados às pesquisas científicas sobre a Terra – vale ressaltar que nesse momento doze países já haviam instalado estações científicas no continente antártico (TREVISAN, 1998; FERREIRA, 2009).

Neste período em meio a Guerra Fria, diversas foram as tentativas unilaterais e multilaterais de como tratar a questão antártica, desde a divisão territorial do continente até a possível gestão supranacional com supervisão das Nações Unidas. Até que com a iniciativa

norte-americana – a qual tinha medo de uma possessão soviética – foi elaborado um convite para os dozes países que haviam bases científicas no continente, com o objetivo de realizar uma conferência em Washington a fim de criar um regime internacional para a Antártida (FERREIRA, 2009). Desta maneira, em outubro de 1959, a Conferência de Washington foi realizada, e desta resultou o Tratado da Antártida, que entrou em vigor em 1961 e até hoje é o que rege o *modus vivendi* do Sistema Antártico. O recém criado Tratado da Antártida contava com um total de quatorze artigos, tendo como principais temas a liberdade de pesquisa científica, o uso da região para fins pacíficos e a não exigência por parte do Tratado da renúncia ou reconhecimento de qualquer reivindicação territorial (BRASIL, 1975).

O Brasil, visto que ainda não havia mandado expedições ao continente nem feito pesquisas na região, não foi convidado pelos EUA para participar da Conferência de Washington. Tal atitude norte-americana levou o Brasil, em 1958, a enviar uma nota diplomática criticando o critério para o convite, declarando que o país não estaria obrigado a acatar nenhuma deliberação sem sua presença, além de se sentir no direito de ter livre acesso à Antártida ou apresentar alguma reivindicação quando julgasse necessário, mostrando então seu primeiro real interesse sobre a região (FERREIRA, 2009). Vale ressaltar que nesse período, em 1956, Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho já escreviam sobre a geopolítica da Antártida, apresentando a Teoria da Defrontação, a qual idealizaria ao Brasil o direito de ter uma parcela de território do Continente Gelado (IBGE, 2009).

Na década de 1970, o Brasil começou a prestar mais atenção no tema antártico. Em maio de 1975, o Brasil comunicou os EUA sua decisão em aderir ao Tratado, sendo ratificado no país em julho do mesmo ano (IPEA, 2018). Ademais, entre a década de 1970 e a década de 1980 diversos programas e entidades brasileiras foram criadas para lidar com o tema antártico, como a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Em 1982, o Brasil adquiriu para a Marinha, a qual é responsável pela logística das ações na Antártica, o navio de apoio oceanográfico “Barão de Teffé”, a partir disto, com o novo navio, foram enviadas expedições científicas até o continente, além de instalar a Estação Antártica Comandante Ferraz, o que garantiu ao Brasil a posição de membro consultivo do Tratado Antártico (FERREIRA, 2009; BRASIL, 2012a; IPEA, 2018). A partir disto, o país participou plenamente das reuniões do Tratado, aderindo à protocolos e acordos, além de em 2012 incluir a Antártida como parte do Entorno Estratégico Brasileiro na Política Nacional de Defesa, colocando em evidência questões de segurança na região, como a

presença de potências externas, recursos naturais da região e a influência climática da Antártida ao ambiente brasileiro (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b; BRASIL, 2020a).

Desta maneira, este trabalho buscará analisar os paradigmas da Política Externa Brasileira para Antártida ao longo da história. Será abordado a Política Externa Brasileira para o Continente Austral desde a elaboração do Tratado Antártico, quando o Brasil estava sob o governo de Juscelino Kubitschek até os anos mais atuais, abrangendo a reinauguração da Estação Antártica Comandante Ferraz, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro.

Assim, a partir da análise paradigmática de Cervo busca-se entender a conduta dos governos para determinada região, levando em conta os interesses nacionais, de modo a elaborar estratégias de decisão e inserção (CERVO, 2003). Para tanto, será pesquisado o histórico da Política Externa do Brasil para a Antártida, suas ações, seus motivos e seus interesses na região, desde o governo de Juscelino Kubitschek até os dias atuais, no governo de Jair Bolsonaro.

Assim, esta pesquisa justifica-se por um leque de motivos, sendo o primeiro o fato de o Continente Antártico estar inserido em um dos maiores tratados do mundo: o Tratado Antártico, cujas conversações iniciaram-se, a partir de uma série de Estados interessados no continente, no Conselho de Administração das Nações Unidas, em julho de 1947, quando se debateu a internacionalização do continente (VILLA, 2004). Essas conversações sobre o futuro do continente ficaram ainda mais intensas a partir do Ano Geofísico Internacional, em 1957-1958 (VILLA, 2004). Tal Tratado foi elaborado em plena Guerra Fria, que mesmo diante de divergências entre blocos ideológicos e diversos países com interesse na região, entrou em vigor em 1961. Esta perspectiva revela o quão importante é o Continente para a preservação do ambiente global e o quão relevante é seu papel na geopolítica mundial.

Entretanto, vale ressaltar que o Tratado da Antártida tem alguns pontos que ainda deixam em aberto o futuro do continente. O artigo IV, por exemplo, aponta que nada presente no Tratado será utilizado ou interpretado como renúncia a direitos previamente invocados ou a pretensão de soberania territorial na Antártida anteriores ao Tratado; ou ainda, que nenhum país poderá proclamar ou apoiar nenhuma reivindicação enquanto o Tratado estiver em vigor (BRASIL, 1975). Já o artigo XII prevê que o Tratado pode ser modificado ou emendado em qualquer tempo, desde que por acordo unânime (BRASIL, 1975). Outro dado é que o Protocolo de Madri, estipulado em 1991 e vigorado em 1998, passa proteger o meio ambiente do Continente Gelado, livrando-o inclusive de exploração mineral por 50 anos, ou seja, até 2048 (BRASIL, 1998).

Diante destes pontos é possível perceber que mesmo que o Tratado atualmente vise a cooperação – principalmente científica –, e que há uma série de artigos que proíbam a exploração ou a militarização do local, ele deixa brechas de possíveis instabilidades do Tratado, como o artigo IV que não garante renúncias por parte dos membros e o artigo XII que prevê a possibilidade de alteração do Tratado. Outro fator de possível preocupação é a renovação ou não do Protocolo de Madri, o qual será discutido em 2048, levantando novamente a questão sobre a exploração do continente. Outrossim, a vizinha Argentina, uma das pioneiras a reivindicar soberania sobre uma área da Antártida, recentemente, em 2020, após aprovação da ampliação da sua plataforma continental pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, colocou a Antártida como território em mapas que foram distribuídos em escolas (GONZÁLEZ, 2020). O ocorrido nos permite no mínimo questionar o impacto deste feito sobre o Tratado Antártico e seus membros.

Desta maneira, seria necessário que o Brasil estivesse a par de todas e quaisquer discussões relacionadas ao Continente, levando em conta o interesse nacional no seu entorno estratégico e os rumos da política internacional para a Antártida. Para isto, o presente trabalho torna-se relevante para a compreensão histórica da relação do país com o continente, por razões científicas, geopolíticas e econômicas.

Enfim, o continente antártico é de importância geoestratégica para o Brasil. Na questão ambiental, o Continente Austral propicia ventos e correntes marítimas que trazem recursos vivos, nutrientes e oxigênio para o litoral do país, refletindo na disponibilidade de pescado na costa sul do Brasil (BRASIL, 2012a). Outro fator é a posição geográfica da Antártida, o continente está localizado em uma posição altamente interligada com diferentes oceanos, Índico, Pacífico e Atlântico Sul, abrangendo duas importantes rotas de navegação e comércio: o Estreito de Drake e a Rota do Cabo, os quais servem de rota inclusive para potências extrarregionais (CASTRO, 1984). Tais rotas de navegação estão sobre a área marítima brasileira, onde estão localizadas reservas de energia (como o pré-sal) e que são importantes para a economia e a segurança do país (BRASIL, 2012a). Para tanto, compreender a política externa brasileira para a Antártida permitirá também perceber e traçar objetivos, sensibilidades e visualizar a importância do Continente Austral para o Brasil.

A partir desta apresentação e justificativa, questiona-se: Como a Política Externa Brasileira têm se direcionado para a Antártida, desde 1958 à atualidade? Com efeito, são levantadas as seguintes hipóteses: a) a Política Externa do Brasil para a Antártida tem sido historicamente consolidada a partir da premissa da presença científica e do respeito ao Tratado

e seus protocolos. Além do mais, b) tal política pública tem identificado que as rotas até o continente gelado são importantes para o comércio internacional do país, que passam pelo Atlântico Sul, tornando-se uma questão de segurança nacional. Por fim, c) a Política Externa para a Antártida segue as ações dos paradigmas ao longo da história do país. Complementando, o objetivo geral deste trabalho é identificar a política exterior do Brasil para a Antártida de 1958 à atualidade (2021), enquanto os objetivos específicos são: a) descrever os antecedentes e a relevância do Tratado da Antártida no Sistema Internacional; b) analisar a política externa para a Antártida no âmbito do paradigma desenvolvimentista, evidenciando autores pioneiros sobre o tema Antártico no Brasil; c) analisar a Antártida dentro da Política Externa Brasileira no paradigma normal; e d) analisar a Antártida dentro do paradigma logístico na Política Externa Brasileira.

Vale destacar que a área de Relações Internacionais é de relevância para a sociedade. A partir desta é possível propor explicações para acontecimentos tanto nacionais quanto internacionais e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a sociedade (BAQUERO, 2009). Neste sentido, a subárea de Política Externa Brasileira é fonte propulsora para o desenvolvimento do país. As pesquisas científicas na área de Relações Internacionais utilizam-se do método científico, compreendido como:

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, MARKONI, 2003, p. 83).

Para tanto, esta pesquisa seguirá o método hipotético-dedutivo, o qual configura-se “quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto são insuficientes para explicar um fenômeno” (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 27). Disto surge o problema e, conseqüentemente, as tentativas de explicá-lo, elaboram-se, então, hipóteses que serão testadas ou falseadas para chegar à resposta da problemática (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

A partir disto, a presente pesquisa apresentará, metodologicamente, uma abordagem qualitativa, a qual se refere à preocupação “[...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 32). A pesquisa qualitativa permitirá identificar e analisar os aspectos sociais da política externa, permitindo a utilização contextual de fontes que construam o caráter histórico-social deste trabalho.

Quanto à natureza, esse estudo é de caráter aplicado, consoante Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), a pesquisa aplicada “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Assim, esta pesquisa visa identificar as políticas públicas na área de relações exteriores direcionadas à Antártida, de modo que seja possível visualizar pontos fortes e fracos de tais políticas, possibilitando, então, desenvolver um caráter crítico quanto ao que foi feito até o momento. Esta pesquisa, portanto, possibilitará a leitura para a avaliação de políticas públicas para a Antártida, colaborando para o desenvolvimento do país e para a sociedade.

No que se refere aos objetivos buscados por este trabalho, a pesquisa caracteriza-se como descritivo-explicativa. O primeiro corresponde ao objetivo de descrever fatos e fenômenos de uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Já o segundo, “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42).

Adicionalmente, se utilizará também o método histórico, o qual consiste “[...] em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (LAKATOS, MARKONI, 2003, p. 107). Para tanto, o método histórico permitirá que este estudo compreenda o desenrolar histórico da Política Externa Brasileira para a Antártida e suas mudanças ao longo do tempo.

Por último, no que tange às técnicas de coleta de dados, este estudo utilizará da pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica. A primeira abrange as fontes bibliográficas, que “são obtidas a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras” (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 69). Tal fonte vai ao encontro da bibliografia desta pesquisa, cuja parte exploratória contempla autores e autoras sobre o tema relacionado ao trabalho. Já a segunda técnica “[...] é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos” (SILVEIRA, 2009, p. 69). Essa técnica será utilizada para identificar dados em documentos não só nacionais, mas também internacionais, como a Política Nacional de Defesa, discursos de membros de governos e mesmo o Tratado da Antártida. Por fim, a terceira técnica “[...] É constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em *home page* e site, a partir de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc” (SILVEIRA, 2009, p. 69). Esta última técnica será utilizada devido ao grande número de artigos, jornais, sites oficiais de governos e organizações internacionais que auxiliarão na coleta de dados para este trabalho.

Finalmente, no que se refere ao desenvolvimento dos capítulos deste trabalho, ele se dividirá da seguinte forma: o primeiro capítulo, este que você lê neste momento, é a introdução, com dados gerais sobre a Antártida e a Política Externa Brasileira, bem como é apresentado a justificativa, a problemática, a hipótese e a metodologia. Já o segundo capítulo intitulado “O Tratado da Antártida e seus antecedentes” aborda os fatores que oportunizaram o Tratado da Antártida e as problemáticas anteriores ao Tratado, além do mais, é exposto outros acordos e protocolos que compõem o Sistema do Tratado Antártico, desta maneira, será possível melhor compreender o desenrolar da Política Externa Brasileira para a Antártida. O terceiro, quarto e quinto capítulos correspondem à cronologia dos paradigmas da Política Externa Brasileira associados a política antártica brasileira, sendo estes capítulos intitulados, respectivamente, de: “A Política Externa Brasileira para a Antártida diante do Paradigma Nacional Desenvolvimentista”; “A Política Externa Brasileira para a Antártida durante o Paradigma Normal”; e, enfim, “A Política Externa Brasileira para a Antártida diante do Paradigma Logístico”. Nesses três capítulos será abordado primeiro, de maneira resumida, a política exterior de cada governo e logo em seguida a política externa destinada à Antártica. Finalmente, o sexto e último capítulo corresponde a conclusão desta pesquisa.

2. O TRATADO DA ANTÁRTIDA E SEUS ANTECEDENTES

O Tratado da Antártida, assinado em 1959, a partir do Consenso de Washington, proposto pelos Estados Unidos da América (EUA), vai ao encontro das normas da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Deste modo, o Tratado da Antártida parte de uma concepção de resolução pacífica de controvérsias e que segue os princípios do Direito Internacional, incluindo o princípio do *pacta sunt servanda*, no qual os signatários devem respeitar e cumprir o tratado a partir da boa-fé (BARRAL, 2006). Ademais, o Tratado da Antártida é um dos maiores tratados do mundo, no qual consta diversas normativas quanto ao *modus vivendi* da região polar, cuja vigência compreende toda a área ao sul do paralelo 60°S. Sendo o Tratado da Antártica a principal fonte da política internacional para o continente e sendo suas normas a base para as ações dos Estados na região, será necessário trazer sua história, seus antecedentes e suas características antes de adentrar na Política Exterior Brasileira para a Antártida.

A história da humanidade na Antártida remonta ainda ao século XVII, quando exploradores navegavam em direção ao polo sul. Nesse período já se tinham interesses na região, os quais estavam atrelados a caça e a exploração de mamíferos vivos, como baleias e focas, com o aproveitamento do óleo da baleia como fonte de energia e a pele da foca utilizado na indústria têxtil (TREVISAN, 1998; VILLA, 2004; MATTOS, 2014). A caça aos mamíferos vivos da região se intensificou ainda mais a partir da divulgação britânica, em 1772, quando um oficial da armada britânica, chamado James Cook, perpassou o círculo polar antártico, navegou no entorno dos 66° de latitude sul, encontrou blocos de gelo e uma terra congelada, percebendo, então, que existia um continente e desmistificando as ideias fantasiosas sobre tais terras distantes (VILLA, 2004; ROBERTS, 2017).

Mesmo que ainda não se tivesse todas as informações sobre recursos naturais, a Antártida já era cobiçada por alguns Estados. Posteriormente a viagem de Cook, agora já com foco estratégico, o Império Russo enviou entre 1819 e 1821, o oficial da marinha Fabian Gotlieb von Bellinghausen, tendo como objetivo levantar mais informações sobre o continente polar (VILLA, 2004; MATTOS, 2014). Após esta expedição, outros países também começaram a demonstrar interesse na região, governos como da França, Inglaterra e Estados Unidos organizaram expedições com destino ao continente branco (VILLA, 2004). Após tais expedições, todavia, a Antártida ficou ofuscada dentre do interesse dos Estados por cerca de meio século, voltando à discussão no 6º Congresso Geográfico Internacional, quando além dos

interesses científicos, os interesses estratégico-econômicos semearam os debates sobre o continente (VILLA, 2004).

No final do século XIX e início do século XX, a discussão e os interesses sobre a Antártica tomaram robustez. Em meados da Primeira Guerra Mundial, alguns países emergiram como potência no sistema internacional e tendiam ao expansionismo. Dentre as regiões na qual buscavam se expandir estava a Antártida, a qual teve aumento no número de expedições devido a invenção de novas tecnologias de navegação e monitoramento, como o radar (VILLA, 2004; ELZINGA, 2017). Neste ritmo de crescimento e interesse na ciência, foi realizado em Berlim o 7º Congresso Internacional de Geografia, onde foi recomendado a exploração do mar antártico e a incitação à pesquisa científica na região (VILLA, 2004). A partir disso, ocorreram expedições para o continente antártico e, logo em seguida, uma série de reivindicações foram sendo feitas sobre partes da Antártida. Tais reivindicações acontecem a partir da premissa de que a Antártica possuía um caráter de *res nullius*, sendo, desta maneira, um continente sem um Estado soberano sobre sua área, passível então de apropriação desde que um Estado se estabelecesse soberano sobre seu território (FERREIRA, 2009).

O primeiro Estado a reivindicar soberania sobre a Antártica foi o Reino Unido. Os ingleses, por meio da *Letters Patent*, lançaram o decreto de reivindicação sobre a área de Graham Land e sobre as Ilhas Maldivas, e tinham, como objetivo, a expansão do império britânico e o aproveitamento econômico da caça de baleias (SCOTT, 2017). O Reino Unido teve como base para sua reivindicação o descobrimento derivado de suas expedições para a Antártida e a área reivindicada, no Atlântico Sul, correspondia ao sul do paralelo 50 de latitude sul e ficava localizada entre 20° e 80° de longitude oeste (COSTA, 1958; VILLA, 2004; FERREIRA, 2009). Além disso, a reivindicação inglesa influenciou na reivindicação futura de suas colônias, Austrália e Nova Zelândia, visto que o Império Britânico colocou mais tarde outras parcelas do território antártico sob administração das colônias da Nova Zelândia, em 1923 e da Austrália, em 1933, o que fez com que a área reivindicada pela Commonwealth equivalesse a cerca de duas terças partes do território antártico (VILLA, 2004; FERREIRA, 2009; SCOTT, 2017). Desta forma, os dois países herdaram e replicaram as reivindicações inglesas.

Posteriormente, em 1924, foi a vez da França lançar sua reivindicação sobre o território antártico. Os franceses reivindicaram a Terra de Adélia – localizada entre os meridianos de 136° e 142° de longitude leste – baseado em descobrimentos passados (COSTA, 1959). Já em 1939, o Estado reivindicador foi a Noruega, a qual tinha como foco o interesse na caça de baleias e a

sua indústria em expansão (COSTA, 1959; FERREIRA, 2009). A área reivindicada pelo país norueguês diferiu do sistema de setores reivindicado pelos demais Estados, isto porque o país não aderiu ao sistema de setores explicitamente, sendo que a região reivindicada ocuparia a área meridional entre 20° oeste e 45° leste (COSTA, 1959; VILLA 2004; FERREIRA, 2009).

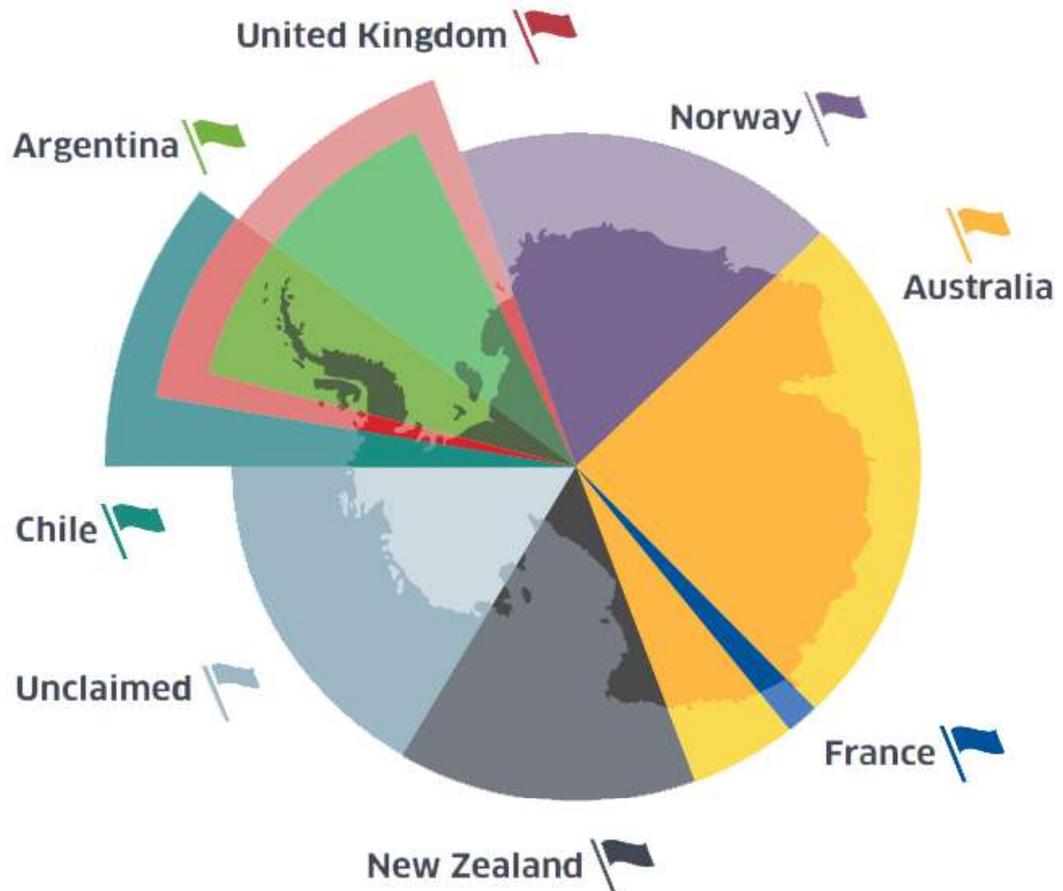
Em 1940 houve reivindicações de Estados sul-americanos. Dessa vez, as reivindicações partiram da Argentina e do Chile. Ambos os países fizeram suas reivindicações tendo como base o princípio jurídico de *possidetis juris*¹, o qual tinha como pretexto a herança das posses da colônia espanhola adquiridas com o Tratado de Tordesilhas (FERREIRA, 2009; SCOTT, 2017). Ademais outro fator alegado para suas reivindicações foi a questão geográfica da Península Antártica, a qual seria como uma extensão geográfica e geológica da América do Sul, dando, por conseguinte, um caráter de prioridade para que a soberania deste território pertencesse aos dois países sul-americanos (COSTA, 1960; FERREIRA, 2009). A Argentina requiriu a área entre 25° e 74° oeste, enquanto o Chile requiriu a área entre os meridianos 53° e 90° oeste, os dois países, deste modo, tinham áreas sobrepostas nas suas pretensões territoriais para a Antártida, gerando, conseqüentemente, divergências quanto às suas reivindicações (FERREIRA, 2009). Vale apontar que os dois vizinhos sul-americanos se uniram para frear a reivindicação do Reino Unido, criando até o conceito de Antártida Sul-Americana, onde teriam direitos soberanos sobre as áreas contestadas e afirmando que a Antártida era parte integrante de suas respectivas nações, criando até uma noção coletiva – por meio da educação – da soberania sobre a Antártida (COSTA, 1960; FERREIRA, 2009; SCOTT, 2017). Para Scott (2017) se a Argentina e Chile levassem em conta as regras de reivindicação a partir das descobertas e ocupação efetiva, assim como os demais Estados requerentes, eles estariam em desvantagem nos seus processos de reivindicação, deste modo, a questão histórica do Tratado de Tordesilhas e a questão geográfica de aproximação entre os dois continentes, foram meios de se inserirem no jogo político do continente austral.

Desta maneira, a Antártida viu-se dividida entre várias reivindicações, as quais muitas vezes tinham áreas sobrepostas, conforme a Figura 1, o que acabou gerando o que se chamou de “Problema Antártico”, o qual perdurou antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial e poderia gerar conflitos armados oriundos de litígios sobre o continente (HAWARD, 2017). Durante o Segundo Embate Mundial também foram desenvolvidas novas tecnologias de transporte, satélites e monitoramento, o que influenciou nas expedições para a Antártida

¹ O significado parte do princípio "como você possui, pode continuar a possuir" (SCOTT, 2017).

(ELZINGA, 2017; FRANCONI, VIGNI, 2017). Tais expedições forneceram bases para o estabelecimento e atividade contínua na Antártica, inclusive com fins científicos, como foi o caso do Reino Unido, que por meio da Operação Tabarin, incrementou suas atividades científicas no continente relacionado à ciência e à tecnologia, ao passo que ao mesmo tempo visava reforçar os interesses e reivindicações do país para o continente (HAWARD, 2017).

Figura 1 – Reivindicações territoriais sobre o território antártico



Fonte: British Antarctic Survey (s/d. s/p.).

Além do mais, foi durante o segundo conflito mundial, que a Alemanha desenvolveu atividades nas áreas antárticas e subantárticas, utilizando de ilhas como esconderijos e bases de abastecimento, além de atacar navios baleeiros com o propósito de obter o óleo para produção do explosivo nitroglicerina, o que mostra, portanto, a possibilidade da região ser uma base estratégica importante de escala entre ligações aéreas e marítimas intercontinentais (COSTA, 1959; VILLA, 2004; MATTOS, 2014). Vale ressaltar aqui que a mesma Operação Tabarin, realizada pelo Reino Unido, foi também uma operação que pretendia combater as ações e inibir as bases alemãs nas águas antárticas e subantárticas, o que ajudou a reafirmar o posicionamento britânico para a região antártica (VILLA, 2004; MATTOS, 2014). A Segunda Guerra Mundial

ainda influenciou – indiretamente – a questão antártica, visto que a grande guerra fez emergir um pensamento para que se evitasse confrontos armados (TREVISAN, 1998). Entretanto, a hostilidade entre Argentina, Chile e Reino Unido ainda se estendiam no período pós-Segunda Guerra Mundial, inclusive com o envio de frotas – mesmo sem conflito efetivo –, o que gerou receio sobre a possibilidade de militarização do continente (VILLA, 2004).

Já na Guerra Fria, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tornaram-se as superpotências do Sistema Internacional, sendo rivais no controle e influência em diversas regiões do mundo, incluindo a Antártida. Os EUA antes do final da Segunda Grande Guerra ainda não havia se posicionado claramente quanto a suas pretensões sobre o continente antártico, todavia, logo após a guerra, entre 1946 e 1947, enviaram a maior expedição registrada até o momento, chamada de Operação Highjump, a qual contava com 13 navios e cerca de 4500 militares, e tinham como objetivo aumentar o conhecimento sobre a região e treinar sua marinha em áreas polares, visto o receio de uma possível ofensiva soviética via Polo Norte (CASTRO, 1976 *apud* MATTOS, 2014). Para Villa (2004), os EUA sendo uma grande potência, não ficariam satisfeitos em limitar sua influência a apenas uma área da Antártida, deste modo, buscaram emanar sua influência para todo o continente.

No que se refere a URSS, o país voltou a fazer uma expedição oficial para a Antártida com foco comercial na caça de baleias, além da elaboração de um memorando, em 1950, no governo de Joseph Stalin, que foi enviado para todos os países territorialistas em relação a Antártida, no qual a URSS mencionava os descobrimentos feitos por exploradores russos e declarava que não ficaria de fora de nenhum fórum de discussão, exigindo, então, ser incluída em qualquer solução internacional quanto ao futuro do continente gelado (MATTOS, 2014; SCOTT, 2017).

Durante o conflito bipolar, ainda houve o incremento de novas tecnologias e, por meio da instrumentalização da ciência como parte da corrida pelo poder entre as duas potências, influenciou na pesquisa da área das ciências naturais, como a geociências (ELZINGA, 2017). Neste sentido, diversos foram os eventos científicos internacionais realizados no período, dentre eles o Ano Geofísico Internacional (AGI), realizado em 1957-1958, que foi um evento propulsor para se chegar ao Tratado da Antártida (VILLA, 2004).

Antes de entrar no AGI será necessário citar outros eventos científicos anteriores a este, pois tais eventos científicos internacionais foram uma via para o aumento das discussões e inclusão da Antártida na agenda internacional, tanto que o bom desempenho em ciência e atividades de pesquisas para o continente ainda são atualmente critérios para a admissão de

novos membros ao Tratado Antártico (ELZINGA, 2017). Isto posto, dois dos principais eventos foram o I Ano Polar Internacional, em 1882-1883, e o II Ano Polar Internacional, em 1932-1934. O I Ano Polar foi uma iniciativa do governo austro-húngaro, no qual doze países que haviam enviado expedições para o Ártico e Antártida participaram, tendo como objeto de estudos e discussão os dois polos – norte e sul. Todavia, seu foco foi direcionado mais para o polo norte, visto que a discussão sobre a partilha do Ártico, por meio de setores, já estava sendo discutida dada a descoberta de riquezas mineiras na região, debate este que acaba influenciando sobre a possível partilha da Antártida (CASTRO, 1998; MATTOS, 2014). Posteriormente, ocorreu o II Ano Polar Internacional, o qual foi um evento científico com foco nos estudos atmosféricos e contou com a participação de quarenta e quatro países (CASTRO, 1998; MATTOS, 2014). Tais eventos influenciaram na elaboração do Ano Geofísico Internacional, realizado entre 1957 e 1958.

O AGI tinha como projeto inicial, em 1952, chamar-se de III Ano Polar, todavia, com a inclusão de novas pautas sobre a Terra teve seu nome alterado por sugestão do Conselho Internacional para Ciência (CASTRO, 1958; FERREIRA, 2009). O Ano Geofísico Internacional foi um evento transnacional, no qual participaram cientistas de diversos países, e teve como foco de pesquisa o espaço sideral e a Antártida, refletindo deste modo as projeções das duas potências da Guerra Fria (FERREIRA, 2009). No AGI compareceram doze países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética) que haviam estabelecido estações de pesquisas no continente austral, sendo EUA e URSS os líderes em número de estações (FERREIRA, 2009).

Anteriormente, durante e após o AGI algumas preocupações surgiram entre os países ocidentais que mantinham presença na Antártida. Anteriormente ao AGI, Argentina e Chile nas conferências preparatórias para o evento tinham receio quanto ao caráter do evento, deixando claro que o evento deveria ser estritamente científico, evitando que o AGI tivesse algum efeito sobre as reivindicações territoriais até aquele momento (FERREIRA, 2009). Todavia, um outro receio também pairava sobre os Estados ocidentais: a participação da URSS. Só o fato de a URSS participar da AGI já mudava o tom quanto ao caráter unicamente científico do evento. Neste ponto, o principal ator que resistia e tinha receio quanto a participação e cooperação com os soviéticos eram os EUA. Contudo, mais tarde, o governo norte-americano sob liderança do presidente Eisenhower acaba percebendo que não poderia deixar de participar ativamente do AGI, uma vez que a presença soviética já não poderia ser evitada e o evento era de suma importância para a projeção norte-americana (FERREIRA, 2009). Neste sentido, fica evidente

a influência dos norte-americanos e soviéticos no processo de decisão sobre a Antártida, para Dodds:

O papel das superpotências foi fundamental, pois eles tinham os recursos para se mover, se estabelecer e até mesmo imaginar diferentes futuros na Antártica. Os Estados Unidos contribuíram para propor o AGI e liderar as negociações sobre a futura governança da Antártica. A União Soviética [...] estava decidida a garantir que não fosse excluída de quaisquer empreendimentos científicos e políticos internacionais que afetassem o continente polar (DODDS, 2017, p. 204, tradução nossa).

Após o AGI, junto do incremento de pesquisas e instalações de bases científicas, surgiram diferentes propostas de como tratar a questão Antártica, desde a divisão territorial do continente até a possível ideia do Estado indiano de gestão supranacional com supervisão das Nações Unidas (VILLA, 2004). Dentre elas podemos destacar a Declaração de Escudeiro, proposta feita pelo pesquisador chileno Julio Escudero Guzmán ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, que influenciou na elaboração do Tratado da Antártida. A Declaração de Escudeiro tinha como propostas a concepção de um governo antártico multinacional e o congelamento de todas as reivindicações de soberania por um período de cinco a dez anos, de modo que se tivesse um período maior para que os Estados a par do continente antártico pudessem avaliar melhor seus interesses e a situação jurídica do continente (FERREIRA, 2009; SCOTT, 2017).

Os EUA em maio de 1958 convidaram mais onze países que participaram do AGI e que mantiveram atividades na Antártida para participarem de uma conferência em Washington, tendo como objetivo o desenvolvimento de um regime jurídico para o continente branco (VILLA, 2004; DAY, 2013; MATTOS, 2014). A agilidade norte-americana em lidar com o caso antártico parte do receio da URSS agir unilateralmente sobre o continente; também para evitar um conflito entre os países reivindicantes, principalmente entre Argentina e Grã-Bretanha – os quais já eram rivais devido ao caso das Ilhas Malvinas –; além do medo de que a ideia de internacionalização da Antártida, sob gestão das Nações Unidas (ONU) e encabeçada pela Índia, tivesse continuidade (DAY, 2013; MATTOS, 2014). Os EUA, neste sentido, foram perspicazes ao se adiantarem sobre o jogo político da Antártida e liderarem as discussões, de modo a fazer valer seus interesses no continente, para tanto:

[...] estavam cientes de que não tinham reivindicações ou direitos fortes na Antártica, exerceram sua liderança hegemônica estabelecendo um regime que não negava as reivindicações ou direitos de outros, mas também não os sustentava, dando aos Estados Unidos sua desejada liberdade de acesso ao continente (SCOTT, 2017, p. 46, tradução nossa).

Outrossim, os Estados Unidos para afastar os países colonizadores tradicionais europeus de regiões de seu interesse criaram uma retórica anticolonialista, motivo este que também explicaria o porquê dos EUA nunca terem feito uma reivindicação formal sobre algum território antártico e nunca terem reconhecido nenhuma reivindicação por parte dos demais Estados sobre a região (SCOTT, 2017). Por esta perspectiva, a criação de um regime jurídico internacional com normas que favorecessem sua presença no continente seria o mais viável para que os estadunidenses exercessem seu poder de influência sobre o Polo Sul.

A partir disso, a Conferência de Washington instigou outras 60 reuniões para definir os detalhes sobre uma nova jurisdição para o continente, e teve, então, como principal resultado o Tratado da Antártida (BRASIL, 2016a). O Tratado da Antártida foi assinado no dia 1º de dezembro de 1959, sendo ratificado e entrando em vigor em junho de 1961, contou com a assinatura de 12 países, sendo eles: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos da América, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido e União Soviética, os quais receberam o *status* de membros signatários originais (VILLA, 2004, BRASIL, 2016a).

Vale notar que dentre os Estados signatários estão países que não haviam feito reivindicação territorial até o momento da elaboração do Tratado da Antártica, como Japão, Bélgica e África do Sul, mas participaram das discussões durante o AGI e acabaram sendo convidados pelos Estados Unidos para participarem da Conferência de 1959. Neste quesito, países como Reino Unido, Argentina e Chile ficaram apreensivos e até protestaram contra a abertura do debate para novos membros, mas acabaram cedendo diante da possibilidade de ficarem de fora do diálogo sobre o futuro do continente (VILLA, 2004).

Posteriormente, entretanto, os países signatários originais tomaram uma postura conjunta em bloco para que a questão Antártica não fosse levada ao debate de torná-la um patrimônio conjunto da humanidade – isto porque em 1982, por exemplo, ocorreu a 3ª Conferência das Nações Unidas do Direito do Mar, na qual foram discutidas novamente as possibilidades de internacionalização do continente, abordando inclusive a questão dos recursos antárticos. Não obstante, o debate foi neutralizado visto que os principais interessados no tema – os membros do Tratado Antártico – foram contrários à proposta (VILLA, 2004).

O Tratado Antártico conta com 14 artigos, nos quais os países que desenvolvem atividades no Continente se comprometeram a manter o diálogo e a cooperação, de modo que o tema não se torne objeto de discórdia internacional e implique na deterioração do mesmo (BRASIL, 2016a). O Tratado da Antártida, além disso, tem-se atualizado por meio da admissão de novos membros, pelo implemento de protocolos e normas – principalmente de caráter

ambiental –, os quais visam atender às novas demandas internacionais, como a problemática da segurança ambiental. No próximo bloco, por conseguinte, serão apresentados os principais artigos do Tratado e sua evolução por meio dos novos protocolos e acordos que complementam o documento original.

2.1 O Tratado da Antártida, seus artigos e a adição de novas normas para o Continente

O Tratado da Antártida deu origem ao que se chama de Sistema do Tratado Antártico (STA), o qual consiste em um Regime Internacional. Conceituando regimes internacionais, Krasner aponta que:

Os regimes podem ser definidos como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, implícitos ou explícitos, ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem em uma dada área das relações internacionais. Os princípios são crenças sobre fatos, causalidades e retitude. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e de obrigações. As regras são prescrições ou proscições específicas para a ação. Os procedimentos de tomada de decisão são práticas para formular e implementar a ação coletiva (KRASNER, 1982, p. 186, tradução nossa).

Nestes aspectos, o Sistema do Tratado da Antártida compreende normas e regras em temas específicos – Antártida, meio ambiente e pesquisa científica –, nos quais os atores cooperam e assumem direitos e deveres tendo como base o Tratado. O Tratado da Antártida fornece estabilidade à região austral, compreendendo toda a área ao sul do paralelo 60°S, na qual o regime internacional abrange normas vigentes até hoje, como a desmilitarização da região, o incentivo à pesquisa científica e a proteção do ambiente antártico.

Ademais, o Sistema do Tratado Antártico é criado por atores politicamente racionais, que preferiram pela cooperação ao invés de se chegar a um temido conflito em meio a Guerra Fria (VILLA, 2004). O regime antártico também permite uma melhor circulação de informações, gerando a redução da desconfiança e da imprevisibilidade (TREVISAN, 1998). O Sistema Antártico facilita ainda a coordenação na tomada de decisões e o debate pacífico por meio das Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (*Antarctic Treaty Consultative Meetings* – ATCMs), as quais ocorrem anualmente e contam com o direito de voto e veto por parte dos países-membros, denominados partes consultivas do Tratado (TREVISAN, 1998; FERREIRA, 2009; IPEA, 2018). Além das partes consultivas, participam ainda das reuniões observadores técnico-científicos e especialistas sobre o tema antártico (incluindo

Organizações Não Governamentais), além das partes não-consultivas², que são Estados que apesar de terem ratificado o Tratado apenas participam das discussões sem participarem do processo decisório (IPEA, 2018, STA, 2021).

O Regime Internacional Antártico, com entrada em vigor em 1961, a partir da assinatura do Tratado, conta com 14 artigos em seu documento oficial, que são normas e servem de base para as ações dos Estados no continente. Assim, para melhor visualização do Tratado Antártico, a seguir serão apresentados, resumidamente, os principais artigos do Tratado.

O artigo I do Tratado Antártico apresenta o caráter pacificador e de desmilitarização do continente, proibindo manobras militares e o estabelecimento de bases militares. Todavia, tal artigo permite a utilização de equipamentos militares que colaboram para a pesquisa científica e para as questões de logística para o continente. Neste aspecto, o artigo V também proíbe a nuclearização do Continente Austral, excluindo, então, a possibilidade de explosões e o descarte de lixo radioativo na região.

Já o artigo II, considerado um dos pontos cruciais do Tratado, traz a questão da liberdade de pesquisa científica e a cooperação para este mesmo fim. Este artigo é importante devido ao fato do desempenho de atividades de pesquisa na Antártica serem critérios qualificativos para a adesão plena de novos membros consultivos ao tratado, levando, por conseguinte, a caracterização da ciência como capital político para os assuntos antárticos, e dando inclusive credibilidade internacional para aqueles que participam ativamente da ciência antártica (ELZINGA, 2017). Todavia, algumas críticas decolonialistas surgem sobre a gestão antártica, caracterizando o sistema como imperialista, visto que ao estabelecer a ciência como critério para participação política na Antártica, acaba descriminalizando os países emergentes e subdesenvolvidos, os quais possuem menores capacidades para o desenvolvimento de pesquisas científicas (CHATUVERDI, 2013 *apud* ELZINGA, 2017). Ainda considerando a importância dada à ciência nas questões antárticas, podemos destacar a criação do Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR), o qual foi criado ainda em 1958 e é responsável por desenvolver e coordenar pesquisas científicas internacionais na região (SCAR, 2020). No que se refere ao artigo III, ele complementa o artigo anterior, ao estabelecer que as pesquisas referentes à Antártida devem ser compartilhadas, tendo livre acesso para os demais países.

² Desde 1959, além dos doze signatários, outros 42 países aderiram ao Tratado Antártico. Todos estes países de acordo com as normas do Tratado têm o direito de nomear representantes para participarem das reuniões anuais. Entretanto, apenas 17 países possuem o direito de voto e veto por terem feito substancial atividade de pesquisa científica e possuírem base científica ou terem efetuado alguma expedição científica ao continente (BRASIL, 1975; STA, 2021).

O artigo IV, ponto que gerou diversos debates em torno do tema, diz respeito ao congelamento das reivindicações. Ou seja, nenhuma reivindicação até o presente momento da assinatura do tratado seria cancelada ou se caracterizaria como renúncia, ao mesmo tempo que, enquanto vigorasse o tratado, nenhuma ação seria utilizada como apoio para base de alguma proclamação ou contestação sobre o território antártico. Apontou ainda que não seria permitida nenhuma nova reivindicação ou ampliação de alguma reivindicação existente.

O artigo VI diz respeito à área em que o Tratado será aplicado, sendo considerada a área situada ao sul de 60 graus de latitude sul e aponta que o Tratado não iria prejudicar nem alterar direitos ou exercícios de Estados no que tange ao direito internacional do mar. Já o artigo VII fala sobre os observadores de cada Estado nas reuniões, sobre a livre inspeção nas estações antárticas e sobre o aviso prévio de novas excursões e inserção de novos materiais no continente. Por fim, o artigo XII trata sobre a possibilidade do Tratado ser modificado ou emendado em qualquer tempo, desde que por unanimidade entre as partes contratantes.

Como pôde ser percebido, questões referentes aos recursos ambientais e minerais ficaram ofuscadas no Tratado da Antártida. Consoante Dodds (2017), tal negligência quanto aos recursos naturais e ambientais ocorreu devido ao receio de que tais discussões, consideradas delicadas, minassem o seguimento para a assinatura do Tratado. Contudo, o Sistema do Tratado Antártico não ficou estagnado, ele evoluiu e atendeu às novas demandas do Sistema Internacional. Nesta perspectiva, demandas relacionadas às questões ambientais, deixadas em segundo plano no tratado, ganham peso a partir da década de 1970, principalmente com o impulsionamento dos debates sobre os novos temas de segurança, como a segurança ambiental e a inclusão de novos atores, incluindo Organizações Não Governamentais – como a Greenpeace (VILLA, 2004).

Por conseguinte, a questão antártica abrange novos conceitos de segurança, mais precisamente a segurança ambiental. O Tratado da Antártica, primeiramente, tinha um cunho mais de evitar possíveis conflitos durante a Guerra Fria do que proteger o meio ambiente antártico. Entretanto, com a evolução do Tratado e do SI, uma nova perspectiva foi dada no âmbito da segurança. Os Estudos de Segurança Internacional, desde a sua concepção, têm expandindo-se para outras áreas que não só a político-militar (DAVID, 2001; BUZAN, HANSEN, 2012). Para tanto os autores argumentam que os Estudos de Segurança se envolvem nas seguintes questões:

[..] os ESI podem ser vistos como estruturados pelo envolvimento com quatro questões: privilegiar o Estado como o objeto de referência; incluir tanto as ameaças internas quanto as externas; expandir a segurança para além do setor militar e do uso

da força; ver a segurança como inextricavelmente ligada a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgência (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 35-36).

Para Buzan et al. (1997) o essencial para definir um caso de securitização é uma ameaça existencial que requer ação emergencial ou medidas especiais, que tenham aceitação por parte de um público, neste ponto “Se colocarmos a sobrevivência de unidades e princípios coletivos – a política da ameaça existencial – como o núcleo definidor dos estudos de segurança, **teremos a base para aplicar a análise de segurança a uma variedade de setores** (BUZAN et al, p. 27, 1997, tradução nossa, **grifo nosso**). Assim, com o passar do tempo, novas questões de segurança internacional foram incorporadas às políticas dos Estados, visto que novos fatores ameaçavam a integridade do Estado, a própria humanidade e seu bem-estar (DAVID, 2001). Disto decorre a Segurança Humana, a qual muitas vezes tem um caráter transnacional, tendo seus impactos envolvendo mais de um país, como é o caso da Segurança Ambiental (DAVID, 2001).

A Segurança Ambiental, desde a década de 1970, vem sendo discutida crescentemente em organismos internacionais, como as Nações Unidas (ONU). Muitos países já solicitaram que as mudanças climáticas sejam tratadas como ameaças à segurança global, visto que estas mudanças atingem a economia, a vida da sua população e até a soberania nacional (GLENN, FLORESCU, 2015). As mudanças ambientais possuem caráter sistemático, ou seja, as atividades humanas em um determinado lugar podem atingir outra região do globo, tornando-se um problema internacional (VILLA, 2004).

Neste aspecto, a Antártida aparece como objeto de estudo no campo da Segurança Ambiental, visto que problemas como escassez de recursos naturais – seja de água ou fontes de energia – podem gerar conflito sobre o continente (GLENN, FLORESCU, 2015). Além disso, problemas quanto ao aquecimento global, diminuição da camada de ozônio em regiões polares e aumento do nível do mar ocasionadas pelo derretimento de geleiras vem sendo debatidos nos fóruns internacionais (VILLA, 2004). Outro ponto é que o ecossistema antártico é muito frágil, tanto que sua proteção vem sendo debatido no âmbito do Tratado Antártico, com a inclusão de novos protocolos e acordos que visam a preservação do ambiente antártico, como a proteção de mamíferos marinhos da região e a prorrogação da não exploração mineral do continente por 50 anos, elaborado em Madrid, em 1991 (VILLA, 2004).

A partir disso, em 1964, durante a reunião anual, os membros do Tratado da Antártida adotaram as “Medidas Acordadas para a Conservação da Fauna e da Flora Antártica”, também conhecida como *Agree Measures*. Tal acordo previa a proteção da fauna e flora nativa da região, além do estabelecimento das Áreas Especialmente Protegidas, a regulamentação sobre a

introdução de espécies não nativas, entre outras políticas ambientais para a região (VILLA, 2004, HOWKINS, 2017). Outra característica deste acordo que aponta as novas demandas e atualizações do Sistema do Tratado Antártico é a situação do turismo na região sul-polar, a qual preocupa pelo impacto ambiental ao passo que tem pressão por parte de grupos de interesse sobre o turismo no continente, o que fez com que as Partes Consultivas criassem as “Áreas de Especial Interesse Turístico” (VILLA, 2004). Os *Agree Measures* são importantes devido ao fato de serem o primeiro debate mais profundo que tinha como intuito monitorar e controlar a atividade humana no meio antártico (VILLA, 2004).

Mais tarde, no dia 1º de junho de 1972, foi criada a Convenção para Conservação das Focas Antárticas (CCAS), a qual tinha como propósito a proteção de mais de seis espécies de focas marinhas antárticas, que historicamente foram caçadas pelos exploradores da região (BRASIL, 1991a). Tal convenção, então, visava o não esgotamento das focas devido ao aproveitamento excessivo, buscando regulamentar a captura de modo sustentável e promover a pesquisa biológica (BRASIL, 1991a; VILLA, 2004).

Outra atividade pró-ambiental criada foi a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, que entrou em vigor em 1982 (BRASIL, 1987a; VILLA, 2004). Tal convenção teve sua pauta baseada na conservação e no uso racional dos recursos, promovendo a manutenção das populações de espécies, como espécies de mamíferos, pássaros e o Krill, o qual é necessário para o equilíbrio ambiental na Antártida, visto que é a base nutritiva de muitas outras espécies (BRASIL, 1987a; VILLA, 2004).

Por fim, outro ponto extremamente importante é a elaboração do Protocolo de Madrid em 1991, que entrou em vigor em 1998. O Protocolo de Madrid proíbe por cinquenta anos qualquer atividade de prospecção ou exploração mineral na Antártida, ou seja, ficaria passível de revisão apenas em 2048, quando seria decidido sobre a extensão (ou não) do Protocolo (BRASIL, 1998; VILLA, 2004; BRASIL, 2016a). O Protocolo de Madrid ainda poderia ser alterado anteriormente a 2048, desde que solicitado por um membro consultivo e aprovado por unanimidade (BRASIL, 1998). Tal protocolo é importante não só devido ao caráter de proteção ambiental e incentivo a pesquisa, mas também pelo fato de adiar uma possível corrida em busca por recursos minerais (VILLA, 2004; ELZINGA, 2017). As questões ambientais, portanto, mostram-se atualmente indissociáveis dos debates sobre a Antártida e mostram-se como elementos do processo histórico do Tratado da Antártida, que acarretam diversos acordos, protocolos e regulamentos para o continente.

Além do que, o Tratado da Antártida conta desde 2003 com um Secretariado Permanente em Buenos Aires, o qual tem como objetivos assistir às Reuniões Consultivas do Tratado Antártico e o Comitê de Meio Ambiente, além de garantir que as atividades desenvolvidas no continente estejam de acordo com as normas do Tratado Antártico e seus protocolos (STA, 2021). As adequações ainda seguem sobre a admissão de novos membros. Desde 1959 até o presente momento, outros 42 países aderiram ao Tratado, sendo que do total de 54 países, 29 são partes consultivas³ e 25 são partes não consultivas⁴ (STA, 2021).

Apresentado os dados sobre o Tratado da Antártida, podemos perceber que o regime internacional para a Antártida pode ser entendido até o momento como efetivo, visto que seu funcionamento faz com que os atores ajam de forma diferente caso o Tratado não existisse, dando, então, estabilidade para o continente por meio da cooperação (VILLA, 2004; FERREIRA, 2009). Neste caso, por exemplo, o Brasil sendo um membro consultivo do Sistema do Tratado Antártico, tem suas ações e inserção no continente austral conduzidas pelo regime internacional, para Ferreira (2009, p. 22): “É razoável esperar que a formulação da política externa de um país passe por modificações causadas pela participação em um regime internacional ou pelo menos que ocorram mudanças em suas preferências em função da existência de um regime internacional efetivo”. Desta maneira, a política externa de um país pode sofrer significativa influência ocasionada pela vigência de um Regime Internacional. Para tanto, nos próximos capítulos serão levantados e analisados dados sobre a Política Exterior do Brasil para a Antártida, a começar pelo período desenvolvimentista, no governo de Juscelino Kubitschek.

³ Atualmente os Estados que são partes consultivas (e seus respectivos anos de adesão como parte consultiva) do Tratado da Antártida são: África do Sul (1961), Alemanha (1981), Argentina (1961), Austrália (1961), Bélgica (1961), Brasil (1983), Bulgária (1998), Chéquia (2014), Chile (1961), China (1985), Coreia do Sul (1989), Equador (1990), Espanha (1988), Estados Unidos (1961), Federação Russa (1961), Finlândia (1989), França (1961), Índia (1983), Itália (1987), Japão (1961), Noruega (1961), Nova Zelândia (1961), Países Baixos (1990), Peru (1989), Polônia (1977), Reino Unido (1961), Suécia (1988), Ucrânia (2004) e Uruguai (1985) (STA, 2021).

⁴ No que se refere aos Estados que atualmente são partes não consultivas do Tratado: Áustria, Belarus, Canadá, Cazaquistão, Colômbia, Coreia do Norte, Cuba, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Grécia, Guatemala, Hungria, Islândia, Malásia, Mônaco, Mongólia, Paquistão, Papuá Nova Guiné, Portugal, Romênia, Suíça, Turquia e Venezuela (STA, 2021).

3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA DIANTE DO PARADIGMA NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

Antes de adentrar na Política Externa Brasileira para a Antártida durante o Paradigma Nacional Desenvolvimentista serão expostos conceitos sobre a Política Externa que auxiliarão na compreensão deste trabalho. Para tanto, o próximo subcapítulo servirá para clarificar o tema proposto.

3.1 Conceituando Política Externa

A Política Externa, conforme apontado por Cervo e Bueno (2015, p. 13), corresponde aos “[...] instrumentos com que os governos afetaram o destino dos seus povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso ou dependência”. Disto se convergem o sistema de causalidade e de finalidade, cujas funções estão atreladas às necessidades – podendo ser econômicas, demográficas, geográficas, culturais, psicológicas –, as quais se relacionam com os objetivos estabelecidos pelo Estado para o âmbito externo (CERVO, BUENO, 2015). A política exterior de um Estado, conseqüentemente, busca estabelecer respostas às suas necessidades e metas, modelando as ações e posições do Estado no Sistema Internacional (SI). Por essa perspectiva, a análise descritiva-explicativa da Política Exterior Brasileira para a Antártida permitirá visualizar como o país se envolve com as questões antárticas no âmbito internacional.

Além disso, a análise de Política Externa oferece uma série de ferramentas que permitem melhor identificar as propostas e ações dos Estados para determinado assunto no SI. Neste aspecto, o uso de paradigmas da Política Exterior do Brasil permitirá uma melhor visualização do conteúdo histórico da política exterior brasileira, fornecendo meios que ajudam a dar inteligibilidade ao objeto de estudo, trazendo conceitos e permitindo uma melhor descrição do processo histórico em três níveis: o diplomático, o político e o das relações internacionais (CERVO, 2003). O paradigma compreende ainda uma cosmovisão, é a imagem que o país projeta do SI e de seus atores (CERVO, 2003). Ademais, o paradigma apresenta percepções a partir da leitura que os dirigentes fazem sobre os interesses nacionais (sendo eles sociais, políticos, de segurança, econômicos, culturais), e como são diferentes dirigentes ao longo do tempo, o paradigma não é estático, ele modifica-se e adapta-se conforme a elaboração política, vislumbrando tendências de médio ou longo prazo, a partir do estabelecimento de um cálculo

estratégico, uma decisão e a forma como a política exterior vai proceder no cenário internacional (CERVO, 2003).

A política externa brasileira por meio dos paradigmas e sua demonstração histórica, passou até o momento por quatro paradigmas: o liberal-conservador (entre o século XIX e 1930); o Estado desenvolvimentista (entre 1930 e 1989); o Estado normal e o Estado logístico (os quais coexistem e se integram desde 1990 até os dias atuais) (CERVO, 2003; CERVO, BUENO, 2015). Nesta pesquisa, para fins de análise, será utilizado desde o paradigma do Estado desenvolvimentista até o Estado logístico, visto que o início da pesquisa parte de 1958, quando o Brasil, sob governo de Juscelino Kubitschek, envia uma carta diplomática aos Estados Unidos, demonstrando seu descontentamento por não ter sido convidado para Conferência de Washington.

A Política Externa Brasileira compreende o conteúdo da diplomacia do país, cujo caráter internacional será dado por meio de objetivos, valores e padrões de conduta que estão atrelados a uma agenda de compromissos, seja global, seja regional ou, ainda, bilateral (CERVO, 2008). A diplomacia é um ato político, no qual é possível chegar aos interesses nacionais por meio de estratégias de inserção, sendo que seu modo de atuação é influenciado não só pelo contexto global, mas também pelo interno (CERVO, 2008).

No que se refere ao acumulado histórico da Política Exterior Brasileira, trata-se de princípios e valores agregados durante a evolução da diplomacia brasileira, tendo seu caráter por vezes duradouro ou permanente (podendo também ter rupturas de posições no decorrer da história), acarretando, por conseguinte, numa consciência sobre a própria personalidade internacional, levando ao modo como o Estado se insere no SI (CERVO, 2008; RICUPERO, 2017). O acumulado histórico possui duas funcionalidades: primeiro, dá previsibilidade à ação externa do país – o que serve tanto para brasileiros quanto para estrangeiros –, segundo, age como guia e modelador da conduta externa dos diferentes governos, dando coesão à trajetória da política externa independente do governo ou mudança de regimes políticos (CERVO, 2008). Destarte, o acumulado histórico influencia nos paradigmas, logo, contribuindo “[...] para fazer da política exterior política de Estado ao imprimir-lhe a lógica da racionalidade e ao dar prevalência à continuidade sobre a mudança, à causalidade sobre a ruptura” (CERVO, 2008, p. 26-27). Para tanto, a partir do acumulado histórico das relações exteriores do Brasil⁵ é possível

⁵ Conforme Cervo (2008), o acumulado histórico brasileiro tem-se debruçado sobre tais valores: autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; o juridicismo; o multilateralismo normativo; a ação externa cooperativa e não-confrontacionista; as parcerias estratégicas; o realismo e pragmatismo; a cordialidade oficial no trato com os vizinhos; o desenvolvimento como vetor; e a independência de inserção internacional.

identificar a origem, a essência e a duração dos padrões de conduta, permitindo uma análise mais aguçada sobre o modelo de inserção internacional pretendido pelo país (CERVO, 2008).

3.2 A Política Externa Brasileira para a Antártida durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart (1956-1964)

O Paradigma Nacional Desenvolvimentista teve início a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas em 1930, diante de um cenário de depressão capitalista e da Segunda Guerra Mundial, no qual as políticas internas e externas dos países latino-americanos foram influenciadas por pressões advindas do cenário internacional, principalmente no que se diz respeito a queda nas importações e nas exportações dos países da região (CERVO, 2008). Além disso, a busca por superar o atraso econômico histórico junto de uma sociedade brasileira cada vez mais complexa, com novas demandas internas, tanto política quanto econômicas, propiciaram um cenário propício para tal mudança paradigmática (CERVO, 2008).

Deste modo, a abordagem nacional desenvolvimentista atua por intermédio de uma diplomacia capaz de promover o desenvolvimento interno do país e pela superação da diplomacia exclusivamente agroexportadora. Assim, tal paradigma coloca a Política Externa Brasileira como impulsionadora da economia e do desenvolvimento do país, tendo como características a promoção da indústria de modo que satisfaça as demandas internas; a busca pela autonomia decisória no cenário internacional com o objetivo de alcançar ganhos recíprocos nas relações internacionais; a implementação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de superar as desigualdades entre as nações; e a implementação de um nacionalismo econômico (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). Tal pensamento diplomático permeou as políticas governamentais durante o período de 1930 a 1990, incluindo, aperfeiçoando e ponderando novas políticas e posicionamentos que tinham como principal intuito, por intermédio da inserção internacional do país, o desenvolvimento econômico do Brasil.

A partir disto, esta investigação começa sua abordagem na década de 1950, com a chegada de Juscelino Kubitschek ao poder em 1956. O governo de JK tinha como política o chamado projeto “cinquenta anos em cinco”, o qual objetivava vencer o subdesenvolvimento por meio da busca de capital estrangeiro (CERVO, BUENO, 2015; RICUPERO, 2017). O presidente também agia de forma para arrecadar recursos não só para o país mas também para seus vizinhos latino-americanos, além de buscar uma cooperação econômica eficaz e mais justa com os Estados Unidos da América, como pode ser observado na Operação Pan-Americana (OPA), a qual tinha como tese que o desenvolvimento e os planos para o fim da miséria seriam

os meios mais eficazes para que a ideologia soviética não se alastrasse pelos países mais atrasados nos seus processos de desenvolvimento (CERVO, BUENO, 2015). Aqui, neste ponto, por mais que a OPA não tenha avançado, vale destacar a troca de cartas entre o presidente estadunidense Eisenhower e o presidente brasileiro, o que mostra a atitude de JK em buscar vencer o subdesenvolvimento e a aproximação histórica entre os dois países (CERVO, BUENO, 2015).

Além do mais, o Brasil durante o governo JK, além da cooperação econômica, buscava a cooperação técnica, com incremento de tecnologia na indústria nacional – como a do petróleo – e almejava nos organismos internacionais a estabilização dos preços das commodities, a qual era atingida pela deterioração dos termos de troca. Neste mesmo governo, as relações exteriores do país tiveram como políticas ainda a divulgação das atividades culturais do país e do turismo, além de defender a autodeterminação dos povos, do desenvolvimento e do desarmamento na XV Assembleia Geral das Nações Unidas em 1960, abrindo caminho para traços da Política Externa Brasileira que se estendem até os dias atuais (CERVO; BUENO, 2015). Neste mesmo governo, em 1957, iniciou-se a construção da nova capital Brasília, um projeto atrelado à política dos cinquenta anos em cinco, que tinha como foco a projeção brasileira para o interior do seu território e desenvolvimento de outras regiões do país, a qual ainda por meio da construção de rodovias permitiria uma maior interiorização e conexão entre as diferentes regiões do território nacional (RICUPERO, 2017).

No que se refere ao Continente Gelado, foi durante o governo de JK que se iniciou a política externa para o continente. A interação do Itamaraty com a Antártida começa a partir de 1956, quando a delegação indiana buscou incluir a questão antártica como agenda da 11ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (VILLA, 2004; FERREIRA, 2009). Neste momento, o Brasil se pronunciou, a partir de instruções enviadas à missão, que o assunto era de importância para o país e admitia-se que o Brasil não teria condições naquele momento de fazer alguma reivindicação territorial, embora reconhecesse o critério do *uti possidetis*, de descoberta e de defrontação como meios para a reivindicação territorial da área continental, não demonstrando, desta maneira, nenhum interesse concreto (FERREIRA, 2009). Ademais, a missão brasileira foi instruída para que se fosse favorável a uma utilização pacífica da Antártida, e considerava o estudo e a administração do continente no âmbito das Nações Unidas (FERREIRA, 2009). Tal tentativa de internacionalização da Antártida no âmbito da ONU, no entanto, não teve sucesso, o que acarretou mais tarde na iniciativa norte-americana da criação de um regime internacional para o continente (VILLA, 2004).

Posteriormente, em 1958, o Brasil novamente se pronunciou sobre o assunto, intensificando seu interesse sobre o tema. Desta vez, a posição brasileira ocorreu devido a iniciativa estadunidense em convocar países participantes da AGI e que haviam reivindicado ou feito alguma atividade no continente antártico para participar da Conferência de Washington, a ser realizada em 1959. O Brasil, visto que ainda não havia mandado expedições ao continente ou feito pesquisas na região, não foi convidado pelos EUA para participar da Conferência de Washington. Tal atitude norte-americana levou o Brasil, em 1958, a enviar uma nota diplomática confidencial criticando o critério para o convite, declarando que o país não estaria obrigado a acatar nenhuma deliberação sem sua presença, além de se sentir no direito de ter livre acesso à Antártida ou apresentar alguma reivindicação quando julgasse necessário, pois tinha o imperativo de proteger a sua segurança nacional (CARVALHO, CASTRO, 1960; FERREIRA, 2009).

Vale ressaltar que neste momento, acadêmicos e diplomatas brasileiros já pesquisavam sobre o assunto, o que influenciou nos rumos que a Política Externa Brasileira para a Antártida iria seguir. Pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Therezinha de Castro⁶ e Delgado de Carvalho⁷ escreviam sobre o continente antártico, enquanto no meio diplomático quem já pesquisava e orientava as possíveis decisões do Itamaraty para a Antártida era o diplomata João Frank da Costa.

Therezinha de Castro, pioneira do tema no Brasil, em 1956, lançava a Teoria da Defrontação na Revista Clube Militar. Tal teoria foi caracterizada pela partilha da Antártida, tendo, deste modo, uma visão territorialista para o continente. A ideia da pesquisadora era que a partilha da Antártida deveria ser feita tendo como referência a Linha do Equador e os

⁶ Therezinha de Castro foi uma pesquisadora brasileira, reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Atuou como Geógrafa do IBGE; Professora do Colégio Pedro II e da Faculdade FAHUPE; conferencista das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército de da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, das Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e do Exército, da Escola Superior de Guerra e das Delegacias da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, participava de conferências sobre geopolítica na América do Sul e em Portugal, sendo reconhecida principalmente por instigar o Brasil a perceber a importância estratégica do Atlântico Sul no contexto da segurança hemisférica, sendo pioneira nos estudos geopolíticos sobre Antártida no país, quando foi reconhecida pela sua Teoria da Defrontação (IBGE, 2009).

⁷ Delgado de Carvalho foi considerado como o pai da geografia moderna brasileira ao incorporar a multidisciplinaridade à disciplina de geografia. O acadêmico já atuou no Instituto de Educação, Colégio Bennett, Universidade do Distrito Federal, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (desde 1939, como professor catedrático em História Moderna e Contemporânea); no Instituto Rio Branco, ligado ao Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1958. Publicou obras sobre assuntos geográficos, com destaque para Meteorologia do Brasil (1916), Geografia econômica da América do Sul (1921), Fisiografia do Brasil (1922), Metodologia do ensino da Geografia (1925), Corografia do Distrito Federal (1926), Atlas pluviométrico do Nordeste (1931), Geografia Humana, Política e Econômica (1934), Geografia ginasial (1943), Geografia Humana, Política e Econômica (1960, em coautoria com Therezinha de Castro) e Leituras geográficas (1960). Ainda em 1960 lançou em conjunto com a sua assistente Therezinha de Castro o “Atlas das Relações Internacionais” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009).

meridianos longitudinais geográficos, conforme a Figura 2, nesta partilha Castro ainda incluiu os países vizinhos sul-americanos – Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai – o que pode mostrar inclusive sua preocupação com a cooperação entre os países da região para a problemática em questão (CARVALHO, CASTRO, 1960; CASTRO, 1976; IBGE 2009).

Além do mais, em suas pesquisas a autora ainda levantava questões históricas, geográficas, biológicas, políticas e estratégicas que o Brasil deveria levar em conta quanto ao Continente Branco (CARVALHO, CASTRO, 1960; CASTRO, 1976; CASTRO, 1984; IBGE 2009).

Figura 2 - Representação da Teoria da Defrontação



Fonte: Castro, 1976, p. 166.

Este viés territorialista tinha bastante aceitação no meio militar, incluindo a elaboração de estudos na Escola Superior de Guerra nos quais eram apontados a importância geoestratégica da Antártida (FERREIRA, 2009). Neste meio tempo o assunto antártico engatinhava para o

domínio público, aparecendo até nos meios midiáticos da época (CASTRO, 1976).

No que diz respeito ao diplomata João Frank da Costa, o também pesquisador e maior especialista sobre assuntos antárticos no Itamaraty naquele momento, reconhecia a relevância da Teoria da Defrontação, mas defendia que o Brasil deveria aderir ao Tratado, tornando-se um membro consultivo, pois entendia que além do caráter científico e de prestígio, o Tratado da Antártida também girava em torno da órbita política, levantando os interesses dos principais atores interessados no Continente Austral, desta forma, não à toa o título dos seus trabalhos colocavam a Antártida dentro de um problema político (COSTA, 1958; COSTA, 1959; COSTA, 1960; FERREIRA, 2009). O diplomata ainda colocava que o Brasil não deveria buscar modificar o Tratado, pois isso poderia piorar a situação das rivalidades entre os Estados reivindicantes e afastaria o Brasil da cooperação internacional para o continente. A partir disto, influenciado pelo trabalho do João Frank da Costa, o Itamaraty considerou seriamente a adesão ao Tratado Antártico como a política mais adequada para lidar com a problemática, excluindo, então, a perspectiva de internacionalização do continente ou a ideia de reivindicação territorial, o que evitaria inclusive conflitos com a Argentina e com outros países reivindicantes, visto que o tema ainda era extremamente delicado para os atores envolvidos (COSTA, 1958; FERREIRA, 2009). Com isto, as ideias do diplomata fizeram surtir efeito nos anos 1970, quando o Brasil, conforme veremos mais adiante, aderiu ao Tratado da Antártida.

O governo de JK, mesmo que atrelado às preocupações internas sobre desenvolvimento e interiorização do país, deu início a uma política externa para a Antártida. A nota diplomática sobre a exclusão do Brasil na Conferência de Washington destinada aos EUA, mostra que o presidente estava atento e denunciava a falta de atenção dos norte-americanos para a América Latina, assim como foi com a falta de investimentos e a tentativa de inserção da OPA. Além disso, o fato de se ter uma nota diplomática direta do presidente brasileiro para o presidente Eisenhower, mostra que não se há um distanciamento entre os países, mas sim a preocupação brasileira de se estar envolvida nos assuntos internacionais, buscando seu reconhecimento no cenário internacional e a busca no exterior do desenvolvimento interno. Por fim, deve-se notar que o Itamaraty teve atenção ao tema antártico, tanto na sua instrução para a missão brasileira durante a tentativa indiana de internacionalização do continente na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), quanto na nota diplomática, o que gerou uma imagem de um Brasil não só atento nos temas internacionais, mas também interessado e requerente de uma participação na conjuntura do Continente Austral.

Nos governos que se sucederam, de Jânio Quadros e João Goulart, não foi feito muito

mais em matéria de política externa para a Antártida. Todavia, ambos os governos tiveram marcos em suas políticas externas que influenciaram nas ações do país para o continente, bem como utilizaram elementos do Tratado da Antártida para dar embasamento nas suas respectivas políticas internacionais.

O governo de Jânio Quadros teve início em 31 de janeiro de 1961 durante o período parlamentarista brasileiro e foi nele que surgiu o que foi chamado de Política Externa Independente. Tal política externa tinha como características, ainda dentro do paradigma nacional-desenvolvimentista, uma visão universalista das relações internacionais, levando em conta não só o contexto hemisférico mas também todos os acontecimentos globais; também era pragmata, visto que buscava o sucesso dos interesses nacionais no âmbito internacional indiferentemente dos governos e ideologias ao redor do mundo; ainda possuía uma postura independente em relação às nações que possuíam alguma espécie de relacionamento preferencial com o país, como os EUA; além da percepção das relações Norte-Sul nas relações internacionais e da defesa da autodeterminação dos povos e da não-intervenção (CERVO, BUENO, 2015). A Política Externa Independente apresentava como característica ainda a luta pela paz, pelo desarmamento e pelo seu posicionamento contra a proliferação de testes e armas nucleares (CERVO, BUENO, 2015)

Todas estas características ocorreram em um cenário em que os norte-americanos receavam a perda de influência sobre a América Latina, principalmente com o início do regime cubano, de Fidel Castro. Para além disso, o cenário mundial trazia questões como a descolonização e a divisão bipolar da Guerra Fria. Deste modo, a Política Externa Independente buscava ganhar vantagem de tal situação, tendo como principal referência a independência das suas ações, assim, buscando maior liberdade para a sua movimentação no cenário internacional (CERVO, BUENO, 2015). Deste modo, o Brasil buscava ampliar suas relações e ações para além do continente americano e europeu – almejando novos parceiros comerciais na Ásia e na África – e incluindo-o nos processos de decisões internacionais (CERVO, BUENO, 2015).

Na continuação da Política Externa Independente com a posse de João Goulart em 7 de setembro de 1961, houve a consolidação e amadurecimento de tal política externa, tendo sido San Tiago Dantas importante figura à frente das relações exteriores do país neste governo (CERVO, BUENO, 2015). Neste sentido, a Política Externa Independente continuou sua atuação exterior atrelada a promoção da preservação da paz internacional e apoiou o desarmamento geral e progressivo, além de fortalecer o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos e sua busca por ampliação do mercado exterior brasileiro de forma

pragmática (CERVO, BUENO, 2015).

No que se refere à relação da Política Externa Independente com a Antártida, compreende-se que a posição de San Tiago Dantas em diversos momentos correspondia às normas do Tratado da Antártica mesmo que ainda não se tivesse nenhum vínculo formal entre o Sistema Antártico e o governo brasileiro. Dentre tais convergências estavam a busca pela paz e a contribuição para a diminuição das tensões no SI – assim como um dos motivos do Tratado –, a denúncia da proliferação nuclear e a defesa do desarmamento. Neste aspecto, vale ressaltar que o próprio chanceler em uma entrevista para a revista *Manchete* colocou que o Brasil deveria posicionar-se a favor do desarmamento e utilizou da Antártida como exemplo de uma área desnuclearizada e desmilitarizada a partir de um Tratado (FRANCO, 2008). Percebe-se ainda, ao entender a política externa brasileira como um processo, que a posição brasileira de tender ao universalismo aliada ao seu objetivo de estar inserido nas decisões internacionais podem ter sido importantes passos para adesão futura do país no Tratado da Antártida.

No período correspondente a Política Externa Independente, conforme pesquisado, não se teve ações concretas para o Continente Gelado. Todavia, as características da Política Externa Independente foram de certa forma bases para se chegar à adesão ao Tratado da Antártida, em 1975, visto suas particularidades em comum com o Tratado da Antártida. Já no final da década de 1960 e na década de 1970, durante o regime militar brasileiro, entretanto, conforme veremos a seguir, tem-se uma atividade mais ativa para a Antártida.

3.3 A Política Externa para a Antártida durante o regime militar brasileiro (1964-1985)

Com a tomada do poder pelos militares, Goulart foi deposto do cargo. Em abril de 1964, em uma política ligeiramente atrelada à contenção do comunismo interno para que se instaurasse a ordem e a paz, além de propostas de combate a corrupção, retomada do crescimento econômico aliado ao capital privado, era lançado por meio do novo presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, um modelo de desenvolvimento dependente e associado ao Ocidente, em especial aos EUA (VISENTINI, 2004). Inicialmente, pouco se aproveitou do que se havia baseado a Política Externa Independente, a política externa de Castelo Branco tentou afastar as características da Política Externa Independente do seu regime, principalmente os quais eram caracterizados como ideológicos, no entanto, o modelo de Castelo Branco ainda deveria estar atento às oportunidades para que não ficasse refém do fatalismo e das forças externas, isto porque “Como país de desenvolvimento intermediário, tinha o Brasil limitadas chances de ganhos concretos, ao mover-se externamente, caso não investisse com imaginação criadora por sobre os desafios e as armadilhas do sistema internacional” (CERVO, BUENO,

2015, p. 394).

A Política Externa Brasileira do presidente Castelo Branco caracteriza-se primeiramente pela bipolaridade, a qual entendia o mundo político como uma divisão entre leste e oeste, na divisão a partir do bloco norte-americano e soviético, ainda dentro desta perspectiva a política externa incorporava elementos como o ocidentalismo e a lealdade brasileira ao lado ocidental e estadunidense na luta contra o comunismo (VISENTINI 2004; CERVO, BUENO, 2015). Além disso, nesta política externa é englobada questões de interdependência e abertura econômica do Brasil, o qual buscava no capital internacional os motores para o seu desenvolvimento (VISENTINI 2004; CERVO, BUENO, 2015). Para Cervo e Bueno (2015), esta política de visualização bipolar e de apoio ao ocidente é contraditória, pois ao passo que vislumbra uma aproximação com os Estados Unidos, também prevê a universalidade do país e a não adesão pré-concebida com nenhuma potência. A universalidade pretendia instrumentalizar a política externa como um meio mais eficaz para assegurar a participação do Brasil no cenário internacional, além de principalmente buscar alcançar novos mercados ao redor do globo (CERVO, BUENO, 2015). Neste mesmo íterim, a política externa de Castelo Branco ainda previa o multilateralismo, posicionando o Brasil em diversos fóruns regionais e mundiais, como a AGNU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Neste contexto, o Brasil também defendia o conceito de segurança coletiva, o qual estaria atrelado a este processo de universalização das relações exteriores do país (VISENTINI, 2004, CERVO, BUENO, 2015). A política brasileira nesse período também procurava, ao se manter ao lado da potência ocidental e ao se dedicar nos fóruns internacionais, ter uma imagem de sub liderança regional, ou seja, uma liderança visível na América do Sul (VISENTINI, 2004).

Vale ressaltar que mesmo que a política externa de Castelo Branco rompesse com a Política Externa Independente, algumas questões permaneciam, como a defesa da não intervenção e autodeterminação dos povos, utilizando isto inclusive como forma de afastar a influência comunista dos países ao redor do globo (VISENTINI, 2004). No que se refere às questões de desarmamento e não proliferação nuclear, o Brasil apresentou-se favorável a tais temas, apoiando o uso nuclear apenas para fins pacíficos e apoiando propostas de transferência das verbas das grandes potências destinadas ao desenvolvimento de armamento para o desenvolvimento econômico do terceiro mundo (VISENTINI, 2004).

No que tange ao continente antártico, a partir do que foi pesquisado, a política externa de Castelo Branco não apresentou ações concretas para a região. Mas do mesmo modo que a

Política Externa Independente, ela pode ser visualizada como uma base para a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida. Isto se dá aos elementos de universalidade das relações internacionais do Brasil, a partir da ideia de participação brasileira nas questões mundiais. Ademais, as questões de desarmamento e não proliferação seguiram nos pronunciamentos do Itamaraty mesmo com a mudança de governo. Além disso, a questão do multilateralismo na política de Castelo Branco corrobora a condição histórica para que o Brasil aderisse a um fórum internacional também sobre a Antártica. Finalmente, a consciência sobre a segurança coletiva pode ser observada como uma política a ser atrelada ao conjunto do Sistema do Tratado Antártico, dada ela ser uma questão emergencial que demandaria da energia de vários atores do SI. Assim, tal política externa poderia ser mais um caminho para se chegar a um maior interesse do Brasil nas questões antárticas.

Na troca de governos dentro do regime militar, chegou ao poder em março de 1967 o presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, representante da linha-dura nacionalista. A política externa de Costa e Silva rompeu com a política externa do presidente anterior, entendendo que esta não era mais cabível dentro daquela conjuntura. Tal novo modelo de política externa recebeu o nome de Diplomacia da Prosperidade, a qual tinha como uma de suas bases a prioridade para o desenvolvimento e a perspectiva que esta política não deveria ser condicionada a uma ajuda externa, mas sim a partir do âmbito interno (VISENTINI, 2004; CERVO, BUENO, 2015). Neste sentido, embora a aceleração do progresso e a modernização do país fossem as pautas principais da política externa, sendo imprescindível ao Brasil estar atento às oportunidades externas para que se conseguisse chegar aos objetivos estratégicos – de comércio, tecnologia e capital –, o desenvolvimento deveria ser de responsabilidade do Estado brasileiro, sendo o âmbito externo complemento das ações internas (CERVO, BUENO, 2015).

Além disso, o governo de Costa e Silva tinha na sua política internacional o caráter pragmático, o qual a partir deste governo consolidou-se como um dos pilares das ações do Brasil no exterior. Esta política caracteriza-se por ser isento de ideologia, ampliando a autonomia do país, o que levaria ao universalismo, à boa convivência e maior eficiência para se ter ganhos no cenário internacional (CERVO, BUENO, 2015). Desta maneira, o desenvolvimento e o pragmatismo ficaram ligados no que tange a visão do Brasil sobre o mundo, como na concepção do poder e na sua aplicação nos órgãos decisórios internacionais (CERVO, BUENO, 2015). Aqui vale ressaltar que o governo de Costa e Silva reforçou a participação brasileira em fóruns internacionais, como na AGNU, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na Conferência do Desarmamento e no Grupo dos 77, dando

ênfase nas relações multilaterais do país (VISENTINI, 2004; CERVO, BUENO, 2015).

Outro aspecto relevante da Diplomacia da Prosperidade foi a noção da importância da ciência e da tecnologia, a qual objetiva a independência tecnológica do país (CERVO, BUENO, 2015). Ainda, o Brasil tinha como política externa a defesa de uma não proliferação nuclear justa, que não impedisse o acesso para o uso pacífico por parte dos países em desenvolvimento atrelado a medidas efetivas de desarmamento por parte das grandes potências (VISENTINI, 2004; CERVO, BUENO, 2015). Assim, a perspectiva do governo da importância da ciência e tecnologia é notória, visto que estas podem ser instrumentalizadas para a elevação do *status quo* internacional, ocasionando em um desenvolvimento interno menos dependente e situacional com o exterior, sendo necessário para o Brasil, por conseguinte, além de alcançar a independência industrial, alcançar a independência tecnológica, levando ao imaginário do país a ideia de “Brasil Grande Potência” (CARPES, 2006; CERVO, BUENO, 2015).

A política externa de Costa e Silva, além do mais, seguiu com posicionamentos já tradicionais, como sua posição favorável ao desarmamento, a busca pelo desenvolvimento econômico, a defesa da autodeterminação dos povos e da não intervenção, além da melhora e aproximação nas relações com a vizinha Argentina (VISENTINI, 2004, CERVO, BUENO, 2015). Outro marco foi durante seu governo foi em 1968, durante a Conferência do Comitê da ONU sobre a utilização do fundo do mar, quando defendeu a exploração do fundo dos mares por meio da cooperação internacional justa e qualitativa, colocando que a exploração e seus benefícios deveriam ser de todos os Estados, principalmente os em desenvolvimento (VISENTINI, 2004).

Até aqui mais uma vez, a Antártida não aparece nos materiais sobre política externa brasileira, todavia veremos como a política externa de Costa e Silva também pode ter aberto e consolidado prerrogativas para a inserção do país no Tratado da Antártida. Neste sentido, além de ser favorável a um desarmamento e não proliferação de armas nucleares de maneira justa, de ter um caráter pragmático que permitisse melhor transitar pelos debates internacionais, da continuidade diplomática da pacificidade, não-intervenção e autodeterminação dos povos, o governo de Costa e Silva também deu ênfase para a ciência e tecnologia. Este ponto mostra-se importante pois a inserção no Tratado da Antártida passa pela presença científica dos países no continente, apresentando-se, portanto, como ponto de alinhamento entre a Política Externa Brasileira e a adesão do país ao Tratado. Além do mais, outro debate naquele momento, sobre a utilização do fundo dos mares, deu indícios de um governo que visava colocar o Brasil em posição de discutir outros temas no sistema internacional, defendendo a cooperação

internacional e buscando o beneficiamento do país sobre o tema.

Levantadas as características da política externa de Costa e Silva, passamos ao governo de Emílio Garrastazú Médici, o qual subiu ao poder em 1969, momento que se teve uma Lei de Segurança Nacional mais rigorosa, com perseguição à oposição, a qual cada vez mais insurgia com frentes revolucionárias (VISENTINI, 2004). Foi nesse governo também que se teve o Milagre Econômico Brasileiro, no qual o tripé econômico impulsionava este crescimento aliado a uma política pública de execução de megaprojetos de infraestrutura (VISENTINI, 2004).

Referindo-se à política externa do governo Médici, o governo buscou impulsionar a ideia de Brasil Potência, o que condizia com o pensamento de transformar o país em uma verdadeira potência, promovendo seu desenvolvimento interno e visibilizando os elementos em que o país apresentava vantagem, trabalhando inclusive com o *soft power* do país, impulsionando marchinhas de carnaval e utilizando do futebol, com a Copa do Mundo de 1970, para melhorar a imagem do país no âmbito interno e externo (VISENTINI, 2004). A partir do que se chamou de Diplomacia do Interesse Nacional, o governo Médici atuou de modo a buscar o desenvolvimento do país, atrelando o desenvolvimento ao processo científico e tecnológico. Durante o governo também se optou por diálogos bilaterais, mas sem abandono do multilateralismo, houve ainda continuação das abordagens sobre o caráter pacífico do país, bem como sua defesa da não-intervenção e autodeterminação dos povos. O pragmatismo seguiu durante o governo, assim como seguiram os discursos contra o congelamento do poder mundial, haja vista aos fóruns ambientais e sobre desarmamento que privilegiam apenas as potências – inclusive não assinando o Tratado de Não-Proliferação. Ainda nesse sentido, o país se mostrava a favor da não-proliferação nuclear e do desarmamento, mas desde que as grandes potências propusessem meios de também se auto desarmarem e ajudassem no desenvolvimento nuclear pacífico dos países em desenvolvimento (VISENTINI, 2004; CERVO, BUENO, 2015).

Outras questões na sua política externa foi a defesa da ampliação do mar territorial brasileiro; a busca por outros mercados para expansão do comércio internacional brasileiro; busca por investimento em tecnologia; busca por consolidar-se como potência média e regional, de forma a participar mais eficazmente das decisões internacionais, pois para o governo, quanto maior o poder e desenvolvimento do país, maior sua participação no cenário internacional (VISENTINI, 2004, CERVO, BUENO, 2015). Ainda, vale-se ressaltar a participação brasileira em fóruns multilaterais, agora também em fóruns ambientais, como a Conferência das Nações Unidas de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, quando o país vinculou a proteção ambiental às

questões de desenvolvimento (VISENTINI, 2004).

No que se confere ao Continente Gelado, embora a política externa de Médici não tivesse apresentado nenhuma ação concreta, ocorreram manifestações quanto ao tema no âmbito interno. Antes de apresentar tais manifestações, vejamos como a Diplomacia do Interesse Nacional pôde ter tido certa influência sobre o vínculo a inserção do país no Sistema do Tratado da Antártida. Além das já tradicionais características da política externa do país apresentadas anteriormente e que se seguiram no governo Médici, ressalto algumas como a busca pelo desenvolvimento do setor científico e tecnológico do país, com vistas a um melhor posicionamento do país no jogo de poderes do SI, e o início de sua presença em debates sobre políticas ambientais internacionais.

Referindo-se às manifestações sobre o tema antártico a nível interno, no início dos anos de 1970 a questão obteve repercussão na mídia devido às declarações do parlamentar brasileiro Eurípedes de Cardoso de Menezes, o qual levou na década de 1970 a questão ao nível do legislativo, defendendo a partilha da Antártida junto dos demais Estados da América do Sul (CASTRO, 1976). Além do deputado, o professor Rubens Junqueira Villela defendia, por razões científicas envolvendo estudos geológicos e meteorológicos, a adesão do país ao Tratado, o que quase acarretou uma expedição brasileira para o polo sul, a qual estaria sob organização do Clube de Engenharia de São Paulo (FERREIRA, 2009). Este mesmo professor foi um dos membros fundadores do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA), em 1972, chegando a enviar membros a expedições de programas antárticos de outros Estados e sendo como uma espécie de gênese daquele que viria a ser o Programa Antártico Brasileiro em 1982 (FERREIRA, 2009; BARBOSA, S/d).

Outro personagem brasileiro que aparece no início dos anos de 1970 foi o diplomata João Frank da Costa, o qual a partir de suas pesquisas publicadas elaborou um estudo dedicado ao Itamaraty, no qual reiterou a consolidação do Tratado e apontou que o país deveria aderir ao Tratado de Washington como meio para desenvolver suas atividades no continente (FERREIRA, 2009), assim, Costa afirma que:

[...] O Brasil (como qualquer outro Estado não membro) não está em condições de modificar esse fato. [...] Por conseguinte, em vez de desenvolver atividades contrárias ao Tratado, o que viria antagonizar os Estados membros e privarnos da colaboração internacional, essencial em matéria antártica, o Brasil deve tentar inserir sua ação no quadro do Tratado (COSTA, 1971, *s/p apud* FERREIRA, 2009, p. 125).

Tanto a ideia de envio de uma expedição científica brasileira por parte do IBEA quanto a ideia do diplomata – inclusive bem vista pelo Itamaraty – foram negadas pelo governo. A indiferença do governo se deu ao fato do governo olhar com desconfiança tais projetos, já que

tinha medo de gerar algum desgaste nas relações com a Argentina, vizinha que o Brasil estava se empenhando em diminuir as rivalidades (FERREIRA, 2009). Desta forma, com o receio brasileiro de deterioração nas relações diplomáticas com o país vizinho, a pauta só iria tomar mais impulso no governo seguinte, de Ernesto Beckmann Geisel.

O governo de Ernesto Geisel teve início em março de 1974, tendo em seu contexto o processo de abertura política do regime militar e as dificuldades econômicas oriundas da crise do petróleo. No plano econômico, o governo lançava o II Plano Nacional de Desenvolvimento e diversificava as fontes de energia do país, de modo que pudesse driblar a crise de hidrocarbonetos, projetando, desta forma, hidrelétricas, usinas nucleares, prospectores de petróleo e dando início ao Projeto Proálcool (VISENTINI, 2004). O governo também atuou no impulsionamento científico e tecnológico do país, principalmente nos setores de informática e de petroquímica (VISENTINI, 2004).

No que se refere à política externa de Geisel, sua diplomacia foi denominada de Pragmatismo Responsável e Ecumênico, guiada pelo respeito e fraternidade internacional (VISENTINI, 2004), possuindo o seguinte significado:

O pragmatismo seria a busca de vantagens no cenário internacional, independentemente de regime e ideologia. Responsabilidade diria respeito a questões ideológicas que não contaminariam a política externa. E, finalmente, o ecumenismo seria a ampliação de parcerias desejadas prescindidas de afinidades ideológicas e políticas em escala planetária [...] (VISENTINI, 2004, p. 208).

Tal política externa mostra-se interessada em uma maior participação no cenário internacional, guiando-se principalmente pelo interesse nacional e articulando-se com outros Estados independentemente das suas afeições políticas, afirmando, por conseguinte, sua presença autônoma no âmbito internacional (VISENTINI, 2004; CERVO, BUENO, 2015). Ademais, Geisel apresentou uma política externa com intenso protagonismo em organizações internacionais, como na ONU, em posicionamentos harmônicos com o do bloco terceiro mundista; também expandiu suas parcerias comerciais e estratégicas, principalmente pelo Oriente Médio, África Austral e Ásia (VISENTINI, 2004). Buscou, ademais, investimento em ciência e tecnologia com a Europa e o Japão, além de ser incisivo no seu projeto nuclear ao buscar alternativas às pressões negativas dos EUA, como o acordo com a Alemanha (VISENTINI, 2004). Na América Latina, houve uma aproximação com os vizinhos e por meio da Iniciativa Amazônica buscou afastar a ideia de internacionalização do bioma (VISENTINI, 2004). Nos demais pontos, a política externa de Geisel de modo geral seguiu a continuidade de uma diplomacia que vinha se consolidando no regime militar, uma política externa pragmática, pacifista, de participação nos fóruns internacionais, que denuncia da pretensão das grandes

potências de congelamento do poder mundial, que defende o desarmamento, busca pelo desenvolvimento e pela reforma do sistema comercial internacional (VISENTINI, CERVO, BUENO, 2015).

Referindo-se à Antártida, foi durante o governo de Geisel que a exposição do diplomata João Frank da Costa foi levada em consideração pelo Itamaraty, o qual encaminhou os motivos para uma adesão ao Tratado para o presidente. Além de apresentar o Tratado e os estudos brasileiros até o momento, foi apresentado motivos para adesão, que dentre eles se destacam a importância estratégica do continente, além do aproveitamento dos possíveis recursos naturais disponíveis nos solos antárticos e a revisão do Tratado Antártico em 1991, sendo interessante que o país ficasse a par do tema (FERREIRA, 2009). Inicialmente, o presidente ao consultar o Conselho de Segurança Nacional considerou que a adesão do Brasil ao Tratado deveria ser trabalhado em algum outro momento mais oportuno, visto que não gostaria de acentuar a tensão com a Argentina fruto das discussões acerca do aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná (FERREIRA, 2009).

Em 1975, entretanto, por insistência do Itamaraty, foi levantada a pauta de adesão ao instrumento multilateral antártico, quando, desta vez, foi aprovado pela presidência (FERREIRA, 2009). Nesta nova exposição abordou-se também a questão territorialista (que tinha certo apreço por setores militares) tendo como base a Teoria da Defrontação, além do possível aproveitamento futuro dos recursos antárticos, e o caráter científico do continente como fator predeterminante para a adesão, mais a possibilidade de o Brasil desenvolver pesquisas na região, principalmente no campo meteorológico (FERREIRA, 2009; IPEA, 2018). Além do mais, sobre os recursos naturais, abordou-se sobre as reuniões das Partes Consultivas estarem começando a deliberar sobre o aproveitamento dos recursos do continente gelado e sobre a descoberta de potencial região petrolífera no continente, fato este que iria ao encontro do desejo do governo em reduzir a dependência do petróleo importado, vigorosamente após a crise do petróleo e suas implicações na economia do país (FERREIRA, 2009).

Desta forma, o caráter exposto como forma de influenciar a decisão presidencial ao tratado tinha vínculo com os possíveis ganhos econômicos do país no continente austral, não deixando para trás a questão territorialista e a Teoria da Defrontação da pesquisadora Therezinha de Castro, desta maneira, consoante Ferreira (2009), a questão sobre a adesão brasileira se debruçava sobre os seguintes pontos:

- 1) a adesão brasileira foi motivada principalmente por considerações de ordem estratégica e de segurança, além da perspectiva da exploração de recursos naturais, notadamente minerais; 2) houve influência de grupos territorialistas no processo, mas o Brasil jamais chegou a apresentar uma reivindicação territorial na Antártica; 3) o

Tratado não era visto como um arranjo peremptório, mas transitório, e o critério da defrontação poderia ser invocado quando de sua revisão, prevista para 1991. A percepção de que o regime teria que ser revisto em 1991 era amplamente difundida, mas é uma interpretação imprecisa da letra do Tratado, que diz que a partir dessa data qualquer Parte Consultiva poderia, se desejar, solicitar a realização de uma conferência de revisão (Art. XII) – em princípio a vigência do Tratado é “para sempre”, segundo seu preâmbulo (FERREIRA, 2009, p. 129).

Para tanto, podemos perceber que mesmo que no momento do incentivo da adesão do Brasil ao Tratado, se percebesse o processo de consolidação do Tratado da Antártida, também não se abria mão do ideal territorialista, com vistas aos recursos minerais e geoestratégicos que uma área na Antártida poderia fornecer ao país. Também podemos perceber que a noção de maior inserção do país nas discussões globais, mais a inclusão dos temas de ciência e tecnologia, atrelado a tradicional postura pacifista do país no cenário internacional pode ter atribuído a adesão do país ao Tratado. O Brasil, sob aprovação de Geisel, conseqüentemente, comunicou, em 16 de maio de 1975, ao governo dos Estados Unidos – que é depositário do Tratado –, a decisão de aderir ao sistema do Tratado Antártico, sendo o texto do Tratado aprovado pelo Congresso Nacional em 29 de junho de 1975 e promulgado na jurisdição interna do país no dia 11 de julho de 1975, via Decreto 75.963 (BRASIL, 1975; FERREIRA, 2009; IPEA, 2018).

Os trabalhos sobre a Antártida durante o governo Geisel, todavia, não pararam na adesão ao instrumento internacional. Geisel invocou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sob liderança do Itamaraty, para lidar com o tema, propondo uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (Polantar). O grupo, então, passou a apresentar uma série de trabalhos, os quais apresentariam as diretrizes gerais para a política e para um futuro órgão de execução (FERREIRA, 2009). O GTI ainda reiterou os aspectos estratégicos que seriam de interesse nacional, como a possibilidade de exploração dos recursos naturais, a importância científica da pesquisa acerca dos fenômenos físicos e biológicos do continente branco e a obrigatoriedade, conforme conta no Tratado da Antártida, de se desenvolver substancial atividade científica para a participação de um país nas Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCMs), deste modo, dando-se início a estruturação legal e administrativa para lançar a presença brasileira no continente (BRASIL, 2006; FERREIRA, 2009).

O GTI ainda colocou a presença brasileira de modo gradualista, ou seja, para que a política brasileira para a Antártida avançasse aos poucos e colocou que a presença do Estado brasileiro na região austral seria baseada em possíveis ações em um futuro próximo, mas não imediato, o que asseguraria ao Brasil, deste modo, benefícios sobre os descobrimentos minerais do continente bem como a defesa do interesse e do território nacional, tendo em vista a posição

geográfica do país no Atlântico Sul (BRASIL, 1976 *apud* FERREIRA, 2009). Este modo gradualista pode ser entendido a partir do ponto que o desenvolvimento das atividades no continente antártico, como logística, equipamento, aquisição de um navio polar seriam custosos, além do receio da deterioração das relações com a Argentina – a qual era um dos principais atores na problemática antártica, possuindo um viés territorialista –, sendo prudente, deste modo, um avanço gradual da política brasileira com o continente (FERREIRA, 2009).

Outrossim, o GTI sugeriu a criação de dois órgãos em matéria de Antártida, primeiro um órgão interministerial para formulação de políticas públicas destinadas ao continente, que se chamaria Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (Conantar) e a criação do Instituto Antártico Brasileiro (Iantar), o qual seria responsável pela execução das atividades no continente e ficaria sob a hierarquia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (FERREIRA, 2009). O GTI, mesmo que lançando tais pré-projetos, foi encerrado em 1977, mas influenciou mais tarde na criação dos órgãos brasileiros sobre o continente antártico (FERREIRA, 2009).

Desta forma, o Brasil iniciava sua trajetória na Antártida com cautela, inclusive negando convites de outros Estados para o envio de brasileiros em seus programas antárticos, vindo a aceitar somente o convite do governo britânico, por meio do British Antarctic Survey (BAS), sendo este o Programa Antártico Britânico (FERREIRA, 2009). Assim, no verão entre 1976 e 1977, a Marinha do Brasil enviava o seu primeiro observador, o então Capitão de Corveta Luiz Antônio de Carvalho Ferraz – o qual era especializado em oceanografia e teria seu nome emprestado para denominar a estação brasileira no continente (FERREIRA, 2009; IPEA, 2018). O Capitão Ferraz, conforme relatório produzido pelo mesmo, afirmou que os britânicos estavam eufóricos com a participação brasileira, até oferecendo via arrendamento alguma de suas estações desativadas, isto em uma tentativa de levar o Brasil para a esfera de influência inglesa em no que tange ao Sistema Antártico (FERRAZ, 1976 *apud* FERREIRA, 2009). A participação brasileira em expedições do BAS seguiu-se até o final dos anos de 1970, além do envio de oficiais da Marinha brasileira para participação em cursos e seminários no exterior, com o intuito de adquirirem conhecimentos específicos e experiência para o desenvolvimento das atividades do país na região antártica (FERREIRA, 2009).

Posteriormente, outras atividades e políticas importantíssimas seriam destinadas à Antártida, isto já no governo do presidente general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que alcançou a presidência no dia 15 de março de 1979. No cenário político interno havia sob responsabilidade o processo e consolidação da redemocratização do país, enquanto que no

âmbito externo o país passava por um momento de alto endividamento associado ao impacto do Segundo Choque do Petróleo, o que provocou uma drástica recessão econômica entre os anos de 1982 e 1983 (VISENTINI, 2004).

A diplomacia do governo Figueiredo foi chamada de Diplomacia do Universalismo e deu continuidade à política externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico. Tal política externa do país se articulou de modo que conservasse e aprofundasse a presença da diplomacia brasileira ao redor do mundo, dando inclusive continuidade a um processo de intensificação da participação brasileira na política internacional (VISENTINI, 2004). Tal forma de participação internacional foi pronunciada pelo próprio presidente, colocando que a política nacional do governo “[...] caracteriza-se pela presença, cada vez mais marcante, dos interesses nacionais em várias regiões do planeta e na ampla gama de temas em debate no plano internacional” (BRASIL, 1980a, p. 3). Continuando, neste sentido, o Brasil se aproximou ainda mais dos países latino-americanos, dando maior consistência nas relações com estes países, além de alastrar ainda mais a diplomacia brasileira pelo continente africano e asiático (VISENTINI, 2004). Nesta diplomacia o país se coloca como parte do Terceiro Mundo, buscando maior convergência com o Movimento dos Não-Alinhados nos instrumentos internacionais, incrementando as relações com estes países e denunciando as desigualdades político-econômicas entre o centro e a periferia (VISENTINI, 2004). Além do mais, durante a Diplomacia do Universalismo o país teve uma presença muito significativa nos foros multilaterais, participando dos mais diversos temas (VISENTINI, 2004).

Na questão econômica, o país se viu negociando a sua dívida externa e buscou ter superávits na balança comercial, estimulando suas exportações e denunciando o crescente protecionismo dos países desenvolvidos (VISENTINI, 2004). No governo Figueiredo também se percebe um incremento no setor de ciência e tecnologia, o que influenciou positivamente no comércio exterior do país, com exportações de aviões militares fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica, e também influenciando no desenvolvimento e na ação estratégica de segurança, com fomento para o setor informático e nuclear, os quais inclusive muitas vezes eram vítimas de bloqueios políticos por parte das potências (VISENTINI, 2004). Adicionalmente ao setor de segurança, o Estado brasileiro negou a proposta estadunidense de criação da Organização do Atlântico Sul, percebendo esta área como sensível a soberania do país, bem como essencial nas relações com os Estados africanos e para manter a tranquilidade e segurança nas rotas de comércio, como a Rota do Cabo (VISENTINI, 2004).

A Diplomacia do Universalismo direcionada à Antártida teve frutos. Primeiramente,

diante do universalismo da política externa do governo Figueiredo percebe-se a vontade brasileira de espalhar sua diplomacia pelo mundo, participando de decisões das mais diversas temáticas, não fugindo nesse caso a questão antártica. O governo Figueiredo lançou uma série de políticas públicas voltadas para o continente gelado, principalmente sobre questões administrativas e técnicas de como o Brasil iria efetuar sua presença no continente. Toda esta atenção do Brasil também foi oriunda de uma certa pressão do Itamaraty para que o Brasil se envolvesse no Tratado anteriormente a sua revisão, que ocorreria em 1991 (FERREIRA, 2009). Primeiro, para organizar e executar a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), foram instaurados os decretos número 86.829 e 86.830, publicados em 12 de janeiro de 1982, os quais criaram a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR)⁸ e o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)⁹, cuja atribuição ficaria a cargo da já existente Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM), a qual fica sob coordenação do Comandante da Marinha do Brasil – sendo a Autoridade Marítima do país – o que era interessante tendo em vista a necessidade de uma logística naval apropriada para a execução da POLANTAR (BRASIL, 1982a; BRASIL, 1982b; FERREIRA, 2009; IPEA, 2018; BRASIL, [s.d.]). Com a criação de tais órgãos, o país objetivou assegurar a plena participação do mecanismo decisório do Tratado de Washington, demonstrando elevado interesse, promovendo substancial atividade de pesquisa científica e fazendo o envio de uma expedição científica, assim, o Brasil dava os primeiros passos para tornar-se um membro consultivo, fazendo parte das reuniões decisórias (BRASIL, 1982c).

A partir do início das atividades brasileiras com a criação de tais instituições internas, o

⁸ O CONANTAR é o órgão diretivo, que assessoria a presidência na formulação e consecução da Política Nacional para Assuntos Antárticos, sendo sediado no Ministério das Relações Exteriores e composto por representantes de diferentes ministérios e outros órgãos governamentais relacionados com assuntos antárticos, bem como admitindo-se a participação de outras entidades (BRASIL, 1982a; BRASIL, 1982c).

⁹ O PROANTAR um programa interinstitucional, cuja execução é compartilhada por diferentes órgãos, sendo eles: Ministério da Defesa (MD), por intermédio da Marinha do Brasil, responsável pelas atividades operacionais e logísticas, e da Força Aérea Brasileira (FAB), que realiza voos de apoio ao programa; Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável pelos aspectos políticos; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), incumbido de definir a política científica do programa; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pelo financiamento e coordenação das pesquisas científicas; Ministério de Minas e Energia (MME), que, por meio da Petrobras, fornece os combustíveis para o programa; e Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja participação é voltada para os aspectos ambientais; Ministério da Educação, condicionada a difundir a pesquisa científica e as conquistas brasileiras no continente antártico a todo o sistema educacional brasileiro, além de estimular a criação de novos grupos de pesquisa, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). Além disso, universidades e institutos de pesquisa nacionais estão envolvidos nas atividades e pesquisas antárticas. Desta maneira, a integração dos diferentes órgãos federais é de extrema importância para a execução do PROANTAR (BRASIL, 2006; IPEA, 2018). Como ações, o PROANTAR é responsável por estabelecer as metas do país com relação à Antártica, atendendo aos interesses nacionais, levando em conta questões ambientais, estratégicas, geopolíticas e econômicas, tendo em vista também o pleno desenvolvimento de pesquisas científicas no continente, assim como demanda o Tratado da Antártida (BRASIL, 2006; BRASIL, [s.d.]).

Brasil recebeu ofertas de cooperação por diversos países atrelados ao Tratado, como a oferta chilena, a qual oferecia pessoal especializado para planejamento, treinamento e adaptação climática, além da base de apoio em Punta Arenas e a utilização de suas estações na Antártica (FERREIRA, 2009). Todavia, o Brasil teve que esperar o término da Guerra das Malvinas (1982) para dar seguimento no projeto de inserção do país no continente, o que prejudicaria o Brasil ao atrasar as expedições antárticas do país, o que levá-lo-ia a ficar mais tempo de fora do processo decisório do STA, inclusive sobre a já convocada Reunião Consultiva Especial para resolver o impasse sobre a exploração mineral no continente (FERREIRA, 2009).

Mais tarde, com o fim da Guerra das Malvinas, a CONANTAR conseguiu seguir suas atividades, aprovando deliberações, elaborando seu regulamento e possibilitando que o Brasil adquirisse para a Marinha, ainda no ano de 1982, o navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé, o qual serviria para o reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico do continente branco (BRASIL, 2012a). Entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1983, o mesmo navio foi utilizado na Operação Antártica I, com o aceite da cooperação com os chilenos e argentinos, como forma de equilíbrio para não se envolver nas disputas territoriais entre os dois países, assim, a operação conseguiu alcançar seus principais objetivos, que eram buscar regiões propícias para a instalação da estação brasileira no continente, realizar treinamento na navegação entre gelos e em voos de helicóptero, e visitar estações de outros programas antárticos (FERREIRA, 2009). Diante de tais atividades, a presença brasileira foi reconhecida internacionalmente e, então, em 1983, o país foi aceito como parte consultiva do Tratado da Antártida (BRASIL, 2012a). Para Ferreira (2009), uma série de fatores proporcionou ao Brasil ser membro consultivo antes mesmo de construir sua estação antártica e antes de sua adesão ao Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica, como o já existente questionamento por outros países sobre a necessidade de se ter uma estação antártica para adquirir status consultivo e o medo pelos membros fundadores que a pauta antártica fosse internacionalizada na AGNU.

Entre 1983 e 1984 o navio Barão de Teffé, da Marinha do Brasil, no âmbito da Operação Antártica II, dirigiu-se à Antártica com o intuito de transportar e instalar uma estação antártica brasileira (JESUS, SOUZA, 2007; FERREIRA, 2009). Para a instalação da estação científica poderia ser escolhido qualquer ponto na Península Antártica, desde que tivesse boas condições de acesso para embarque e desembarque de pessoal e de material, além de uma ampla área para uma futura ampliação da estação. O local escolhido, conseqüentemente, foi a Península Keller, na Ilha Rei George. O local além de obedecer aos condicionamentos iniciais, tinha um local de fácil acesso para obtenção de água e estava próximo a estações de outros países, o que facilitaria

o apoio mútuo (JESUS, SOUZA, 2007; FERREIRA, 2009). No dia 6 de fevereiro de 1984, foi inaugurada a Estação Antártica Comandante Ferraz, com a primeira equipe que guarneceu no local por 32 dias, no período do verão, deixando-a desativada até o início da operação seguinte. Inicialmente a estação provia de oito módulos, mas já no ano seguinte houve a ampliação para 33 módulos. Entretanto, apenas em 1985 a estação passou a ser ocupada permanentemente por pesquisadores e militares brasileiros (JESUS, SOUZA, 2007; FERREIRA, 2009; IPEA, 2018).

Desta maneira, já nos anos de 1980 o Brasil começava a mudar sua visão territorialista para a Antártida, abandonando a Teoria da Defrontação e deixando de dar tanto peso às questões territorialistas da Argentina e do Chile, o que muitas vezes poderia frear as ações do Brasil no continente (FERREIRA, 2009). A partir disto, o Brasil começou a reger suas ações exclusivamente no âmbito do STA, sendo membro consultivo do Tratado e aderindo ao Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica em outubro de 1984, validando a organização (FERREIRA, 2009; SCAR, 2020), tal validação pode ser observada no discurso de abertura da XXXVM Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1983, quando o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, argumenta que:

Em 16 de maio de 1975, o Brasil aceitou o Tratado da Antártida. Desde então, dentro das possibilidades da economia brasileira, foi estabelecido um programa voltado inteiramente para o desenvolvimento da pesquisa científica. Nosso empenho em participar plenamente do Tratado da Antártida decorreu, inclusive, do fato de ser aquele instrumento internacional o único diploma legal para o Sexto Continente. Pode-se afirmar que o Tratado criou uma nova situação jurídica objetiva (BRASIL, 1983, p. 41).

Além disso, no âmbito do universalismo brasileiro, uma série de discursos conjuntos e acordos com outros países sobre a Antártida ocorreram. Neste aspecto, podemos citar a IX Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica realizada em 1980, quando se inseriu como nova área de cooperação a parceria científica para a realização de uma pesquisa comum na região antártica e troca de informações sobre as pesquisas desenvolvidas até aquele momento como forma de identificação dos projetos de interesse mútuo (BRASIL, 1980a). Tal acordo com a Alemanha ia ao encontro da aproximação científico-tecnológica já existente entre os dois países, como no setor de desenvolvimento nuclear. Além do mais, nota-se no âmbito da consolidação da aproximação com os países da América Latina também no âmbito antártico, como no Comunicado Conjunto Brasil-Uruguaí, em 1980, quando os países colocaram que reconheciam ambas as adesões ao Tratado e buscariam intensificar o intercâmbio de informações sobre o tema (BRASIL, 1980b). Ainda, sobre a aproximação com a latino-americanos somam-se a declaração conjunta com Chile, Argentina e Peru. Com o primeiro, em 1982, por meio de um comunicado conjunto se abordou o interesse de cooperação

científica e intercâmbio de informações sobre a Antártica (BRASIL, 1982a). Já com o segundo, em uma ocasião de discursos dos chanceleres dos dois países, o chanceler argentino colocou a experiência do seu país à disposição para a cooperação com o Brasil e suas atividades pretendidas na Antártida, além de ambos os oficiais terem colocado o desejo dos países em estreitar seus laços, valendo-se no mesmo sentido no quadro científico tecnológico para a Antártida (BRASIL, 1982d). E com o Peru, mencionou a colaboração na pesquisa antártica, com a participação de cientistas peruanos nas futuras atividades antárticas do Brasil (BRASIL, 1984). Neste sentido, o país que visava alicerçar os laços com os países da América Latina, também encontrou esse espaço nos assuntos relacionados à Antártida.

Por fim, podemos notar que a questão científica e tecnológica do governo Figueiredo foi ao encontro das questões antárticas. O país criou órgãos para lidar com a ciência e a pesquisa antártica, buscou acordos de cooperação e reconheceu a necessidade da pesquisa para a adesão completa do STA. Durante seu governo a questão antártica teve alto grau de debates, sendo um período repleto de avanços da participação brasileira, desde com a criação de entidades até a compra do navio e busca por acordos de cooperação com outros países. A seguir, veremos como se seguiu a política antártica na transição para a democracia, durante o governo de José Sarney, ainda dentro do paradigma desenvolvimentista.

3.4 A Política Externa Brasileira para a Antártida na redemocratização: a diplomacia de José Sarney (1985-1990)

José Sarney tomou posse em abril de 1985 após a redemocratização, em um cenário de encaminhamento para o final da Guerra Fria, tendo como preocupação a situação econômica no país, lidando com inflação e crise da dívida externa, o que interrompeu o ritmo de crescimento dos governos anteriores e levou a uma série de problemas sociais no país (CERVO, BUENO, 2015). Nestes pontos, para combater a inflação adotou três diferentes planos econômicos durante o seu governo, o Plano Cruzado, em 1986, o Plano Bresser, em 1987 e o Plano Verão, em 1989, todos sem resultados consistentes; já no que tange à dívida externa teve que negociar com os credores internacionais, chegando a decretar uma moratória em 1987, negando-se a pagar os juros aos bancos privados relativos à dívida de médio e longo prazos (BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015).

No que se refere à Política Exterior do Brasil, o período de Sarney foi marcado pela prevalência da continuidade, dando seguimento ao universalismo, à solidariedade, ao pragmatismo, à busca pelo desenvolvimento nacional, à defesa da não proliferação e do desarmamento, da defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, além da

característica de defensor da paz, da boa convivência internacional e de participante dos instrumentos multilaterais (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015).

O Universalismo do governo foi marcado pela defesa da democracia, influenciado pela inserção do país em um regime democrático, e pelo início do entendimento sobre a globalização, apontando o fator de conexão com o mundo exterior como decisivo para a inserção do país no âmbito internacional (BARRETO, 2012). Em proximidade com o universalismo, o caráter multilateral da Política Externa Brasileira tomou ainda mais peso. Nesta perspectiva, o Brasil atuou nos mais variados foros multilaterais, com diferentes temas, muitas vezes denunciando e sugerindo mudanças no sistema internacional, buscando o desenvolvimento e a superação de dependências, tendo consciência do seu perfil diplomático e apresentando-se como defensor de soluções pacíficas e negociadas de controvérsias (CERVO, BUENO, 2015; BARRETO, 2012). Além disso, o país buscando seu fortalecimento nos fóruns internacionais, levantou a bandeira por uma maior democratização da ordem internacional, propondo o aumento de cadeiras no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e conseguindo, a partir da sua presença marcante nas AGNU, ser eleito para a vaga não permanente no CSNU (BARRETO, 2012).

Ainda no plano multilateral, o Brasil lançou a ideia de uma comunidade de países de língua portuguesa e criou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (BARRETO, 2012). Além do mais, houve avanços na atuação brasileira em fóruns internacionais sobre direitos humanos e meio ambiente. O tema sobre direitos humanos tomava forma na política externa em compasso com o novo regime democrático do país, impulsionado pela nova Constituição Federal que garantiu os direitos civis fundamentais, neste aspecto o Estado brasileiro aderiu a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, aos pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas e à Convenção contra a Tortura da ONU, deste modo, integrando-se nesta discussão mundial, inclusive manifestando-se contra o apartheid, e melhorando a imagem do país no SI (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017).

Sobre a questão ambiental houve um incremento nas discussões internacionais a partir do final da década de 1980, com dados científicos sobre as mudanças climáticas, como a diminuição da camada de ozônio – como a Conferência de Montreal –, além de debates sobre desenvolvimento sustentável – como a Comissão e o relatório Brundland –, gerando uma divisão em que países industrializados pediam o fim da destruição de florestas tropicais aos países do Terceiro Mundo, enquanto os países em desenvolvimento denunciavam a poluição

industrial dos países industrializados (VILLA, 2004; BARRETO, 2012). Neste ínterim, a temática ambiental passou a receber maior intensidade e atenção, inclusive do Brasil, o qual atuou em diferentes instrumentos internacionais, primeiro defendendo a soberania do país sobre a Amazônia e prometendo políticas públicas para a preservação ambiental, principalmente contra a devastação da floresta amazônica (RICUPERO, 2017). Na questão ambiental, o país também participou de uma reunião regional sobre o meio ambiente na América Latina, realizada no México, e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, quando chegaram a um acordo sobre a criação de um comitê encarregado de estudar os efeitos de gases sobre a camada de ozônio (BARRETO, 2012).

O país ainda tinha o entendimento sobre não causar danos ao meio ambiente de outros países, percebendo que o dano ambiental é transnacional, podendo chegar a um problema global, e por mais que defendesse a soberania da Amazônia e seus recursos naturais, colocava que respeitava e entendia a importância dos órgãos internacionais como meios para a preservação por via da cooperação (BARRETO, 2012). Também defendia a transferência de recursos do centro para a periferia para que os Estados pudessem criar programas de prevenção à poluição; a transferência de tecnologias que ajudassem nas políticas de proteção ambiental; e defendeu o desenvolvimento de fontes alternativas de energia (BARRETO, 2012). Além do que, o Brasil apresentou candidatura para ser sede da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que após aceita seria realizada em 1992, no Rio de Janeiro (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Por fim, a partir de janeiro de 1986, o país proibiu a caça de baleias no território nacional por cinco anos, conforme estipulado em uma Comissão Internacional para a preservação de baleias (BARRETO, 2012).

No que tange ao desenvolvimento, Sarney buscava a retomada do crescimento e a redução da vulnerabilidade externa principalmente nos setores financeiro, tecnológico e comercial, preferindo um desenvolvimento mais atrelado ao mercado do que um desenvolvimento autárquico (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; BARRETO, 2012). No comércio internacional o Brasil além de buscar novos mercados, teve que protestar contra o protecionismo, o unilateralismo e a adoção de medidas arbitrárias e lidar com os contenciosos de informática e de farmacêuticos em um período de atrito comercial com os EUA (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; CERVO, BUENO, 2015; BARRETO, 2012).

No campo da segurança, o Brasil protestava contra a corrida armamentista, inclusive criando a proposta junto à ONU de criação de uma zona de paz, para lidar com problemas de segurança regionais, livre da corrida armamentista e de armas nucleares, que mitigasse o

conflito leste-oeste, que promovesse a cooperação, visando também o desenvolvimento econômico e social dos Estados da região, tal proposta teria o nome de Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (BARRETO, 2012). Na questão nuclear, o país defendia uma resolução pacífica e multilateral contra a proliferação, participando e liderando importantes fóruns e acordos sobre o tema, alertando o compromisso brasileiro de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos (BARRETO, 2012).

Referente à cooperação, o país se aproximou ainda mais da América Latina, incluindo na Constituição Federal de 1988 a integração econômica, política, social e cultural dos povos latino-americanos (BRASIL, 1988a; BARRETO, 2012). Aproximou-se ainda mais com os países do Cone Sul, principalmente a Argentina, criando acordos de cooperação em diferentes campos, fato este derivado também do processo de democratização dos dois países, o que gerou diminuição da desconfiança mútua, criando até, em 1988, o Tratado que estabeleceu o Mercado Comum Brasil-Argentina – que seria o ascendente para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011). O país ainda se aproximou da URSS e de outras economias planificadas, além de intensificar a cooperação com países asiáticos e africanos (BARRETO, 2012)¹⁰.

Agora, em matéria de Antártida, a política externa apresentou-se de maneira menos concreta do que no governo Figueiredo, sem maiores dispêndios de investimentos, mas ainda assim, o país articulou-se mais plenamente no setor diplomático sobre as questões antárticas. Ainda na primeira metade da década de 1980, o Brasil notificou o governo britânico sobre o seu interesse em aderir ao acordo sobre Conservação das Focas Antárticas (CCAS), tendo sua aprovação no ordenamento jurídico brasileiro apenas em 1991 (FERREIRA, 2009). O Brasil também foi admitido em 1986 como membro pleno da Comissão para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos, o qual se instaurou com o objetivo de conservação do meio antártico e utilização racional destes recursos, o qual a partir de pesquisas científicas e dados, atualizariam os critérios, métodos e medidas necessárias para a preservação ou exploração, ressaltando o Krill, que é uma espécie de camarão comercializada e de importância para a alimentação mundial (BRASIL, 1986a). Deste modo, o Brasil poderia ficar a par e conseguir algum benefício no aproveitamento dos recursos naturais antárticos, sendo que a pesca no

¹⁰ Vale pontuar que o país colocou os princípios da política externa na Constituição Cidadã, defendendo a independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e a concessão de asilo político (BRASIL, 1988a; BARRETO, 2012). Deste modo, o Brasil deixava claro a sua disposição ao diálogo e a sua vontade de se colocar cada vez mais como um importante ator global na área diplomática.

âmbito da CCAMLR seria como uma experiência para as atividades brasileiras sob critérios ambientais e técnicos (FERREIRA, 2009).

Ainda, no âmbito do governo Sarney, ocorreu a XIX Reunião Consultiva do Tratado da Antártida realizada no Rio de Janeiro, em 1987. Na ocasião, o Brasil se pronunciou reconhecendo o valor político, de cooperação e de paz do Tratado; atuou com convicção sobre a proteção ambiental do Continente Austral; colocou que o país tem seus interesses respaldados pelo Tratado e que o país, quando o Tratado fosse revisado, teria o direito de defender seus interesses; e declarou sua felicidade em ver outras nações em desenvolvimento aderindo ao instrumento internacional (BRASIL, 1987b). Além disso, colocou a convergência de ideias entre a diplomacia brasileira e o Tratado da Antártida:

Os primados básicos que norteiam a atuação do Brasil na esfera internacional - os da igualdade soberana dos Estados, da solução pacífica das controvérsias, da não-ingerência em assuntos internos de outros países - condicionam e balizam nosso comportamento em relação às questões antárticas. A política do país em face do continente é parte integrante da política externa brasileira (BRASIL, 1987b, p.5).

Para mais, o Brasil assinou no dia 25 de novembro de 1988, na Nova Zelândia, a Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos (CRAMRA), o qual preenche uma lacuna do Tratado. Tal convenção estabeleceu que a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais antárticos ficariam proibido até que fosse permitido por meio das instituições criadas pela Convenção, além de ter sido criado dispositivos de salvaguardas para o interesse dos países em desenvolvimento, o que correspondeu aos anseios brasileiros (BRASIL, 1988b). A atuação brasileira colocou a proteção ambiental como fator proeminente na política antártica do país (FERREIRA, 2009). Em 1984, em Tóquio, e em 1985, no Rio de Janeiro, durante as reuniões do CRAMRA, a delegação brasileira trabalhou para que as demandas por exploração mineral não subjugassem as questões ambientais, colocando que a proteção ambiental e da pesquisa científica deveriam prevalecer sobre a exploração de minérios (FERREIRA, 2009). Desta forma, o Brasil buscava paulatinamente ter uma participação completa no âmbito do Sistema do Tratado Antártico (FERREIRA, 2009).

O Brasil apresentou-se cada vez mais como um defensor do meio ambiente, sendo inclusive elogiado por meio de um relatório da Organização não Governamental Greenpeace, colocando o Brasil como apenas um dos três países que receberam comentários satisfatórios sobre as suas bases científicas no continente, o que gerou ainda mais energia brasileira para desempenhar seu papel como conservador ambiental do Tratado, incluindo a pauta ambiental em seus discursos durante as reuniões consultivas (BRASIL, 1989a; VILLA, 2004). Neste

interim, a própria CONANTAR coloca a percepção ambiental para o Continente Gelado ao instruir a delegação do Brasil para XV Reunião Consultiva Especial, levando também em conta a proximidade do continente com o território nacional:

Nesse contexto, a CONANTAR determinou que o Brasil propugnasse medidas capazes de fortalecer o respeito aos frágeis e únicos ecossistemas antárticos, tendo em vista a proximidade entre o território nacional e a área de aplicação do Tratado da Antártida, assim como a conduta internacional, reconhecida como exemplar, que o Brasil tem mantido na Antártida no que diz respeito ao gerenciamento do meio ambiente (BRASIL, 1989a, p. 121).

E assim se fez. A delegação do Brasil, na XV Reunião, levou como agenda medidas abrangentes para a proteção do meio ambiente antártico e ecossistemas dependentes e associados (BRASIL, 1989b). E complementou,

Esta XV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida reveste-se de grande importância pelo fato de que se realiza no momento em que a opinião pública internacional dedica especial atenção à maneira como nós, países ativos na Antártida, administramos nossas atividades naquele continente. **A consciência nova e difundida dos assuntos relativos a Antártida decorre do reconhecimento não só da importância de proteger-se o meio ambiente antártico, único e frágil e seus ecossistemas dependentes e associados, mas também do significado da Antártida para a compreensão do meio ambiente mundial e da chamada mudança global** (BRASIL, 1989b, p. 77, **grifo nosso**).

Desta maneira, a questão ambiental foi tomada como fio condutor da política externa brasileira para a Antártica durante o governo Sarney. Do mesmo modo, o Brasil atuava de forma significativa em outros fóruns internacionais, ganhando notoriedade internacional sobre como sua diplomacia articulava-se sobre o tema. Desta forma, o país entendeu as novas percepções de segurança internacional da década de 1980, principalmente no que se refere ao meio ambiente, atraindo tal tema para a agenda internacional do país, inclusive para o continente antártico. Vale apontar o papel central da CONANTAR, a qual a partir de diversas análises, ponderava que o Brasil deveria tomar postura de defensor ambiental nas reuniões das partes consultivas e buscar uma maior atuação do país no STA (BRASIL, 1989a)

Voltando à questão da exploração mineral na Antártida, o Brasil novamente apresentou seu posicionamento durante a XV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida. Neste momento, o país colocou que apesar de não ter participado das reuniões prévias sobre a exploração mineral do continente (devido à ainda não ser membro consultivo do Tratado anteriormente a 1984), participando apenas de uma em 1984 e que assinou a Convenção em 1988, pois acreditava que tal quadro legal poderia fortalecer a paz e evitaria possíveis conflitos no continente (BRASIL, 1989b). A partir disto, o Brasil se pronunciou de forma convincente do que esperava do Tratado e das partes ali presentes, isto porque muitos países já se inclinavam

para uma revisão da Convenção (VILLA, 2004), assim pronunciando-se que:

Se os países que participaram da discussão daquelas premissas concluírem, apenas um ano após a adoção da Convenção por consenso, que tais premissas não são mais válidas, o Brasil certamente não insistirá na necessidade ou utilidade da existência de um regime acordado de recursos minerais. **Deve ficar claro, entretanto, que o Brasil não aceita a interpretação de que as atividades minerais na Antártida poderão ser executadas na ausência de um regime acordado e em vigor.** As ameaças que tais ações representariam a harmonia e a cooperação pacífica na Antártida poderiam tornar-se uma pressão demasiadamente forte para o Sistema do Tratado da Antártida. Não é do interesse de nenhum país expor o sistema a tal risco (BRASIL, 1989b, p. 78, **grifo nosso**).

Assim, o Brasil demonstrava-se preocupado com o tema, colocando seu respeito aos fóruns internacionais e apontando sua preocupação quanto a estabilidade do continente. Além do mais, ao assinar a Convenção sobre Recursos Minerais, em novembro de 1988, colocou sua percepção sobre manter a região como um lugar pacífico, argumentando que a Convenção estava evitando a possibilidade que ocorresse uma corrida desenfreada por estes recursos naturais. Além disso, colocou que o fato da possibilidade de dissolver a convenção, que proíbe a exploração, somente por consenso – diante do Tratado – daria maior estabilidade para tal questão (BRASIL, 1988b).

Outrossim, houve mudanças no âmbito administrativo do Itamaraty para lidar com o tema. Até 1985 o tema ficava sob a administração da Divisão de América Meridional I e da Divisão das Nações Unidas, posteriormente foi criada a Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço Exterior, que ficou inicialmente sob o Departamento de Organismos Internacionais e mais tarde sob o Departamento de Temas Especiais (que se tornou o Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais) (FERREIRA, 2009). Também houve atualizações no âmbito da POLANTAR a partir do Decreto 94.401, em junho de 1987, a qual definia a POLANTAR¹¹ como o instrumento para a consecução dos objetivos do Brasil na Antártida, o qual consideraria, ao desenvolver suas atividades e objetivos, essencialmente os compromissos assumidos no âmbito do Tratado da Antártida (BRASIL, 1987c).

Além disso, pode-se perceber a atuação brasileira na questão desenvolvimentista

¹¹ A partir da atualização da POLANTAR, o Brasil, consoante o Decreto 94.401, também atualizou os objetivos brasileiros no continente antártico, sendo eles: a) participação em todos os atos internacionais e instituições que compõem o Sistema do Tratado da Antártida; b) prosseguimento e ampliação do Programa Antártico Brasileiro, que é fundamento da inclusão do Brasil entre as Partes Consultivas, objetivando: i) maior conhecimento científico da região antártica em todos os seus aspectos, por meio do desenvolvimento das atividades brasileiras na Antártida, com envolvimento crescente de cientistas brasileiros; ii) identificação dos recursos econômicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades de seu aproveitamento; iii) propiciamento de avanços da tecnologia nacional aplicável às condições fisiográficas e ambientais no continente antártico e da área marinha adjacente, bem como a eventual exploração e o aproveitamento de recursos vivos e não-vivos; c) participação na exploração e aproveitamento de recursos vivos marinhos e de recursos minerais antárticos e, se esta ocorrer, participação igualmente em condições que compensem a condição de país em desenvolvimento (BRASIL, 1987).

atrelada à Antártida. Na voz do chanceler brasileiro Olavo Egydio Setúbal, em 1985, o país denunciou o desenvolvimento e o acesso mais avançado da ciência e da tecnologia dos países mais desenvolvidos, desta forma, ficando mais ricos, poderosos e a frente nas disputas por fontes energéticas, atrelando este discurso também a Antártida (BRASIL, 1985a). No âmbito da XIII sessão da CONANTAR, foi afirmado que o Brasil, sendo um país em desenvolvimento, buscava programas internacionais que envolvessem avanços tecnológicos. Também colocou que o país não reivindicaria soberania territorial, pois a possibilidade de acesso às diferentes áreas do continente lhe parece mais adequada. Também inteirou a elevada possibilidade de cooperação internacional que o Tratado oferecia, absorvendo conhecimento tecnológico e científico, sendo fatores importantes para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 1985b). Além de colocar que a busca por ciência e tecnologia fazem parte do processo de desenvolvimento da nação, mesmo que demandasse por um alto investimento (BRASIL, 1985b). Adicionalmente, quanto aos Recursos Minerais Antárticos, a partir do exame do tema, que foi objeto de discussão da IV Reunião Consultiva Especial, em Tóquio, o Brasil colocou as desvantagens que o poderia ter em decorrência da sua posição como país em desenvolvimento, solicitando, portanto, que o país fosse compensado por condições adequadas dependendo da eventual definição do regime de exploração mineral (BRASIL, 1986b).

O país também, durante o governo Sarney, em consonância com a aproximação com diversos países, principalmente os países latino-americanos, buscou a cooperação com um maior número de países em matéria de Antártida. Neste ponto, houve declaração conjunta com o Equador, os quais reconheceram a importância dos programas antárticos e apontaram para uma cooperação com intenção de melhor inserir o país equatoriano no continente, além de serem favoráveis a cooperação entre as suas respectivas organizações internas sobre o tema (BRASIL, 1986a). Com o Uruguai, houve outra declaração conjunta, apontando que tomaram medidas para intensificar a cooperação entre os seus programas antárticos e procurariam coordenar suas posições nos fóruns do STA (BRASIL, 1986a). A aproximação com a URSS também resultou no ano de 1987 em declarações conjuntas também sobre a Antártida, quando declaram a boa funcionalidade do Tratado, o qual promove a paz, a preservação ambiental e a cooperação internacional, deste modo, manifestaram-se a favor da consolidação e aperfeiçoamento do STA (BRASIL, 1987d). Além do mais, a CONANTAR junto ao Itamaraty, em 1986, fez uma nota à imprensa, colocando a cooperação com os outros países como sendo uma atividade de importância, e que seria emprestado o porto de Rio Grande para navios antárticos estrangeiros, como forma de intensificar a cooperação brasileira junto aos outros

Estados (BRASIL, 1986b).

A Política Exterior Brasileira para a Antártica ao longo do mandato do presidente Sarney, portanto, apresentou-se mais participativa nos fóruns do Tratado, principalmente porque o país já era membro consultivo, partindo agora a responsabilidade para alastrar a política nacional para a Antártida por todos os órgãos do STA. Assim, o país apoiado ainda pelo multilateralismo e universalismo, participou de uma gama de reuniões sobre diferentes assuntos sobre o tema, tendo o tema ambiental como ponto forte na política para o continente. Além do mais, sendo o governo Sarney o último presidente do paradigma desenvolvimentista, tivemos traços do desenvolvimentismo nacional, com o Brasil lutando mesmo nos fóruns antárticos, para que se obtivesse maior incentivos econômicos, com transferências técnicas para o desenvolvimento de suas atividades e logro com as possibilidades que o continente pudesse ofertar, visando, conseqüentemente, o desenvolvimento interno do país. Há de se notar, por fim, a consonância na busca pela aproximação com outros países, como os latino-americanos e a URSS.

Durante o período desenvolvimentista, portanto, houve a inserção do Brasil no tema antártico, tendo sua adesão ao Tratado nesse período, colocando o país sob a jurisdição do regime internacional para a Antártida. Em suma, abaixo é apresentado uma tabela sobre as principais ações de cada governo para a Antártida durante o Paradigma Desenvolvimentista, em destaque os principais pontos.

Tabela 1 – Resumo da Política Antártica Brasileira durante o paradigma desenvolvimentista

Governo	Período	Ações da política externa brasileira para a Antártida
Juscelino Kubitschek	31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961	<ul style="list-style-type: none"> – Pronunciamento da delegação brasileira na 11ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os primeiros debates políticos multilaterais sobre o continente; – Envio de nota diplomática em tom de crítica aos EUA, devido à falta de convite para a participação na Conferência de Washington; – Início da atenção brasileira para a Antártida.
Jânio Quadros	31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961	<ul style="list-style-type: none"> – Nenhuma ação concreta; – Ideais da política externa em comum com o texto do Tratado da Antártida.
João Goulart	7 de setembro de 1961 a 2 de abril de 1964	<ul style="list-style-type: none"> – Nenhuma ação concreta; – Ideais da política externa em comum com o texto do Tratado da Antártida.

Castelo Branco	15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967	<ul style="list-style-type: none"> – Nenhuma ação concreta; – Ideais da política externa em comum com o texto do Tratado da Antártida.
Costa e Silva	15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969	<ul style="list-style-type: none"> – Nenhuma ação concreta; – Ideais da política externa em comum com o texto do Tratado da Antártida.
Emílio Médici	30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974	<ul style="list-style-type: none"> – Nenhuma ação concreta; – Ideais da política externa em comum com o texto do Tratado da Antártida; – Negativa e receio do governo em participar do Tratado de Washington.
Ernesto Geisel	15 de março de 1974 a 15 de março de 1979	<ul style="list-style-type: none"> – Adesão ao Tratado da Antártida; – Criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para lidar com o tema antártico; – Envio do primeiro observador ao continente.
João Figueiredo	15 de março de 1979 a 15 de março de 1985	<ul style="list-style-type: none"> – Criação de instituições administrativas e técnicas, como a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); – Estruturação hierárquica da política nacional para a Antártida; – Compra do navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé; – Realização da Operação Antártica I, a qual tinha como principal objetivo a busca de um local para a instalação da base antártica brasileira; – Ascensão para membro consultivo do Tratado da Antártida; – Inauguração da Estação Antártica Comandante Ferraz; – Discursos bilaterais conjuntos com Alemanha, Argentina, Peru, Uruguai; – Entrada como membro no Comitê Científico Internacional sobre Pesquisa Antártica (SCAR).
José Sarney	15 de março de 1985 a 15 de março de 1990	<ul style="list-style-type: none"> – Atuação mais acentuada do corpo diplomático para lidar com a temática antártica; – Notificação ao Reino Unido sobre o interesse em aderir ao acordo sobre Conservação das Focas Antárticas (CCAS); – Admissão como membro pleno da Comissão para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos; – Cidade do Rio de Janeiro como sede da XIX Reunião Consultiva do Tratado da Antártida; – Adesão à Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos (CRAMRA); – Elogio por parte da Greenpeace sobre a base científica do país no continente; – A partir de discursos e posicionamentos, a questão ambiental começa a tornar-se fio condutor da política externa brasileira para a Antártica; – Criação da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço Exterior, atualizando a administração do Itamaraty sobre o tema; – Atualização da POLANTAR; – Cooperação bilateral com Equador, Uruguai e União Soviética.

Fonte: Elaboração do autor, **grifo nosso**.

A seguir, dando continuidade a esta pesquisa, será abordado a política externa antártica dos governos do Paradigma Normal, o qual abrange os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Pedro Henrique Cardoso, datando o período de 1990 a 2003.

4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA DURANTE O PARADIGMA NORMAL

O Paradigma Normal ocorreu durante os governos neoliberais latino-americanos na década de 1990, os quais tinham na sua frente formuladores que tiveram uma formação nos EUA, criando-se uma perspectiva de pensamento atrelada ao monetarismo (CERVO, 2008). Este pensamento aflorou pela região, consoante Cervo (2008, p. 76), “Irrompeu com tanta força, coerência e convergência regional entre os países, que nada lhe compara em outras partes do mundo”. No Brasil, influenciado pelas demais experiências latino-americanas, principalmente a argentina, o Paradigma Normal ou Neoliberal marcou a ruptura quase total com o Paradigma Desenvolvimentista, o qual tinha no seu âmago o Estado como o principal ator para o desenvolvimento nacional (CERVO, 2008).

O Paradigma Normal buscava tirar proveito de uma globalização a princípio benigna, mas que o deixou refém das recomendações e ingerência do centro capitalista (CERVO, 2008). Além do mais, os pensadores deste paradigma ignoram o desenvolvimento por meio das iniciativas estatais, optando pela redução do funcionalismo do Estado como indutor do desenvolvimento, colocando o desenvolvimento atrelado ao livre mercado (CERVO, 2008). Assim, o Estado apenas deveria lidar com a estabilidade econômica, com um perfil monetarista, com o mercado ficando responsável por todas as outras necessidades econômicas, ocorrendo privatizações e com forte proteção do capital e de empresas estrangeiras (CERVO, 2008). Para Cervo (2008), o Paradigma Neoliberal, embora tenha forçado o empresariado local a modernizar suas plantas e métodos, acabou gerando um alargamento das dependências estruturais, estas sendo financeiras, empresariais e tecnológicas, deixando o país mais vulnerável externamente, desmantelando, por meio de uma competitividade injusta, o empresariado nacional, além de fechar centros de pesquisa e inovação, com o sucateamento de vários bens públicos (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015).

Por conseguinte, Cervo (2008, p. 80) aponta que os formuladores de política adotaram “[...] a abertura econômica como estratégia, sem nenhuma estratégia de inserção adequada no mundo da interdependência real”. E adiciona que foi sacrificado a “[...] a autonomia decisória aos comandos do centro capitalista, simplesmente porque suas instruções erigiam o império do mercado” (CERVO, 2008, p. 80). Assim, os interesses nacionais ficam reféns do ordenamento multilateral das relações internacionais e do ordenamento sistêmico das forças do capitalismo, o que se chama de governança global, tendo, desta forma, menos chance de barganha e fluidez nas relações e decisões do SI (CERVO, 2008). O Paradigma Normal comportou ainda leves

traços de período desenvolvimentista e certas características do paradigma logístico (que veremos mais adiante), os quais puderam ser mais visíveis ao longo do seu trajeto nos governos brasileiros, comportando os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Pedro Henrique Cardoso, os quais serão trabalhados no próximo tópico (CERVO, BUENO, 2015).

4.1 A Política Externa dos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para o Continente Austral

O governo de Fernando Collor de Mello teve início no dia 15 de março de 1990, sendo o primeiro presidente eleito pelo voto popular direto após a redemocratização do país (BARRETO, 2012). Seu governo foi marcado pelo agravamento da inflação, por escândalos de corrupção e pela liberalização econômica (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). No cenário externo, o enredo era o final da Guerra Fria, com a reunificação alemã e a desintegração da URSS, dando uma nova roupagem às RI; além do mais, no plano hemisférico, se tinha uma troca dos governos militares por governos civis; na África, o fim do Apartheid e a independência dos países africanos caracterizaram o período (BARRETO, 2012).

Collor, na sua política externa, entendendo a necessidade de continuidade do universalismo da diplomacia brasileira, tinha como objetivo aumentar a participação do Brasil nas grandes decisões internacionais, defendendo as populações nativas e o meio ambiente nos fóruns internacionais (BARRETO, 2012). Seu lado liberal logo mostrou-se também presente, apoiou em discurso a liberdade e os direitos dos indivíduos, além de defender a democracia, as minorias, o desenvolvimento, a livre-iniciativa econômica e a paz no contexto global (MELLO, 1991 *apud* BARRETO, 2012).

Nos fóruns multilaterais, o Brasil continuou a atuar em diferentes instrumentos internacionais, como na Conferência Ibero-americana e na ONU, inclusive solicitando maior democracia e reajustes no Conselho de Segurança (BARRETO, 2012). Na questão nuclear, o governo brasileiro seguiu o posicionamento de defesa da não proliferação e do desarmamento, mencionando a finalidade pacífica das pesquisas sobre energia nuclear no país, além do mais, com a Argentina diversos foram as iniciativas conjuntas com o objetivo de levar maior estabilidade para o continente, o que gerou ainda mais aproximação com o país vizinho (BARRETO, 2012). O Brasil, em colaboração com a Argentina, ainda, durante a Comissão do Desarmamento, lançou uma ideia de cooperação conjunta internacional para o compartilhamento de tecnologias sensíveis, o que mostra certa preocupação com a questão de segurança e desenvolvimento do país (BARRETO, 2012). Desta forma, o país atuou fortemente para a redução e eliminação das armas de destruição em massa no mundo, sempre colocando o

país como fomentador da paz e interessado somente no uso pacífico das tecnologias nucleares (BARRETO, 2012).

A inclusão dos Direitos Humanos na agenda da diplomacia brasileira seguiu durante seu governo, buscando consolidar o papel brasileiro como defensor e promotor dos direitos humanos (CERVO, BUENO, 2015). Neste período, o Brasil aderiu a vários instrumentos internacionais sobre direitos humanos, sendo que na ONU, o presidente defendeu a democracia e uma política mundial sobre direitos humanos mais concreta e abrangente, advogando principalmente pelo direito à vida e pela causa da preservação dos costumes dos povos indígenas brasileiros (BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015). Tal declaração surgiu efeitos positivos no âmbito internacional, chegando até a receber uma carta de apoio da Anistia Internacional. Desta forma, a imagem do país como defensor dos direitos humanos paulatinamente tomava robustez, colocando tal discussão, junto da democracia, do desenvolvimento econômico e social, como sendo de apreço da diplomacia brasileira (BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015).

No que se refere às questões ambientais, a política externa deste período ganhou ainda mais peso, o que vai acarretar numa espécie de legado sobre temas ambientais para a política externa nacional. Durante o mandato de Collor, em 1992, ocorreu a Eco-92, Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tal fórum multilateral foi tratado pelos dirigentes brasileiros como um assunto político e como uma das maiores reuniões internacionais do século, por ser um assunto humanitário e com a participação de entidades não governamentais, cujo um dos frutos foi a Agenda 21, a qual tinha como propósito ser uma ferramenta multilateral para o desenvolvimento sustentável (BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015). Anteriormente e durante o evento, o Brasil defendeu o desenvolvimento ecológico, com uma responsabilidade ambiental compartilhada entre todos os Estados, e defendeu que os países em desenvolvimento precisavam ter acesso facilitado às tecnologias adequadas que permitissem eliminar os danos causados ao meio, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pelo Brasil corroborava a diversificação das ações externas almejada pelo país (BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015).

No campo econômico-comercial, Collor reconhecia a interdependência mundial, liberalizou as importações do país e abriu o mercado, buscando desta forma mais competitividade no cenário internacional, além disso, em 1991, deu-se início ao processo de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a assinatura do Tratado de Assunção em março de 1991 (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Além do mais, o país liberalizou e

buscou aumentar o mercado dos produtos primários, discutindo inclusive no GATT políticas facilitadoras para a inserção dos bens brasileiros. Fórum este que o Brasil também atuou em matéria de propriedade intelectual (BARRETO, 2012). Collor, por conseguinte, apresentou-se com um perfil liberal, privatizando estatais e abrindo a economia do país, além do mais almejou a integração regional, com iniciativas como o MERCOSUL.

No que condiz com a política externa para a Antártida, Fernando Collor seguiu a linha ambientalista para a região, sendo que durante o seu mandato foi assinado o importante Protocolo de Madri. Nesse período foi orientado que as delegações brasileiras nas ATCMs deveriam agir de forma a saudar o STA e marcar seus discursos pelo apoio ao fortalecimento e a institucionalização do Tratado e seus instrumentos extras, como o Protocolo de Madri (BRASIL, 1990a; FERREIRA, 2009).

A cooperação com países vizinhos para o âmbito antártico também seguiu no governo Collor. Neste aspecto, bilateralmente, por meio de declaração conjunta, Brasil e Argentina afirmaram seus desejos em fortalecer o sistema e colocaram proteção ambiental do continente como políticas a serem continuadas pelos seus países (BRASIL, 1990b). Além do mais, ambos os países declararam sua intenção em incrementar consultas bilaterais, como forma de intensificar as trocas de informações sobre seus posicionamentos nos instrumentos internacionais sobre a Antártica (BRASIL, 1990b). A mesma política brasileira de aproximação em termos de cooperação antártica pôde ser observada com o Chile – outro importante ator no STA –, quando ambos declararam a preocupação com a pauta ambiental, devendo a cooperação de ambos serem pautadas sobre a preservação dos ecossistemas frágeis do continente, incluindo ações conjuntas no âmbito da reunião especial do Tratado a ser realizada em Vinã del Mar, para a construção de um regime internacional ambiental sobre a Antártida (BRASIL, 1990b). Com o Equador, ainda em 1990, o Brasil apresentou-se como um parceiro para a inserção do país vizinho como parte consultiva do Tratado, além de declararem o interesse em seguir a cooperação científica para a região antártica (BRASIL, 1990a).

A integração sul-americana para a Antártida, deste modo, apresentou-se como parte da Política Externa Brasileira para o continente, deste modo, vale colocar o pronunciamento da delegação brasileira, durante Primeira Reunião do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. em Nairobi, em 1990:

O Brasil já está trabalhando com seus parceiros do Tratado de Cooperação Amazônica, com seus vizinhos do Cone Sul, vinculados pelo Sistema da Bacia do Prata, com seus sócios na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e com os membros do Tratado da Antártida. Estaremos trabalhando estreitamente com Argentina e Uruguai, Chile e Paraguai, a fim de definir políticas conjuntas e tomar

nossa crescente integração presente e operacional também em questões ambientais. A Argentina trabalhará de perto conosco para tornar essa Conferência um grande êxito (BRASIL, 1990a, p. 82).

Desta maneira, o país apresentou suas pretensões de cooperação para a região da América do Sul, evidenciando a aproximação com a Argentina e colocando-se como um *ecological policy maker*. Tal declaração ainda se utiliza da presença brasileira na Antártida e da sua proteção ambiental no continente, como uma forma de mitigar as críticas sobre o tratamento brasileiro sobre a Amazônia. Vale colocar também que o início da participação brasileira no âmbito da Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL)¹² começou durante o governo Collor, sinalizando também uma integração política da região para o continente (RAPAL, S/d).

Outrossim, em fevereiro de 1991, Fernando Collor tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar a Antártida, conhecendo a EACF (BRASIL, 1991b). Para Ferreira (2009), a ida do presidente à península antártica consolida a perspectiva ambientalista do país para o continente, a qual também estava atrelada com a crescente prioridade do seu mandato às questões ecológicas. Tal percepção mostra-se presente no discurso do Chefe de Estado brasileiro para as partes consultivas durante sua estadia na região, mostrando seu contentamento com o Tratado, por ser um exemplo de paz e cooperação no cenário internacional, o qual afastava a ameaça nuclear (BRASIL, 1991b). Por último, Collor prestigiou a ciência como guia do Tratado Antártico e mencionou a participação brasileira por meio de missões e das pesquisas para o continente, defendendo o ambiente antártico e reconhecendo os elogios às atividades e instalações da EACF (BRASIL, 1991b).

Durante a XI Reunião Consultiva Especial – que ocorreu em Viña del Mar e Madri (1990-1991) – foi negociado os termos do Protocolo de Proteção ao Meio Ambiente do Tratado da Antártica. Neste momento, o Brasil teve uma postura a favor de uma máxima proteção ao ambiente antártico, requisitando medidas rígidas e abrangentes, defendendo também a máxima extensão possível da proibição da exploração mineral (FERREIRA, 2009). Para o pesquisador Ferreira (2009), a posição brasileira sobre a exploração mineral parte de questões estratégicas, visando à manutenção da paz no Atlântico Sul, visto o receio de uma possível instabilidade provocada pela falta de um marco regulatório, que poderia levar Argentina, Chile e Reino Unido

¹² A RAPAL refere-se às reuniões que ocorrem anualmente, com a participação de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Equador e Peru (além destes participam como observadores Colômbia e Venezuela), sendo um fórum para a coordenação a nível regional de temas de ordem científica, logística e ambiental para a Antártida, reunindo os programas antárticos de cada um desses países. Tal fórum teve início com os programas antárticos da Argentina, Chile e Uruguai, em 1987, sendo que o Brasil começou sua participação apenas em 1990 (RAPAL, S/d).

ao conflito. Em vista disso, pode ser notado o câmbio de objetivos da POLANTAR, trocando a busca da participação da exploração mineral pela proteção ambiental, marcando um aprimoramento das diretrizes ambientais para o Polo Sul (FERREIRA, 2009).

A política do Brasil para a Antártida sobre a proteção ambiental seguiu a linha na ratificação do Protocolo de Madri, na Espanha. O Brasil assinou o Protocolo em 4 de outubro de 1991, em momento da sessão de encerramento da XI Reunião consultiva especial do Tratado, pronunciando por nota à imprensa sua satisfação nos entendimentos sobre o Protocolo e o papel do Tratado de Washington como fomentador da paz e da solidariedade, mencionado o aspecto do pensamento brasileiro sobre a conservação ecológica do continente (BRASIL, 1991c), para tanto sinalizou que:

O Governo brasileiro atribuiu a essas negociações a alta prioridade exigida pelo meio ambiente antártico, reconhecendo que esse continente, por suas particularidades e sua importância para as condições de vida em todo o planeta, necessita de um elenco de medidas capazes de assegurar um máximo de proteção (BRASIL, 1991c, p. 244).

Desta forma, o Brasil, após assinar o Protocolo de Madri, incorporou ao ordenamento jurídico interno no dia 20 de agosto de 1998, pelo Decreto 2.742 (BRASIL, 1998). E, mesmo antes da inclusão no ordenamento interno, o país desde 1991 já tinha as normas do Protocolo como base para o desenvolvimento das atividades da PROANTAR (FERREIRA, 2009). A política externa de Collor para Antártida, por conseguinte, apresentou-se como consolidador da política de proteção ambiental para o continente, política ambiental esta já instaurada em outras ações do governo no cenário exterior, o qual ainda era influenciado pela pesada relevância sobre agenda ambiental internacional naquele período (VILLA, 2004; FERREIRA, 2009). Por fim, percebe-se a cooperação brasileira com os vizinhos e a tentativa de se manter a região do Atlântico Sul estável, colocando a matéria antártica em caráter de segurança regional.

Após escândalos de corrupção e início do processo de impeachment, Collor renunciou ao cargo. No seu lugar assume o poder interinamente o vice-presidente Itamar Franco, no dia 29 de dezembro de 1992. O presidente interino teve que lidar internamente com um problema que persistia, o da crescente inflação, além de ter que criar políticas para a retomada do crescimento interno (CANANI, 2003; BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Sua agenda econômica seguiu sob o paradigma normal, mesmo que não dispendesse tanta energia no processo de privatização (CANANI, 2003; CERVO, BUENO, 2015). Externamente, o contexto ainda era transição do pós Guerra Fria, com elementos da velha ordem influenciando nos traços da nova ordem, atrelado a isto ainda se tinha a continuação do fenômeno da globalização (CANANI, 2003).

Em relação à política externa do mandato de Itamar Franco, ocorreu a continuidade de vários aspectos da condução do Brasil no cenário internacional, como o universalismo, a defesa da paz, o pragmatismo na sua conduta, o respeito aos tratados que participava, entre outros já mencionados anteriormente (CANANI, 2003; BARRETO, 2012). O universalismo esteve fortemente presente na busca cada vez maior da inserção internacional do país, principalmente nos fóruns multilaterais, os quais seriam do interesse brasileiro devido a possibilidade de neutralização do peso político e econômico dos países ricos (CANANI, 2003). Além do que, o universalismo durante esse período teve um incremento na aproximação com outras regiões, como a África e a intensificação da cooperação com potências como EUA, Europa e Japão (BARRETO, 2012).

Nos termos do multilateralismo, o Brasil nesse período atuou em diferentes frentes, como na ONU, no GATT, na coalizão do G-77 e do G-15, no Grupo do Rio, colocando também energia na Conferência Ibero-Americana e na Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CANANI, 2003; BARRETO, 2012). Na ONU, o Brasil se posicionou sobre diversos temas (desenvolvimento, direitos humanos, tráfico de drogas, migrações), além do mais, seguiu lutando pela reforma do CSNU, requisitando uma ordem internacional mais democrática, justa e transparente, com isto, defendeu a abertura de novos assentos permanentes e colocando o Brasil, devido ao seu consagrado histórico diplomático, como o país mais adequado para ocupar este novo assento (CANANI, 2003; BARRETO, 2012). Neste órgão, outrossim, o país defendeu em 1992 o seu retorno ao CSNU como membro não permanente, argumentando que o Estado teve êxito na execução e participação da Rio-92, o que acarretou em 1993 na eleição do país pela sétima vez no conselho (BARRETO, 2012). Desta forma, a partir da presença em diversos órgãos, tornando-se um ator global, o país poderia alcançar um melhor posicionamento político e estratégico no cenário internacional, melhorando o seu *status quo* (CANANI, 2003).

Além disso, diante do universalismo, o processo de regionalização também era impulsionado (CANANI, 2003). Neste sentido, a aproximação com a América Latina tinha um caráter prioritário neste governo, discutindo em diferentes organismos internacionais sobre comércio, narcotráfico, terrorismo, desenvolvimento e meio ambiente (CANANI, 2003; BARRETO, 2012). Desta maneira, o Brasil deu continuidade aos processos de integração, consolidando o Mercosul (o qual era tratado como prioridade) e iniciando e participando de projetos como a Iniciativa Amazônica (com propostas de um livre comércio) e a Área de Livre Comércio Sul-Americana (CANANI, 2003). Adicionalmente, o Atlântico Sul tomava lugar importante nas questões de política externa e segurança do país, cujo grande peso era dado às

questões sobre cooperação econômica e meio ambiente (CANANI, 2003).

No que se refere aos temas sobre economia e comércio, foi durante o governo de Itamar Franco que foi lançado o Plano Real, o qual permitiria o ajuste da inflação no país (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Ademais, o compromisso com a abertura econômica, desregulamentações, privatizações e equacionamento da dívida externa foram colocados como guia para política econômica do país, tentando também tranquilizar desta forma os investidores estrangeiros (BARRETO, 2012). No contexto externo, o processo de integração econômica também marcou o período, principalmente com diversos acordos por intermédio do Mercosul e outras iniciativas (BARRETO, 2012). Também foi buscado o desenvolvimento não só em fóruns internacionais, mas também bilateralmente, buscando trocas de tecnologias e cooperação tecnológica com países em desenvolvimento, como China e Índia (BARRETO, 2012). Além disso, o Brasil reivindicou nos fóruns multilaterais comerciais e econômicos, como o GATT, bases para um desenvolvimento real do país, por meio de uma competição comercial justa com os países desenvolvidos – os quais muitas vezes adotaram políticas protecionistas contra os produtos brasileiros (BARRETO, 2012).

Neste período, também ocorreu a continuidade da presença brasileira nas discussões sobre direitos humanos e não proliferação. No primeiro, o país teve que defender sua imagem de defensor dos direitos humanos diante do cenário de violações no período do incidente do Carandiru, em 1992 (BARRETO, 2012). O Brasil, diante disto, teve que se defender no cenário internacional, colocando sua trajetória até aquele momento e denunciando que as estruturas internacionais, que degradam o comércio e não permitem o desenvolvimento do país, reforçam os problemas sociais internos (BARRETO, 2012). O país ainda presidiu o comitê plenário que ficou responsável pela redação da declaração final da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, mostrando-se, então, ativo sobre o tema (CERVO, BUENO, 2015). Já sobre o segundo tema, o país declarava que tinha o direito de requerer o acesso a diferentes tecnologias, como a nuclear para fins pacíficos e, em fóruns internacionais, apresentou-se rígido ao colocar que o Brasil poderia escolher o instrumento internacional de não proliferação que atendesse melhor aos seus anseios de eficiência e equidade, seguindo, por conseguinte, com sua postura de defensor do desarmamento (BARRETO, 2012).

No campo ecológico, o governo Itamar defendeu que uma real e eficiente proteção ambiental dependia do desenvolvimento e de uma cooperação internacional sólida, tendo, então, uma participação mais ferrenha nas questões ambientais (BARRETO, 2012). O país também investiu em institutos de pesquisas sobre meio ambiente e desenvolvimento, como

modo de aperfeiçoar a inserção internacional por esta via (BARRETO, 2012). Por último, o governo participou da proposta e da votação para a criação do Santuário de Baleias no Hemisfério Sul, diante da Comissão Internacional da Baleia (BARRETO, 2012).

Para a Antártida, a diplomacia de Itamar Franco mostrou-se tímida, todavia, houve alguns pontos importantes e de convergência com as diretrizes gerais da política externa. Para tanto, o seguimento da política externa sobre a aproximação regional apareceu novamente nas relações com os vizinhos sul-americanos. Neste aspecto, em 1993, a partir de uma declaração conjunta com o Chile, os países resolveram aumentar a cooperação recíproca nas reuniões do STA, mantendo estreita consultas, além de concordarem sobre o fortalecimento da cooperação para a proteção ambiental e para a pesquisa científica no continente (BRASIL, 1993). Ainda no contexto da região do Atlântico Sul, com a chegada do presidente Nelson Mandela ao poder na África do Sul, o governo brasileiro se pronunciou contente com a sua posse e alegou desejar aproximar os dois países também no âmbito do continente antártico, o que iria ao encontro do universalismo brasileiro (BRASIL, 1994).

Ainda no mandato de Itamar, o professor brasileiro Antônio Carlos Rocha Campos, exerceu a presidência do SCAR, entre o período de 1994 e 1998, o que pode ser considerado relevante, consoante Ferreira (2009), visto que o Brasil deu início ao seu programa antártico apenas dez anos antes daquele momento (FERREIRA, 2009). Além do mais, nesse período o país apoiou a instalação do Secretariado Permanente da Antártida em Buenos Aires, sendo uma ação positiva na relação entre os dois países (FERREIRA, 2009). Por fim, durante o governo Itamar, se teve a compra e substituição de um novo navio de apoio oceanográfico, chamado Ary Rongel, o qual substituiu o navio Barão de Teffé (FERREIRA, 2009).

Em suma, pode-se perceber uma fraca atuação do governo Itamar Franco para a Antártida. Todavia, deve-se levar em consideração a importância de um brasileiro chefiar o cargo máximo do instrumento científico do Tratado da Antártida, podendo ser um modo da política brasileira ambiental e antártica terem sido reconhecidas naquele momento. Enfim, a aproximação com a Argentina e Chile também se mostram importantes fatores de convergência com a política externa regionalista daquele período, além do caráter universalista da proposta de parceria no âmbito antártico com a África do Sul.

Após o governo de Itamar Franco, quem alcança o executivo brasileiro é Fernando Henrique Cardoso (FHC), no dia 1 de janeiro de 1995, conseguindo a reeleição e seguindo à frente da presidência até 2003. O presidente atuou em contexto de continuidade da globalização, com novos assuntos tomando conta da agenda internacional, como meio ambiente, direitos

humanos, minorias, povos nativos, narcotráfico, terrorismo, este último incrementado após o atentado terrorista do 11 de setembro (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012). Em sua gestão foi colocado que o país passava por processos e transformações, como a consolidação da democracia, a continuação do processo de neoliberalização – permitindo a abertura econômica do país –, e a busca pela estabilidade econômica (BARRETO, 2012).

Internacionalmente, o Brasil reconhecia suas limitações no SI, colocando-se como um país médio, em desenvolvimento, percebendo que a extensão da ação diplomática do país poderia ser interrompida por causa dos seus próprios recursos e problemas internos, como o baixo investimento militar e questões de natureza sociais, tal qual a pobreza (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Desta maneira, para os chefes de governo, buscando um lugar condizente com as suas dimensões de um grande país em desenvolvimento, o Estado deveria articular-se por meio de uma inserção mais favorável, por meio de fatores que o país tivesse maiores vantagens, como a diplomacia, sendo este seu melhor instrumento (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012). Neste aspecto, o país deveria ter uma participação mais ativa nas discussões e na elaboração de pautas internacionais, contribuindo, por conseguinte, para o desenvolvimento de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento e defesa dos seus interesses (VIGEVANI et al, 2003). Para tanto, o governo FHC buscou participar e contribuir para a criação de normas e regimes internacionais, como forma de ser escutado de maneira mais justa e equânime nos debates globais (VIGEVANI et al, 2003).

Tal modelo de inserção internacional ficou conhecido como Diplomacia da Autonomia pela Participação e Integração (VIGEVANI et al, 2003; RICUPERO, 2017). Esta conduta era pautada na participação das normas internacionais, as quais serviriam como padrão de conduta diante da ordem internacional pós Guerra Fria, abrangendo os mais diversos temas, como direitos humanos, meio ambiente, terrorismo (VIGEVANI et al, 2003; RICUPERO, 2017). Desta forma, seria mais oportuno para o Brasil participar desta nova ordem, de modo que pudesse influir, de maneira multilateral, sobre as agendas internacionais, podendo, então, ter mais liberdade nas decisões sobre o próprio destino e buscar normas mais favoráveis para o desenvolvimento interno (RICUPERO, 2017). Assim, o país mesmo com suas dificuldades, poderia ter certa presença global a partir de seu comércio e sua atuação nos instrumentos multilaterais, além da forte presença e influência sobre a América do Sul, principalmente por ser um país pacífico na região (RICUPERO, 2017). Tal diplomacia, além do mais, pretendia não só criticar as estruturas internacionais, mas também ter uma postura muito mais construtiva e propositiva, criando não uma autonomia isolacionista, mas sim uma autonomia fortemente

conectada com o círculo internacional (VIGEVANI et al, 2003; RICUPERO, 2017). A partir disto, o Brasil poderia almejar uma inserção internacional tendo as características de um *global player*, em um ambiente mais equitativo, conforme Vigevani *et al*,

No novo ambiente internacional, dominado por uma grande potência e no qual o poder do Estado brasileiro debilitou-se em termos relativos, a perspectiva institucionalista passou a ser vista como favorável aos interesses brasileiros, porque promovia o respeito às regras do jogo internacional, as quais, uma vez estabelecidas, deveriam ser respeitadas por todos, inclusive pelos países mais poderosos (VIGEVANI et al, 2003, p. 32).

A diplomacia de FHC, conseqüentemente, adotou uma postura ativa nos fóruns internacionais, percebendo que o SI não apenas considerava o peso estratégico-militar mas também sua projeção diplomática, por meio da economia, do comércio, da ciência e da cultura, criando uma postura adaptativa e ativa para melhor se articular e direcionar as pautas internacionais conforme seus interesses, com uma posição vocacionada para o entendimento e para a resolução de controvérsias, o que poderia acarretar inclusive em uma própria melhora do posicionamento do país no jogo de poder internacional (VIGEVANI et al, 2003). A política externa de Cardoso, além do que, deu seguimento aos tradicionais posicionamentos do Itamaraty, como universalismo (tanto bilateral quanto multilateral), o qual permitiu uma diversificação ainda maior das relações exteriores e ainda dando ênfase no regionalismo; o pacifismo; a defesa da não intervenção e autodeterminação dos povos; a prioridade nas relações com os vizinhos, neste período dando ênfase ao Mercosul; a contrariedade à proliferação nuclear e seu apoio ao desarmamento; a participação em debates sobre meio ambiente e direitos humanos; o pragmatismo; a busca pelo desenvolvimento (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017).

No que se refere ao multilateralismo, o país atuou em diversas organizações, como ONU, Organização Mundial do Comércio (OMC), CPLP, consolidando sua presença nos mais variados debates internacionais, como direitos humanos, proteção ambiental, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, terrorismo, comércio e desenvolvimento (BARRETO, 2012). Deste modo, o país ao participar mais ativamente das decisões nos foros internacionais, poderia reforçar sua projeção internacional, o que a partir do pensamento dos dirigentes brasileiros, levaria ao acesso de novos mercados, capitais e tecnologias, o que melhoraria os problemas sociais internos do país (BARRETO, 2012). Ademais, mesmo que com menos afinco, o Brasil seguiu lutando pela democratização do CSNU, defendendo a ampliação do número de assentos permanentes e colocando Brasil à disposição, caso fosse a vontade dos Estados, para fazer parte destes novos assentos, colocando também que tal vaga não era a

ambição prioritária da política externa do Estado brasileiro (BARRETO, 2012). Na ONU o país também incrementou sua participação em Missões de Paz, participando em 1996 de seis missões de observação e forças de paz, defendendo também o aperfeiçoamento deste mecanismo pacificador (BARRETO, 2012).

No plano econômico e comercial, internamente a política de liberdade econômica seguia prevalecendo, com privatizações ocorrendo em diversos setores, enquanto o Plano Real tinha feito aumentar as importações frente às exportações do país, mas havia conseguido superar a inflação; no período ainda se teve um baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015). No exterior, o Brasil teria que lidar com o impacto da crise mexicana, da asiática e da russa na sua economia (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Buscava-se, além do mais, o aumento do multilateralismo comercial, principalmente em matéria de consolidação e aperfeiçoamento do Mercosul, o qual entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995, e fazia parte do projeto governamental para uma inserção mais competitiva no âmbito global (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012). O país tentou por meio do multilateralismo econômico debater questões chaves para o desenvolvimento e comércio exterior do país, com a presença na Organização Mundial do Comércio (OMC), discutindo sobre antidumping, quebra de patentes e maior abertura econômica dos países desenvolvidos (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012; CERVO, BUENO, 2015). Ainda no plano econômico multilateral, visando o desenvolvimento e o reconhecimento para se tornar *global trader*, o país buscou aliar o Mercosul à União Europeia, como modo de inserção dos seus produtos no exterior; além disso, deu continuidade na sua participação na Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) (VIGEVANI et al, 2003; BARRETO, 2012). No plano bilateral deu ênfase nas relações com a Argentina, com a China, buscando novos parceiros comerciais tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, principalmente na Ásia (BARRETO, 2012).

Sobre o âmbito regional, teve fundamental atenção e prioridade pelo governo FHC, principalmente na consolidação e aprofundamento do Mercosul (RICUPERO, 2017). O governo ainda teria políticas para a integração política e física dos países sul-americanos, como no setor de transportes e energia (RICUPERO, 2017). Além do mais, buscava discutir também no âmbito regional as novas agendas internacionais, como direitos humanos, meio ambiente, narcotráfico e desarmamento (BARRETO, 2012). Vale lembrar que no período FHC houve um conflito de disputas territoriais entre Equador e Peru, este momento foi marcado pela participação ativa da diplomacia brasileira, a qual conseguiu auxiliar para que as partes

chegassem a um acordo de paz, consolidando, conseqüentemente, sua atribuição internacional como promotor da paz, capaz de encontrar soluções pacíficas, recebendo elogios por seus compromissos para as questões internacionais (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017).

Outras pautas que se seguiram foram a questão dos direitos humanos e a consolidação e expansão da democracia. Neste aspecto, o governo atuou em diversos aparelhos internacionais, desde a aceitação da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos até na inclusão da Cláusula Democrática na esfera do Mercosul (RICUPERO, 2017; CERVO, BUENO, 2015). No entanto, o país também recebeu críticas internacionais sobre os direitos humanos no país, tendo o governo reconhecido algumas ilegalidades e pedido uma ajuda sincera para resolvê-los (BARRETO, 2012). Além disso, o país mostrava respeito a tal questão e entidades envolvidas, além de adotar uma política de favorecimento dos direitos humanos universais e indivisíveis, aumentando também sua participação em novos acordos e eventos internacionais, como na Conferência Mundial sobre Racismo (BARRETO, 2012). Ainda, o Brasil apresentou-se como defensor dos direitos humanos ao criar uma lei sobre refugiados, recebendo estrangeiros, principalmente africanos, no país (CERVO, BUENO, 2015).

Também se fez presente outras agendas na Política Externa Brasileira, como desarmamento, não-proliferação, terrorismo e narcotráfico. Na primeira e segunda questões um importante acontecimento foi a assinatura do TNP, como modo de participar ainda mais dos debates acerca do tema, mas sem deixar de criticar o tratado (RICUPERO, 2017). Além disso, para assegurar a participação ativa do Brasil em tal temática houve a aceitação brasileira de participar de outros acordos, como o de Controle de Tecnologia de Mísseis, a aprovação da legislação de controle de exportação de tecnologias sensíveis, o ingresso no Grupo de Supridores Nucleares ou Grupo de Londres, a assinatura do Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares, assim, tal participação efetiva poderia garantir que o país não sofresse restrições no acesso a equipamentos e novas tecnologias (BARRETO, 2012; RICUPERO, 2017). Por último, a diplomacia brasileira também criticou e pediu cautela aos países que insistiam em realizar testes nucleares e atualizavam seus arsenais, como a Índia e o Paquistão (BARRETO, 2012). Vale ressaltar que o governo também pensava no desenvolvimento científico pacífico para o setor energético e espacial, com parcerias estratégicas, como EUA e França, enfatizando que sua participação nas convenções internacionais daria mais harmonia para tal desenvolvimento do país (BARRETO, 2012).

No que tange ao terrorismo internacional, tema que ficou ainda mais presente na agenda

internacional após o atentado do dia 11 de setembro de 2001, o Brasil participou do debate iniciado pela Rússia em 1991 na CSNU, condenou todas as formas de terrorismo, afirmando que deveria ser combatido ferrenhamente (BARRETO, 2012). Já sobre o narcotráfico transnacional, o Brasil participou de discussões em fóruns internacionais, incluindo na América Latina, e assinou em 2002 um acordo bilateral com os EUA, para a Redução da Demanda, a Prevenção do Uso Indevido e o Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes (BARRETO, 2012).

No que condiz com a Política Externa do mandato FHC para a questão ambiental, o Brasil seguiu tal posicionamento de defensor ambiental, requisitava inclusive resultados concretos da comunidade internacional para que se cumprissem os termos acordados durante a Conferência do Rio (BARRETO, 2012). O país também passou a utilizar da retórica para consolidar sua presença nos debates ecológicos a partir do seu histórico de utilização de fontes renováveis de energia, defendendo em reuniões internacionais a formulação de um projeto para se criar um fundo de desenvolvimento limpo e sustentável (BARRETO, 2012). A iniciativa de desenvolvimento sustentável pelo Brasil foi percebida igualmente na alçada da ONU, quando a delegação brasileira propôs a contribuição para a proteção das fontes naturais de vida e o desenvolvimento sustentável (BARRETO, 2012). Além de tudo, o país defendeu nos fóruns sobre proteção de florestas que a proteção ambiental destes ecossistemas não deveria partir apenas dos países tropicais, mas também deveria ser ter o apoio dos países do hemisfério norte para proteger e reflorestar seus devidos ecossistemas (BARRETO, 2012). A postura brasileira ainda foi de crítica aos Estados desenvolvidos que negavam a assinar o Protocolo de Kyoto, como EUA e os países membros da União Europeia, e apresentou-se comprometido com a redução da emissão de gases que geram o efeito estufa (BARRETO, 2012). A ação diplomática brasileira sobre a questão ambiental também foi abordada na região da América Latina, durante a reunião Regional Preparatória da América Latina e do Caribe para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), colocando que o desenvolvimento sustentável envolve o mundo inteiro, visto que seus impactos também são globais (BARRETO, 2012) Enfim, o Brasil participou de outros debates de caráter de proteção ambiental, como na AGNU, destacando que o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio eram problemáticas inadiáveis; além de participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreu na cidade de Johannesburgo, na África do Sul (BARRETO, 2012).

A partir destes meios de inserção, nota-se o país buscando atrelar a participação nos mais variados debates internacionais ao favorecimento do seu *status quo* internacional. Para

Vigevani *et al* (2003), houve resultados favoráveis para o Brasil a partir da sua ativa presença internacional e seu respeito aos acordos e instrumentos internacionais, como uma maior confiabilidade, que fez aumentar investimentos externos diretos; e uma visão internacional positiva do país sobre sua aderência a valores considerados universais, além de uma consolidação de sua imagem pacífica e de um país que participa construtivamente dos debates internacionais.

A política externa para a Antártida no governo Cardoso, por mais que se tenha assinado o Decreto 2.742 para a entrada em vigor do Protocolo de Madri, no dia 20 de agosto de 1998, configurou-se sutil, atuando principalmente bilateralmente por meio de comunicados conjuntos. Neste sentido, o país, em 1996, apenas lançou uma nota do governo brasileiro reconhecendo que o Tratado de Pelindaba, que transforma o Continente Africano em zona livre de armas nucleares, fortaleceria um hemisfério sul livre de armas nucleares, assim como faz o Tratado da Antártida para o polo sul (BRASIL, 1996a). Já na virada do milênio, houve um comunicado conjunto de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sobre o transporte de material radioativo, colocando o medo do transporte destes itens perto do Atlântico Sul, que colocava em perigo também os ecossistemas antárticos e sub antárticos (BRASIL, 2000).

Em 2001 houve apenas um Memorando de Entendimento sobre o Esquema Internacional de Observadores Científicos da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos com o Reino Unido (BRASIL, 2001a). Também teve um diálogo com a Nova Zelândia, quando colocaram a preocupação dos dois países quanto ao meio ambiente antártico, o qual deveria ter um aproveitamento sustentável dos mares austrais (BRASIL, 2001b). Por fim, por intermédio de um plano de ação conjunta entre Brasil e Reino Unido foi mencionado o avanço na aproximação dos dois países para a cooperação no âmbito da Antártica (BRASIL, 2001b).

Além do mais, foi instituído o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA), sob supervisão do Ministério de Ciência e Tecnologia. Seus principais objetivos eram assessorar este ministério no que tange aos assuntos antártico e conduzir o processo de relacionamento institucional com a SCAR (BRASIL, 1996b).

Assim, a década de 1990, durante o governo FHC principalmente, foi de um distanciamento das questões antárticas como uma das prioridades políticas nacionais, sendo que entre 1995 e 2005 não aconteceram reuniões no âmbito da Conantar, ocorrendo apenas as atividades operacionais e de pesquisa (FERREIRA, 2009). Desta forma, é possível perceber que mesmo a política ambiental já não aparecia na inserção brasileira no continente.

Possivelmente tal distanciamento se dê por duas razões: as estruturas já consolidadas não permitiram que o Brasil avançasse mais no tema e/ou a mudança paradigmática do desenvolvimentista ao normal interromperam parte do desenvolvimento de questões científicas, tecnológicas e estratégicas, visto que o pensamento principal estava atrelado ao liberalismo de mercado, sem se pensar em um concreto projeto de desenvolvimento interno. Todavia, vale ressaltar que em especial no governo Collor, se desenvolveu uma política ambiental atrelada à Antártida, que consagrou o país como defensor ecológico deste continente. Nesta perspectiva, em suma, o Brasil seguiu aderindo aos acordos e respeitando as normas para o continente austral, conseguindo o reconhecimento perante os demais países membros e ONGs. A seguir, um resumo das ações do país para a Antártida durante o Paradigma Normal pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Resumo da Política Antártica Brasileira durante o Paradigma Normal

Governo	Período	Ações da política externa brasileira para a Antártida
Fernando Collor	15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992	<ul style="list-style-type: none"> – Adesão ao Protocolo de Madri; – Declarações bilaterais conjuntas com Argentina, Chile e Equador; – Continuidade na posição de defensor ambiental da Antártica; – Início da participação brasileira na RAPAL; – Primeira visita presidencial ao continente antártico.
Itamar Franco	29 de dezembro de 1992 a 1º de janeiro de 1995	<ul style="list-style-type: none"> – Declarações bilaterais conjuntas com Chile e África do Sul; – Apoio para a instalação do Secretaria da Antártida ser em Buenos Aires - Argentina; – Ocupação da presidência do SCAR pelo professor brasileiro Antônio Carlos Rocha Campos; – Compra do novo navio de apoio oceanográfico Ary Rongel.
Fernando Henrique Cardoso	1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003	<ul style="list-style-type: none"> – Entrada em vigor do Tratado de Madri; – Comunicado conjunto com Uruguai e Argentina sobre os riscos do transporte de materiais radiotivos no Atlântico Sul; – Assinatura de memorando conjunto com o Reino Unido sobre o Esquema Internacional de Observadores Científicos da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos; – Declarações bilaterais conjuntas com Reino Unido, Nova Zelândia; – Instituição da CONAPA.

Fonte: Elaboração do autor, **grifo nosso**.

Posteriormente será visto a Política Exterior do Brasil para a Antártida diante do

Paradigma Logístico. Paradigma este que aborda os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2021).

5. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ANTÁRTIDA DIANTE DO PARADIGMA LOGÍSTICO

Com a virada do milênio a vertente neoliberal já não contentava e abarcava os anseios das populações latino-americanas, levando a partir da deterioração dos indicadores econômicos e sociais, a derrubada de governos de paradigma normal (CERVO, 2008). O paradigma logístico teve sua introdução ainda no final da gestão FHC, sendo apenas uma breve e leve experiência, sua realização concreta, no entanto, ocorreu durante o governo Lula, sendo este o modelo de inserção internacional do período, possuindo certa influência dos dois paradigmas anteriores: o desenvolvimentista e o normal (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). Desta forma, ao utilizar destas duas fontes anteriores, o paradigma permite uma melhor adaptação da política externa frente a globalização, participando deste processo internacional, conforme Cervo:

A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado (CERVO, 2008, p. 85).

O paradigma logístico ao tentar tirar proveito da globalização, busca recuperar a autonomia decisória da política exterior, percebendo e adentrando no cenário internacional de interdependência real, agregando-se às estruturas hegemônicas do capitalismo (CERVO, 2008). Tal paradigma ainda se apresenta com o objetivo de diminuir as assimetrias entre as nações, almejando a democratização da globalização e de seus benefícios, de modo que possa melhorar o *status quo* do país ao nível das nações desenvolvidas, incluindo o país ativamente em diversas pautas globais, recuperando a autonomia política decisória e firmando parcerias estratégicas com outros Estados emergentes (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). Deste modo, a internacionalização econômica do caminho logístico passa pelo pensamento da construção dos meios de poder, para ganhar nos quesitos comparativos de ciência, tecnologia e capacidade empresarial (CERVO, 2008). Além do mais, este paradigma

Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual pode conviver em certa dose, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. Diferencia-se do normal, consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na realização de seus interesses. Limita a prevalência absoluta do Estado que caracterizava o primeiro e elimina do segundo a crença anticientífica no poder ilimitado do mercado de prover tudo o mais (CERVO, 2008, p. 86).

Assim, o Estado torna-se o intermediário entre o interno e o externo, buscando políticas e inserindo o país no âmbito internacional de modo que corresponda aos interesses nacionais, dos mais variados setores, como

[...] dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração empresarial e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar (CERVO, 2008, p. 86).

Deste modo, o Estado logístico buscou seguir o comportamento das nações mais desenvolvidas, logo apoiando logisticamente os empreendimentos públicos e privados para que consigam um espaço estratégico e importante no cenário competitivo internacional, protegendo, por conseguinte, as empresas, a tecnologia e os capitais de origem nacional para que se consolidem internamente e consigam uma expansão global (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). Além do mais, este modelo zela também pelo emprego, pela valorização dos trabalhadores e pelo bem-estar do consumidor (CERVO, 2008). Isto posto, a busca da expansão internacional da economia brasileira serviria como trampolim para se chegar a uma real interdependência aos moldes da globalização, utilizando-se principalmente da participação internacional dos empreendimentos nacionais e por meio de investimentos diretos no exterior, majoritariamente direcionados para os países vizinhos, assim, colocando a estratégia a serviço do desenvolvimento (CERVO, 2008).

5.1 A Política Externa dos governos de Luís Inácio da Silva (1990-1992), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2021) para a Antártica

Luíz Inácio Lula da Silva chegou ao seu primeiro mandato em 2003, aperfeiçoando e consolidando o paradigma logístico durante a sua diplomacia, afastando-se do pensamento que o puro livre-mercado seria capaz de prover por si só o desenvolvimento do país (CERVO, 2008). Lula tem como contexto uma globalização ainda mais global, com interdependência em vários setores, econômicos, políticos, sociais, ambientais e estratégicos, aliado a insurgência de novos atores no SI que denunciam as assimetrias do poder mundial, tendo como porta-voz os países emergentes (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015).

A diplomacia do governo Lula mais do que seguir com os padrões da conduta exterior do país – como ser defensor de soluções pacíficas e negociadas de controvérsias –, agregou também o conceito de Diplomacia da Autonomia pela Diversificação, cuja estratégia consiste na continuidade da cooperação com os países desenvolvidos, mas que expande seus laços para os demais países emergentes, os quais possuem interesses próximos, principalmente o da

democratização da globalização (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). Junto desta diplomacia, o caráter logístico se faz presente ao internacionalizar a economia brasileira para estes parceiros, principalmente os vizinhos sul-americanos, Lula, então, coloca o Estado como negociador e intermediário dos interesses nacionais, denunciando nos instrumentos internacionais a desigualdade de poder entre os Estados e discursando sobre o combate à fome à pobreza (CERVO, BUENO, 2015). Nestes aspectos, o presidente

Preserva a intensa presença nos órgãos de negociação multilateral e aumenta em mais de trinta por cento o número de países com representação diplomática. Com esses pressupostos, fixa os objetivos externos: o liberalismo de mercado com regras de reciprocidade de benefícios, a expansão dos negócios no exterior pela via do comércio e da internacionalização de empresas brasileiras e, enfim, o reforço de poder para influir sobre o ordenamento global e os regimes setoriais. Nisso consiste a estratégia logística. (CERVO, BUENO, 2015, p. 528).

A política externa de Lula, então, buscou se inserir internacionalmente nos diversos temas, por meio da democratização das decisões mundiais, procurando a partir disso melhorar a posição brasileira no jogo de poder mundial, seja por meios multilaterais seja por meios bilaterais, sendo que neste último quesito houve um aumento das relações com outros emergentes, o que também oportunizaria ao país o alcance dos interesses nacionais. Assim, a diplomacia coloca a estratégia a serviço do desenvolvimento, recuperando também a autonomia decisória do país e defendendo uma cooperação recíproca (CERVO, BUENO, 2015). Este multilateralismo da reciprocidade pode ser percebido durante o governo Lula, inclusive na reunião de Davos, em 2003. Tal forma de multilateralismo busca a reciprocidade em todas as temáticas internacionais, como economia, comércio, segurança, questões ambientais, saúde, direitos humanos, beneficiando, por conseguinte, todas as nações e não apenas o grupo dos mais poderosos (CERVO, BUENO, 2015). Para tanto, o multilateralismo da reciprocidade abarcou dois pressupostos que visam a democratização da globalização e dos processos decisórios internacionais:

[...] a existência de regras para compor o ordenamento internacional, sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências; e a elaboração conjunta dessas regras, de modo a garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesses de uns em detrimento de outros (CERVO, BUENO, 2015, p. 531).

Esta diplomacia, conseqüentemente, atuou em diversos instrumentos internacionais, como no G8, no G20, na OMC, nos debates da ONU, no FMI, no Banco Mundial, entre outros. Economicamente, o país durante este período passou pela crise financeira internacional de 2008, tendo que se defender internamente com o Programa de Aceleração do Crescimento e intensificando a parceria com o sul global (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; CERVO, BUENO, 2015). Ademais, o país apresentou baixo crescimento econômico, todavia, atuou em fóruns

como a própria OMC, Alca, Mercosul e até a União Europeia, articulando-se sobretudo com os outros Estados emergentes e rejeitando tratados e acordos que perpetuassem as assimetrias, de modo que houvesse um desenvolvimento e crescimento econômico interno (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). No que diz respeito aos emergentes, o país cooperou largamente com estes, iniciando parcerias como o grupo político-econômico chamado de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o trio de países emergentes IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), sendo ambos os grupos voltados não só para o setor econômico, mas também para áreas sobre tecnologia, energia, saúde, alimentação, meio ambiente, entre outros tópicos (CERVO, BUENO, 2015).

Como já foi visto, também houve a internacionalização das empresas brasileiras, as quais virariam transnacionais e fariam investimentos externos diretos, o que proporcionaria a expansão da economia brasileira (CERVO, 2008; CERVO, BUENO, 2015). No âmbito comercial, o Brasil teve sua pauta exportadora principalmente vinculada aos setores do agronegócio e ao setor de manufaturados – especialmente o aéreo –, sendo a China, a partir do governo Lula, o maior parceiro comercial do país (CERVO, BUENO, 2015). O Brasil ainda tinha como metas a liberalização do mercado agrícola dos países desenvolvidos (EUA e países europeus), a preocupação em se manter ativo comercialmente com os países da América do Sul e a expansão do seu mercado para outros países emergentes (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; CERVO, BUENO, 2015).

Quanto às questões de segurança, a diplomacia brasileira atuou para a manutenção de meios para a construção da paz e requisitou uma reforma do CSNU – tendo apoio de Índia, Alemanha e Japão –, além de criticar as ações unilaterais norte-americanas, rechaçar todas as formas de terrorismo e atrelar desenvolvimento e combate a fome a sua perspectiva de segurança (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; CERVO, BUENO, 2015). Foi durante o governo Lula que foi atualizado também o Plano de Defesa Nacional, inserindo novas regiões como ponto de estratégia e presença brasileira, dando ênfase nos vizinhos, na África e no Atlântico Sul, e incluindo o reequipamento das forças armadas, investindo também na ciência e tecnologia da indústria militar (CERVO, BUENO, 2015). Além do mais, a Política Externa Brasileira do período seguiu a requisição por ter um papel mais relevante na segurança internacional, desta maneira, participou junto da Turquia de negociações como o entrave do desenvolvimento nuclear iraniano e atuou como ator principal das Missões de Paz da ONU para o Haiti, buscando levar a paz, o desenvolvimento e redemocratização para o país caribenho, tendo como meta uma melhor aceitação de uma possível candidatura a membro permanente do

CSNU (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; CERVO, BUENO, 2015). A diversificação nesse caso do Haiti também aparece presente, visto que a diversificação não diz respeito somente no incremento de países no leque de alternativas para suas relações, sendo também presente na “capacidade de intervenção do Estado em questão que não fazem parte dos seus interesses imediatos e que se referem a bens públicos internacionalmente reconhecidos” (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011, p. 144).

Atrelado ainda ao campo securitário, regionalmente, o Brasil teve papel central na criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e na criação do Conselho de Segurança Sul Americano, em 2009 (CERVO, BUENO, 2015). Tal instrumento regional tinha, por meio multilateral, resolver questões de ordem política, geopolítica e econômica pelos próprios países da região, afastando a interferência externa, além de permitir a criação de uma voz única, aumentando o peso da região ao debater temas globais (CERVO, BUENO, 2015).

Nas questões sobre direitos humanos, o Brasil também atuou de maneira a associar tal questão ao desenvolvimento e ao combate à pobreza e a fome, gerando inclusive certo prestígio internacional, ao criar programas sociais como o Bolsa Família e o Fome Zero, que também foram projetos de cooperação internacional destinados aos parceiros africanos (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011; CERVO, BUENO, 2015). Além disso, atrelou o direito à saúde como um direito essencial, chegando a quebrar a patente sobre o medicamento de combate à Aids (CERVO, BUENO, 2015).

No que se refere às questões ambientais, a diplomacia brasileira atuou principalmente sobre as seguintes pautas: “a sobrevivência do planeta, o desenvolvimento e a fome” (CERVO, BUENO, 2015, p. 542), buscando, por conseguinte, também alcançar os interesses nacionais por meio desta política (NASCIMENTO, 2020). Além disso, foi presente em reuniões multilaterais, como na XIII Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 2007, quando defendeu a transferência de tecnologia dos países ricos para os emergentes para que se conseguisse melhor chegar aos compromissos firmados (CERVO, BUENO, 2015). Além disso, o país fez propaganda da sua infraestrutura de energia renovável, visando inclusive a transferência de tecnologia para outros países, como os biocombustíveis e etanol para os EUA (CERVO, BUENO, 2015; SANTOS, 2016). Por fim, o país também direcionou sua atuação ambiental para o Mercosul, ao firmar o Acordo para a cooperação, proteção e uso do Aquífero Guarani (CERVO, BUENO, 2015).

Resumidamente, a política externa do período Lula é bem apontada por Vigevani e Cepaluni, os quais dão ênfase na busca brasileira por uma democratização e equilíbrio nas

negociações internacionais, com efeito:

[...] (1) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, na tentativa de atenuar o unilateralismo; (2) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3) aprofundar relações diplomáticas para aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; (4) evitar acordos que pudessem comprometer o desenvolvimento em longo prazo. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, desdobrando-se no segundo período, implicaram ênfases precisas: (1) intensificação das relações com países emergentes, como Índia, China, Rússia e África do Sul; (2) ação destacada do país na Rodada Doha da OMC, assim como em algumas outras negociações internacionais; (3) manutenção de relações amigáveis e maior desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (4) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (5) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de conseguir uma vaga de membro permanente para o Brasil; (6) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações; (7) ativa participação em organizações internacionais e fóruns multilaterais que discutiam governança global (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011, p. 137-138).

Com relação à Antártica, a diplomacia de Lula também se apresentou modesta. Bilateralmente, em comunicado conjunto com a Bulgária, afirmaram sobre a potencialidade para o desenvolvimento da cooperação bilateral para o continente antártico (BRASIL, 2005). Outro país que novamente é reforçado a cooperação bilateral para Antártida é o Chile, os quais por meio de comunicado conjunto destacaram a já tradicional cooperação entre os dois países para o continente, principalmente no campo logístico, além de afirmarem a intenção de intensificação para a cooperação científica bilateral sobre a Antártida (BRASIL, 2007a). Outra tradicional cooperação em matéria antártica ocorreu em decorrência de uma declaração conjunta entre Brasil e Argentina, durante a viagem de Lula ao país vizinho, ambos os países reafirmaram sua disposição para fortalecer a cooperação para o continente austral, além de intensificar as consultas referentes às reuniões dos foros internacionais antárticos (BRASIL, 2009).

Com a Nova Zelândia, o país apresentou uma cooperação política em matéria ambiental, ao mencionarem conjuntamente a determinação de contribuir para o fim da caça de baleias no Santuário de Baleias do Oceano Antártico e para o estabelecimento de um Santuário de Baleias no Oceano Atlântico (BRASIL, 2010a). Multilateralmente, houveram também troca de intenções no âmbito da IV Comissão Mista do Foro de Diálogo IBAS, em 2007, quando foi estipulado a inclusão de uma nova área de pesquisa no Setor de Ciência e Tecnologia do foro para a região antártica (BRASIL, 2007b). Ainda, em outros comunicados e discussões multilaterais, como na Cúpula América do Sul - Países Árabes, foi ressaltado a importância do Tratado da Antártica, assim como outros tratados, para exclusão de armas nucleares no mundo (BRASIL, 2005).

Além do mais, o Brasil comprou o novo Navio Polar Almirante Maximiliano, em 2009, pelo valor de R\$ 71 milhões da empresa russa ASK Subsea/Isis Viking Ltd., o qual tinha como objetivo auxiliar nas operações para o polo sul, sendo também utilizado nas realizações de pesquisas no âmbito da PROANTAR (IPEA, 2018; NAVAL, S/d). Vale mencionar também a participação de pesquisadores brasileiros durante o IV Ano Polar Internacional, em 2007-2008, o qual teve como objetivo a estimulação da pesquisa científica para a Antártida, reforçando a necessidade de pesquisas principalmente para a mudança climática e o papel do continente para o equilíbrio do ecossistema terrestre (BRASIL, 2007a)¹³.

Já em 2010, a PROANTAR lançou um novo sistema de gestão ambiental na Estação Antártica Comandante Ferraz, adequando ainda mais a questão ecológica em matéria antártica (BRASIL, 2010b). Por fim, parece ter um reconhecimento da participação brasileira, com a entrada de Edith Fanta na presidência do Comitê Científico da CCAMLR, entre 2004 e 2008, e de Tânia Brito, que atuou como vice-presidente no Comitê de Proteção Ambiental, entre 2006 e 2008 (IPEA, 2018).

Desta maneira, a política externa para a Antártica durante o governo de Luíz Inácio Lula da Silva apresenta-se como parte da opção pela aproximação com os vizinhos e com países emergentes de outras regiões, como pôde ser observado no caso IBAS. Além do mais, é visível a presença das cooperações bilaterais, como a Bulgária e a Nova Zelândia, que seria parte do projeto de diversificação da diplomacia brasileira. Além disso, a preocupação ambiental segue no âmbito da política antártica nacional e tem-se a iniciativa interna de lançamento de um livro didático, o que permitiria uma maior divulgação das questões antárticas para outros setores sociais do país. Por fim, vale ressaltar que a diversificação da diplomacia, de acordo com o que coloca Vigevani e Cepaluni (2011), ao falar sobre a capacidade do Estado em intervir e participar de questões que não fazem parte dos seus interesses imediatos podem ser percebidos na Antártida, visto que o continente é um bem público internacionalmente reconhecido e mesmo com uma política externa mais sutil para o continente, o Brasil se mantém presente nas discussões sobre o tema. Ou seja, a Antártida segue sendo um plano de inserção internacional do país, sendo Tratado de Washington ainda correspondente aos interesses brasileiros e ao seu acumulado histórico da diplomacia.

A sucessora do presidente Lula foi a presidente Dilma Rousseff, cujo mandato iniciou

¹³ Internamente, em 2006, o Brasil lançou o livro didático para o ensino básico, por intermédio do Ministério da Educação, chamado “Antártica: ensino fundamental e ensino médio”, o qual faz uma exposição sobre assuntos ambientais, tecnológicos, geográficos e políticos da Antártida e da presença brasileira neste continente, o que mostra a preocupação brasileira, mesmo que branda, sobre expandir o conhecimento sobre o continente para a sua população (BRASIL, 2006).

no dia 1º de janeiro de 2011. Durante sua gestão há uma continuidade do modelo diplomático de Lula, porém com menos intensidade, o que levou a um declínio da participação internacional do país (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015; RICUPERO, 2017). Esta participação diminuída teve relação com a falta de diálogo da presidente com os atores internos e internacionais, além do fato da presidente ter uma preocupação muito mais com o âmbito interno do que o externo, o que acabou não gerando engajamento político brasileiro internacional em diversos momentos importantes da agenda internacional (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015).

A perspectiva universalista e multilateral segue no governo Dilma, mesmo em um momento da preferência internacional – em especial pelos emergentes – pelo bilateralismo, o país, então, inclina-se para assuntos debatidos principalmente na esfera dos BRICS, diminuindo a participação do IBAS, e dando passos inclusive para uma maior institucionalização do grupo de países emergentes BRICS, como a criação do Banco de Desenvolvimento e do Fundo de Compensações Cambiais (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015).

Para a região sul-americana, as diretrizes logísticas seguiram com menos intensidade, mas ainda assim continuou o levantamento de infraestruturas pela região, objetivando a internacionalização das empresas brasileiras (SARAIVA, 2014). Para além disso, seguiu-se a visualização da região como setor estratégico, principalmente para uma inserção global do país (CERVO, BUENO, 2015). As estratégias de governança regional criadas no governo anterior, consequentemente, seguiram, como a participação ativa nos órgãos da União de Nações Sul-Americanas, lidando com questões sobre desenvolvimento e crises do subcontinente (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015). Todavia, a vontade política de construir um caráter como liderança regional não foi alongada para o mandato de Dilma, sendo a falta de criação de agendas uma das deteriorações para a diplomacia direcionada à região (SARAIVA, 2014). A presença do Brasil na região também foi registrada na alçada do Mercosul, mesmo que diante de alguns entraves comerciais e político, e também se aumentou o contato bilateral com alguns vizinhos, pautando principalmente acordos de cooperação técnica e financeira (SARAIVA, 2014; RICUPERO, 2017).

Nos aspectos econômicos, economia interna do período é marcada pelo baixo ritmo de crescimento, gerando um período de estagflação, diante do agravante externo da crise de 2008 (SARAIVA, 2014; RICUPERO, 2017). Além do mais, há uma queda no fluxo de investimentos externos diretos – tanto do Brasil para o exterior quanto do exterior para o Brasil – e do comércio internacional, principalmente da exportação de manufaturados (SARAIVA, 2014; CERVO,

BUENO, 2015; RICUPERO, 2017). Todavia, vale mencionar que o paradigma logístico, mesmo que com menos intensidade de investimentos, seguiu no governo Dilma, com projetos de infraestrutura para melhoria e expansão de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, visando, por conseguinte, a internacionalização da economia do país (CERVO, BUENO, 2015).

No que tange à área de segurança, houve a continuidade da presença brasileira em organismos multilaterais. A política de segurança do governo Dilma, deste modo, continuou apresentando o caráter pacifista da diplomacia do país, com a tradicional posição de não intervenção e busca pela negociação pacífica de controvérsias, posição está presente nas críticas do país à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), quando esta fez intervenções em países do Oriente Médio, defendendo que caberia a ONU manter a paz e criticando as posições unilaterais das potências que apenas buscam defender seus próprios interesses (CERVO, BUENO, 2015). Neste mesmo sentido, incrementou-se a perspectiva sobre a responsabilidade de proteger, a qual associava desenvolvimento, direitos humanos e segurança, tendo o objetivo de afastar ações e intervenções unilaterais das potências, as quais agiriam por seus exclusivos interesses, além de buscar a proteção dos indivíduos em momentos de crise (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015). Diante do CSNU, o Brasil seguia na sua requisição pela democratização e possível vaga permanente no Conselho, entretanto, durante o governo Dilma percebeu-se uma perda de intensidade nesta intenção (SARAIVA, 2014).

A questão de segurança no país ainda avançou pela defesa da cooperação internacional como ferramenta para o fortalecimento das forças armadas, como a parceria estratégica com a França para a construção de submarinos nucleares; o desenvolvimento da cooperação militar com países africanos que margeiam o Atlântico Sul, sendo propositivo no sentido de consolidar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a qual abordou na sua agenda temas sobre a manutenção da paz e a cooperação no Atlântico Sul, como o mapeamento e a exploração dos fundos marinhos, a cooperação em meio ambiente, a cooperação aérea, marítima e portuária, e temas de segurança durante sua Reunião de Montevideo, em 2013; e as atividades no Conselho de Segurança da UNASUL, como modo de dar continuidade a zona de paz (BRASIL, 2013a; CERVO, BUENO, 2015). Outro marco foi a iniciativa brasileira para se criar por meios multilaterais uma governança global para a segurança da internet, tal iniciativa mostra-se relevante devido ao caso de espionagem norte-americano contra a presidenta na época de seu mandato (SARAIVA, 2014; RICUPERO, 2017).

O multilateralismo seguiu vivo no âmbito dos direitos humanos e meio ambiente. Na primeira agenda, o país mantinha um duplo viés: de críticas a violação dos direitos humanos e

apoio a algumas resoluções contra o Irã e a Coreia do Norte, ao passo que também condenava a intervenção das grandes potências, convergindo em posicionamento com as demais potências emergentes (SARAIVA, 2014). Na segunda agenda, a política ambiental do país mostrou-se com uma influência declinante sobre esta questão global, sem ter a característica de liderança sobre o tema, tanto que durante a Rio+20, em 2012, pouco das discussões foram efetivas, sendo baseado praticamente em cartas de intenções (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015). Outrossim, os emergentes seguiram com menos afinco a perspectiva de uma responsabilização com direito ao desenvolvimento (SARAIVA, 2014). Por fim, o país se mostrou omissos ao não assinar o documento de combate ao desmatamento, criado na cúpula do clima em 2014 (SARAIVA, 2014).

Durante o governo Dilma, houve uma deterioração da presença da diplomacia brasileira no mundo, sendo percebido inclusive na falta de recursos para a manutenção da estadia e funcionamento das equipes diplomáticas ao redor do mundo, tendo também uma redução no orçamento para a abertura de vagas para o cargo no Itamaraty, o que afetou negativamente a inserção do país no mundo (SARAIVA, 2014; RICUPERO, 2017). Mesmo com a perspectiva de diminuição dos contatos bilaterais, o país seguiu com parcerias importantes, entre elas os EUA e a China, esta última principalmente no campo comercial e tecnológico, além da iniciativa de cooperação bilateral com diversos países africanos, a partir de investimentos e cooperações militares (SARAIVA, 2014).

Desta forma, o governo Dilma apresentou pouco impacto nas políticas globais, tendo pouca proatividade. Mesmo assim, seguiu buscando uma agenda autonomista e de parceria com o sul global, principalmente no âmbito da Unasul e dos BRICS (SARAIVA, 2014; CERVO, BUENO, 2015; RICUPERO, 2017). Enfim, o país seguiu a diplomacia pacifista, articulando-se com os países emergentes para que suas posições tivessem mais consistência nas decisões internacionais, sobretudo no âmbito da ONU (SARAIVA, 2014).

No que está relacionado à Antártica, entretanto, o país mostrou-se mais ativo no governo Dilma do que nos dois últimos governos, muito em razão do incêndio na EACF¹⁴, em 27 de janeiro de 2012, que deixou dois soldados da Marinha do Brasil mortos e comprometeu em aproximadamente 70% as estruturas e os equipamentos da base brasileira, afetando o

¹⁴ O incêndio teve início na sala de máquinas da EACF, onde ficavam localizados os diesel-geradores para energia elétrica. De acordo com o Superior Tribunal Militar, a tragédia ocorreu devido a falha humana, quando um sargento da Marinha não havia feito a inspeção completa da transferência do combustível até que os tanques estivessem cheios. Deste modo, o incêndio teria ocorrido devido a transferência de combustível não ter sido encerrada no momento estimado, levando ao transbordamento dos tanques e acarretando no contato do óleo com o gerador quente (MORAIS, 2016).

desenvolvimento das atividades do PROANTAR (IPEA, 2018). Em virtude da tragédia, houve ações de solidariedade dos países membros do Tratado, principalmente do Chile e outros países como Argentina, Polônia, Reino Unido e Uruguai, os quais prestaram suporte e ofereceram suas bases como abrigo aos demais brasileiros que estavam no continente (BRASIL, 2012c). Além disso, naquele mesmo ano já era dado início ao processo de remoção de destroços da base antártica brasileira, a qual teve forte inspeção ambiental, assim como se deu início no mesmo verão a montagem de módulos temporário antárticos emergenciais, como forma de dar continuidade às pesquisas no continente (IPEA, 2018). O início da construção da nova estação ocorreu em fevereiro de 2016, sendo realizada pela China Electronics Import and Export Corporation e custou US\$99,6 milhões aos cofres públicos, além do mais, o projeto contava com um aprimoramento do espaço da nova estação, previa que a área contaria com 4,5 mil m² (antes de 2,6 mil m²), sendo que tal espaço seria dividido entre dezessete laboratórios, biblioteca, ambulatório, área de convivência e acomodações para a equipe de pesquisadores e militares, sendo possível abrigar até 65 pessoas no verão e 35 no inverno (IPEA, 2018).

A partir de uma declaração conjunta entre Brasil e Argentina, em janeiro de 2011, foi ressaltado a importância da 34^o Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, que seria realizada naquele mesmo ano, em Buenos Aires, a qual marcaria os 50 anos da entrada em vigor do Tratado de Washington. Além do mais, ambas as partes colocaram os compromissos conjuntos de reforço da paz e das atividades científicas no continente austral, junto do desejo de aumentar ainda mais a cooperação bilateral para aquela região, instruindo as autoridades nacionais competentes a fazer um amplo aprofundamento desta cooperação bilateral sobre a temática, realizando trabalhos conjuntos, e coordenando suas posições sobre agenda durante as reuniões consultivas e no âmbito da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (BRASIL, 2011a). O segundo comunicado conjunto entre os dois vizinhos ocorreu ainda em 2011, em outra oportunidade da visita da presidente argentina ao Brasil, desta vez, apontaram com satisfação a última reunião consultiva do Tratado e novamente desejaram maior cooperação entre os países para o continente austral (BRASIL, 2011b).

Ademais, outro importante ator em matéria de cooperação para a Antártida, continuou sendo o Chile. Em abril de 2012, em visita do chanceler chileno, foi colocado que seria dado ênfase na cooperação antártica, diante da agenda bilateral durante a III Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Chile (BRASIL, 2012c). A cooperação e a solidariedade entre os dois países ficaram ainda mais evidentes após o episódio do incêndio na estação brasileira, quando por ocasião do Seminário Brasil-Chile, o ministro Antonio Patriota, do Ministério de Relações

Exteriores do Brasil, se pronunciou que:

Na Antártica, Brasil e Chile têm outro vasto campo de cooperação em pesquisa científica. O episódio do incêndio na Estação Comandante Ferraz, em fevereiro último, teria sido muito mais grave se não fosse a solidariedade do Chile. Ao iniciarmos neste mês de outubro a remoção dos destroços, para começar no próximo ano a reconstrução da estação, reitero a gratidão do Brasil e a minha pessoal pela generosidade das autoridades e dos peritos chilenos. A assinatura de um Acordo de Cooperação Antártica entre nossos Governos permitirá aprofundar nossa parceria também nessa esfera (BRASIL, 2012d, p. 55).

Tal discurso aponta para o aprofundamento das relações entre os dois países sobre a agenda antártica, gerando grande senso de solidariedade entre as nações. Tal cooperação seria ainda mais reforçada a partir da concretização do Acordo de Cooperação Antártica¹⁵ entre os dois países. Neste acordo primeiramente é reconhecido a importância do Tratado da Antártica, da cooperação científica e ambiental para o continente, e a cooperação já existente entre os dois Estados. O acordo coloca que as partes levantariam esforços conjuntos para aproveitar ao máximo as oportunidades de cooperação e buscaram, por meio da troca de informações, otimizar o emprego de recursos humanos e materiais, bem como melhorar o trabalho de pesquisa científica conjunto, sendo o acordo revisado anualmente. Também, o documento presume a cooperação científica, tecnológica, logística, educacional e com intercâmbio de pessoas, de informações e de aperfeiçoamento de pessoal, de logística, de tecnologia, além da realização de expedições conjuntas, sendo o acordo válido por tempo indeterminado (BRASIL, 2013b). Ainda, em 2016, ambos os países celebraram os avanços da cooperação entre os dois países em matéria antártica (BRASIL, 2016b). Por último, no sentido bilateral, o Brasil buscou a cooperação ambiental com a Nova Zelândia, principalmente no que diz respeito à preservação das baleias do oceano austral (BRASIL, 2013b).

Vale ressaltar que o Brasil sediou em Brasília, em 2014, a realização da XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártida. Em pronunciamento do Ministro da Defesa Celso Amorim, foi colocado a participação brasileira no continente, sua contribuição científica e sua adesão a todos os documentos jurídicos que compõem o STA, bem como a cooperação do país com outras partes membros do Tratado e a convergência sobre a exclusão de armas nucleares do Tratado e a intenção brasileira se assegurar uma região no Atlântico Sul livre de armas nucleares e propícia para a cooperação (AMORIM, 2016). Ainda, em 2016 o glaciologista Jefferson Simões, um dos principais cientistas na esfera do PROANTAR, ocupou a vice-presidência do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica, agregando visibilidade ao país em

¹⁵ O acordo pode ser lido na íntegra no link: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N112_1Sem_2013.pdf.

termos antárticos (IPEA, 2018).

Se faz essencial também colocar a inserção da Antártida no conceito do Entorno Estratégico Brasileiro, a partir da atualização da Política Nacional de Defesa lançado em 2012. O documento manteve a prioridade estratégica de defesa para a Amazônia e o oceano Atlântico, mas agora junto da América do Sul, Atlântico Sul, e países limítrofes da África, traria a Antártica para o conceito de entorno estratégico brasileiro (BRASIL, 2012b; MATTOS, 2014). Desta forma, o Brasil buscava também intensificar sua influência e sua liderança diplomática para a Antártida, bem como registrar seus interesses estratégicos no continente (FIORI, 2013 *apud* MATTOS, 2014).

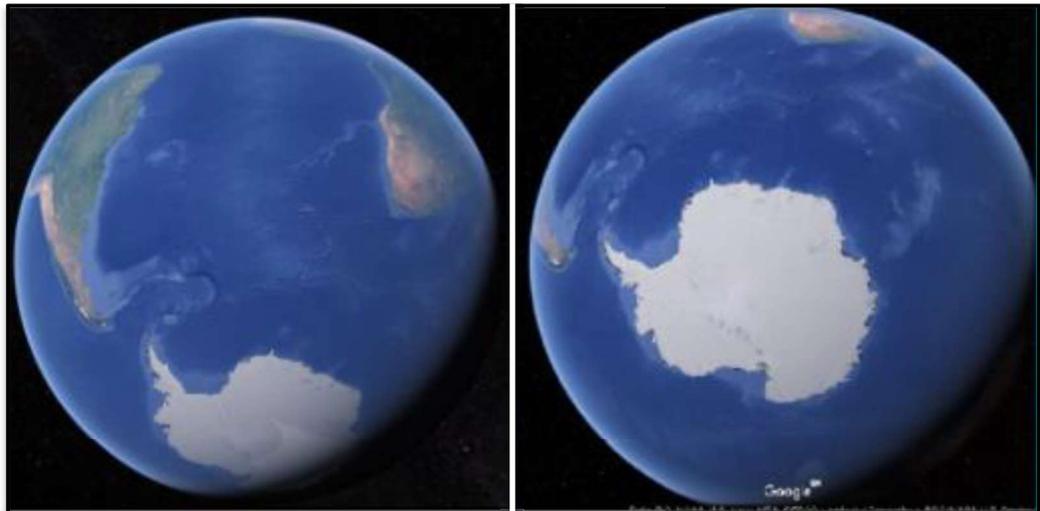
Outrossim, neste mesmo ano, foi lançado o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), o qual trouxe diferentes características geoestratégicas da região antártica. O livro, neste aspecto, destaca que as áreas marítimas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas além das águas jurisdicionais brasileiras (que são o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental), comporta também a região entre o Paralelo 16 norte, que diz respeito a costa oeste africana, o leste da América do Sul, o leste das Antilhas Menores e a Antártica (BRASIL, 2012a). O Livro Branco de Defesa Nacional (2012) ainda afirma que parte significativa da costa brasileira é atingida pelos ventos da região antártica e as correntes marinhas trazem recursos vivos, nutrientes e oxigênio para o litoral do país, o que influencia diretamente na costa da sua região sul, o que reflete na disponibilidade de pescado no litoral brasileiro.

Além do mais, o LBDN aponta que os processos internacionais sobre as decisões referentes ao destino da região antártica são significativos na inserção internacional do país (BRASIL, 2012a). Ademais, o Livro Branco (2012) afirma que a melhor rota para a Antártica é a rota do cabo da Boa Esperança, a qual também conecta o Atlântico Sul ao Oceano Índico. Neste ponto, é considerável a preocupação brasileira, visto que outros países poderiam estar ao redor da costa brasileira, no Atlântico Sul. Assim, torna-se inegável a relevância do tópico para o Brasil, visto que o mesmo possui a maior costa atlântica dentre os países limítrofes deste oceano. Com efeito, o Estado brasileiro possui interesse na paz e na segurança do Atlântico Sul, já que esse oceano possui áreas estratégicas, de rotas até o continente gelado, de circulação de navios estrangeiros, da vasta bacia petrolífera existente na plataforma continental (sobretudo após a descoberta do pré-sal) e, ainda, é onde está sua fronteira marítima e suas rotas comerciais, turísticas e de comunicação (IPEA, 2018).

Por último, a Antártica tem uma localização geográfica de magnitude no cenário

internacional. Isto se dá porque a posição do continente permite a localização de ataque aéreo em boa parte do globo, inclusive no próprio continente; pode permitir o controle das comunicações marítimas, principalmente aqueles existentes nas divisões entre os oceanos; e pode servir como base para operações estratégicas de aeronaves e de base logística (GARCÍA, 2005 apud HASHIMOTO, 2018). Portanto, a extensão e posição do continente antártico, como pode ser observado na Figura 3, é de importância geoestratégica inclusive para táticas de guerra.

Figura 3 - Posicionamento estratégico do continente antártico



Fonte: Google Earth (2022, S/p.) adaptado pelo autor.

Ao observar o globo, é perceptível a dimensão da posição e da extensão do continente antártico. Neste aspecto, o continente possui uma posição privilegiada quanto à América do Sul, à África, à Oceania e ao Sudeste Asiático. Além de fazer fronteira com o Oceano Atlântico, o Oceano Índico e o Oceano Pacífico. Fica evidente também sua proximidade com o Estreito de Drake e a Rota do Cabo, que são importantes rotas de navegação e de comércio internacional.

Por fim, em 2013 foi publicado o Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil de 2013 a 2022, o qual foi desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Este plano abrangia pesquisas sobre a conexão geológica, ambiental, oceanográfica e biológica entre a Antártida e a América do Sul (BRASIL, 2013c). Neste aspecto, tal plano tinha em termos políticos a meta de tornar o Brasil uma nação reconhecida internacionalmente pelo alto desempenho científico na região antártica e no oceano austral, assim como assegurar a permanência do país como membro consultivo do Tratado (BRASIL, 2013c).

A política antártica durante o governo Rousseff, conseqüentemente, mostrou-se ativa no sentido de buscar a consolidação de relações bilaterais para tal agenda, indo ao encontro da

política bilateral que vinha sendo desenvolvida, em especial para os países da região sul-americana, seguindo, então, as diretrizes do regionalismo. Além disso, o governo apresentou-se preocupado com o incêndio da estação, visto o início imediato da limpeza dos destroços e a instalação dos módulos emergenciais. Além do mais, por mais que em outros momentos a diplomacia de Dilma não tivesse sido ativa, para a Antártida o panorama parece ser outro, inclusive sediando a Reunião Consultiva e conseguindo ter representação brasileira em fóruns científicos antárticos. Na área científica ainda houve o lançamento do Plano de Ação para a pesquisa antártica, a qual permitiria uma melhor atuação do país sobre o tema, assim como permitiria uma melhor imagem do país no contexto internacional sobre a região austral. Por fim, a atribuição especial da busca pela paz e cooperação no Atlântico Sul, o respeito ao Tratado e seu aspecto positivo sobre não proliferação, aliado a inserção da Antártida como Entorno Estratégico Brasileiro, corroboram para a manifestação do continente austral como parte da perspectiva de segurança do país, enfocando ainda mais o continente antártico nas questões ambientais e de defesa do Brasil.

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, seu vice-presidente Michel Temer assumiu o poder em dia 31 de agosto de 2016. O novo presidente durante seu governo não deu a devida atenção às relações exteriores, apresentando poucos métodos para a inserção internacional do país (OLIVEIRA, 2018; MOREIRA, 2020). Tal aspecto da diplomacia de Temer corresponde ao jogo de poder, crise política e recessão econômica que o país passava, além dos casos de corrupção envolvendo integrantes do governo, gerando maior atenção do presidente para os problemas internos, visando a sobrevivência do seu mandato e correndo a imagem brasileira no âmbito internacional (STUENKEL, 2017).

Além disso, o governo denotou uma postura não pragmática ao questionar alianças internacionais dos governos anteriores, como o caso da Venezuela (OLIVEIRA, 2018; MOREIRA, 2020). Com efeito, as relações com este país foram danificadas após o governo brasileiro, junto de os outros membros do MERCOSUL, suspenderem o Estado venezuelano da organização por motivos de ruptura da ordem democrática, atrelado a isto, ambos os países tornaram os representantes diplomáticos de cada vizinho como *personas non gratas*, o que gerou tensão entre as duas nações, e houve ainda mais tensão após a iniciativa brasileira sobre o Grupo de Lima, em 2017 (OLIVEIRA, 2018; MOREIRA, 2020). Vale colocar, porém, que em alguns casos o pragmatismo seguiu no governo Temer, como na política exterior de orientação moderada para a China e sobre o conflito entre palestinos e israelenses, visando, por conseguinte, a defesa dos interesses econômicos do país, principalmente o setor de agronegócio,

o qual tinha um forte vínculo com o governo brasileiro (MOREIRA, 2020).

O Brasil teve pouca atividade proativa nos âmbitos multilaterais, atribuindo maior prioridade de participação apenas para o Mercosul e no âmbito do BRICS, visto a pauta de Temer circular a busca por um aumento no índice de comércio para o Brasil e busca por investimentos externos (OLIVEIRA, 2018; MOREIRA, 2020). Neste sentido, na alçada do Mercosul, o Brasil articulou-se de modo a dar continuidade, com mais afinco, ao acordo de livre comércio com a União Europeia (OLIVEIRA, 2018). No âmbito dos BRICS o objetivo foi buscar investimentos externos diretos, principalmente de grupos chineses, propondo inclusive medidas econômicas de concessões e privatizações no Brasil (OLIVEIRA, 2018; MOREIRA, 2020).

No CSNU, o Brasil também se mostrou apagado, tendo pouca ênfase para a democratização do Conselho (OLIVEIRA, 2018). Além do mais, o governo não queria alocar energia nos fóruns da OMC, pois não acreditava nos seus instrumentos, preferindo as relações bilaterais (OLIVEIRA, 2018). Deste modo, o país preferiu durante este período a aprimoração do comércio exterior e a atração de investimentos, como formas de driblar a crise econômica que permeava o país, privilegiado, todavia, apenas alguns setores sociais (OLIVEIRA, 2018; MOREIRA, 2020). Assim, o multilateralismo foi ficando à margem, com uma participação discreta nos organismos internacionais, ficando mais visível um bilateralismo de ordem mais precária, com poucos sucessos de parcerias bilaterais, até por influência da imagem do Brasil no mundo (OLIVEIRA, 2018).

As questões sobre direitos humanos e meio ambiente também foram percebidas com pouca atenção durante o mandato de Michel Temer, inclusive com acusações que prejudicavam a imagem do Brasil. No que condiz com os direitos humanos, a política de Temer foi criticada internacionalmente, devido a acusações elaboradas por ONGs, que denunciavam os decretos sobre as reformas trabalhistas, as quais poderiam colocar a população sob risco de trabalho análogo ao de escravo; já na questão ecológica, o desmatamento na região amazônica foi o principal motivo de críticas internacionais, visto a falta de políticas públicas internas voltadas para o fim do desmatamento (OLIVEIRA, 2018).

Desta forma, o mandatário apresentou uma diplomacia infértil, com poucos efeitos práticos, e extremamente voltada para a retomada do crescimento econômico. Assim, o país perdeu prestígio internacional e a atuação brasileira na mediação de conflitos foi perdendo espaço para as grandes potências (MOREIRA, 2020).

A política antártica para o período também não foi significativa, mas obteve ponto

importante com Portugal, além de outros contatos bilaterais. Com Portugal, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre cooperação antártica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Portuguesa, durante a XII CIMEIRA Brasil-Portugal, realizada em Brasília, em novembro de 2016. Tal memorando além de ter saudado o STA e previsto o fortalecimento da cooperação bilateral e dos laços de amizade histórica entre os dois países, colocava em suas cláusulas que os dois países deveriam cooperar ainda mais em matéria científica e logística, com troca de informações sobre suas pesquisas, objetivando não ter duplicidade de dispêndio de recursos, sendo a revisão anual da execução do memorando ter sido considerada obrigatória (BRASIL, 2016c). Ademais, o Memorando, muito próximo daquele Acordo desenvolvimento com o Chile durante o governo Dilma, considerava planos educacionais conjuntos em matéria de aperfeiçoamento das pesquisas, do pessoal e do material utilizado no continente, sendo colocado também o incentivo a criação de editais conjuntos para a execução entre os dois países, bem como o incentivo a realização de palestras, reuniões e outros meios para a aproximação entre seus respectivos programas antárticos (BRASIL, 2016c).

Com a vizinha Argentina foi afirmado, durante pronunciamento conjunto, a vontade dos países em continuarem com a política de aproximação entre os dois países para o continente gelado, tanto em matéria de cooperação logística quanto em matéria de pesquisa científica (BRASIL, 2016b). Além do mais, em encontros com as autoridades chilenas, foi reforçado a vontade de maior empenho para a cooperação antártica (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018).

A Política Externa do Brasil para a Antártida de Temer mostra-se, conseqüentemente, pouco desenvolvida, focando em encontros bilaterais e apresentando de mais relevante apenas o memorando de cooperação com o Portugal. Deste modo, a pouca vontade da diplomacia tanto bilateral quanto multilateral também mostra-se presente na política antártica de Temer, o que faz o país enfraquecer sua inserção internacional, inclusive para a Antártida. Em suma, o distanciamento das questões ambientais do mandato Temer e sua atenção maior ao âmbito interno também são incrementos para o afastamento das questões antárticas durante o seu governo.

Após Michel Temer, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2019 (até a atualidade). Sua diplomacia tem buscado romper com a diplomacia histórica do Itamaraty, principalmente dos aspectos envolvendo os dois gestores anteriores (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019; MOREIRA, 2020). O governo Bolsonaro tem como parte da sua diplomacia o americanismo ideológico, formado pelo alinhamento com os EUA sem contrapartidas que beneficiassem o país, argumentando que tal aproximação era baseada na

herança ocidental, democrática e liberal do país; além do mais, iniciou-se no Brasil uma nova maneira de se fazer política externa pelo presidente e seus dirigentes: por meio de redes sociais, as quais muitas vezes por meio de comentários polêmicos implica na deterioração da imagem do Brasil no exterior (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019, MOREIRA, 2020). Esta mesma particularidade de pronunciamento de oficiais brasileiros em redes sociais pode ser observada com o chanceler do governo, Ernesto Araújo, o qual por intermédio das redes sociais também busca a interação com grupos de direita e ultradireitas contemporâneos (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019). A diplomacia de Bolsonaro também se mostrou afastada em boa medida do pragmatismo, buscando tirar a ideologia da política externa por meio da inserção da sua própria ideologia (MOREIRA, 2020).

Exemplos da perda do pragmatismo estão presentes principalmente nas declarações e posicionamentos do governo perante o conflito entre a Palestina e Israel, quanto à China e sobre a vizinha Venezuela. No conflito árabe-israelense, o governo posicionou-se de maneira imprudente, ao fazer a promessa de mudança da Embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém, dando apoio ao lado israelense; todavia, esta declaração não foi para frente, devido à pressão de grupos internos, principalmente agro exportadores de carne de frango, os quais tinham receio de um possível fechamento de mercado (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019; MOREIRA, 2020). No caso com a China, houve entraves quanto a questão da visita de Bolsonaro a Taiwan, além do caso das negativas sobre a implementação da tecnologia 5G por uma empresa chinesa, bem como declarações em redes sociais que prejudicaram a relação dos países, sendo necessário a intervenção de outros membros do governo para melhorar a imagem brasileira e garantir a continuidade da parceria comercial com o gigante asiático (SARAIVA, SILVA, 2019, MOREIRA, 2020). No caso da Venezuela, o Brasil ficou alinhado com a política estadunidense, o qual apresentava um posicionamento contra o regime de Nicolás Maduro, de modo a fazer duras críticas ao governo venezuelano e também manifestando a possibilidade de um apoio logístico caso o governo norte-americano invadisse a Venezuela (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019; SARAIVA, SILVA, 2019).

O universalismo seguiu de maneira pouco ativa, sendo deturpado pelas preferências ideológicas do mandatário, aliado a isto se teve uma diminuição da participação brasileira no âmbito multilateral, inclusive com uma inclinação negativa, dado o abandono posicionamentos tradicionais e abandono de acordos sobre o meio ambiente e direitos humanos (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019). Sobre o meio ambiente, o Brasil viu sua imagem de protetor ambiental entrar em declínio, principalmente após a falta de atenção sobre as queimadas na

floresta amazônica e no pantanal, além da liberalização de agrotóxicos altamente nocivos à saúde e ao meio (AZZI *et al*, 2020). Outra questão foi a perda da proatividade brasileira nos fóruns ambientais e o detrimento de acordos comerciais, como o do Mercosul com a União Europeia, por conta da questão das queimadas, acontecimento este inclusive que gerou desentendimentos com a França (SARAIVA, 2019; AZZI *et al*, 2020). Outrossim, a maneira como o governo lidou com a pandemia do Covid-19 foi um empecilho à projeção positiva do país no cenário internacional, visto que o presidente tinha uma posição negacionista em relação ao vírus, minimizando sua gravidade e contrariando as recomendações da Organização Mundial da Saúde, ameaçando até abandonar tal organização (ALMEIDA *et al*, 2020). A projeção multilateral foi abandonada até no âmbito dos emergentes, caso este percebido com o desinteresse do governo pelos BRICS, principalmente após o distanciamento político entre o Brasil e a China (SARAIVA, 2019).

Dentro do subcontinente sul americano, a diplomacia de Bolsonaro declinou, tendo conflitos políticos e ideológicos com outros países da região, como Venezuela e Argentina, levando inclusive ao distanciamento da tradicional diplomacia brasileira de mediador de conflitos regionais (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019, SARAIVA, 2019). Além disso, as iniciativas de cooperação multilateral se deterioraram, em especial as com pautas sociais, securitárias e de infraestrutura, tendo resquícios apenas da cooperação comercial no contexto regional (SARAIVA, 2019). Nas questões securitárias a UNASUL foi desmantelada, sem nenhuma vontade de continuidade pelo governo Bolsonaro, sendo colocado no seu lugar, ainda de maneira muito singela, o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul), cujos membros apresentavam uma ideologia voltada para a direita (SARAIVA, 2019, ALMEIDA *et al*, 2020). No Mercosul, finalmente, no início do governo se teve uma continuação na busca pela formalização do acordo de livre comércio com a União Europeia, todavia, após a tensão diplomática entre Brasil e França e a questão do desmatamento na Amazônia, o acordo enfrentou dificuldades para ratificação (SARAIVA, 2019).

Desta forma, o governo Bolsonaro, a partir de diversas atitudes, distanciou a Política Externa Brasileira do seu tradicional modelo inserção internacional, obstruindo as cooperações multilaterais e bilaterais. Além disso, a imagem do país foi desgastada depois de tantas declarações polêmicas, retrocedendo em diversas agendas.

Referindo-se à Antártida, a diplomacia bolsonarista tem figurado de maneira ainda mais tímida do que a dos três governos anteriores. No âmbito bilateral, houve declaração conjunta com o Chile, apenas prestigiando a cooperação bilateral para a região antártica entre os dois

países (BRASIL, 2019a). E com a Índia, quando ambos os países declaram o interesse em estreitar a cooperação entre os seus respectivos programas antárticos, dando destaque a cooperação científica (BRASIL, 2020b).

Além do mais, em 2020, com a atualização da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, a Antártida seguiu sendo uma das áreas prioritárias para o Entorno Estratégico Brasileiro (BRASIL, 2020a). Nesta atualização ainda foi ponderado mais elementos sobre esta região, sendo adicionado o fato de a região deter significativas reservas de recursos naturais em um contexto global de escassez desses insumos; além da defesa dos fins pacíficos do continente, a defesa ambiental e a manutenção como patrimônio da humanidade; e, por último, o apoio que as Forças Armadas podem e devem dar para que o Brasil siga participando dos processos decisórios do Tratado de Washington (BRASIL, 2020a).

Já no dia 20 de janeiro de 2020, foi inaugurado a nova e moderna Estação Antártica Comandante Ferraz, tendo a presença do vice-presidente Hamilton Mourão no momento da inauguração. Vale apontar, entretanto, que os trâmites e a construção da nova estação brasileira haviam iniciado em 2015, com a assinatura do contrato, durando, desta forma, cinco anos até a sua construção e reequipagem completa (RAPAL, 2020; MARINHA DO BRASIL, 2020). Para a reconstrução da Estação foi levado em conta desde o início as peculiaridades climáticas e geológicas da Antártida, além de ter sido estudado o impacto ambiental da construção (MARINHA DO BRASIL, 2020). A partir de 2015, com a assinatura do contrato com a empresa estatal chinesa China Electronics Import and Export Corporation, deu-se início as fases de construção da obra, consistindo em quatro etapas: a primeira entre 2015 e 2016, teve como atividades o levantamento geológico e a logística dos materiais para a edificação; a segunda, entre 2016 e 2017, preparou o terreno para a instalação e executou a montagem dos blocos pré-moldados; a terceira fase, em 2017, foi o período de fabricação e pré-montagem dos pilares, estruturas e contêineres, bem como a logística e a catalogação destes componentes para a área da nova estação; enfim, a última fase, entre 2017 e 2018, foi dividida em duas etapas, de montagem dos blocos, conclusão da edificação dos módulos e reequipamento da EACF; houve ainda uma fase extra de testagem da estação e dos novos equipamentos (MARINHA DO BRASIL, 2020). A Figura 4 mostra a atual estação brasileira, a qual conta com laboratórios modernos, acomodação para pesquisadores e militares, bem como uma engenharia sustentável, que permite consumir menos combustíveis fósseis e água, assim como a utilização de energia renovável e a reutilização de insumos e de energia térmica liberada pelos diesel-geradores, sendo que para a construção desta moderna infraestrutura foi investido mais de US\$ 100

milhões de dólares (BRASIL, 2019b; MARINHA DO BRASIL, 2020).

Figura 4 – Atual Estação Antártica Comandante Ferraz¹⁶



Fonte: Marinha do Brasil (2020, S/p).

A política antártica do governo Bolsonaro, portanto, pouco se engajou nos temas antárticos, tendo como relevante apenas a reinauguração da EACF, a qual já vinha sendo projetada desde 2015, e a atualização da Política Nacional de Defesa e Estratégia. Tal política antártica, por conseguinte, pode ser observada com certo teor de desprestígio internacional, a partir do seu distanciamento com vários países, incluindo a Argentina, tradicional parceira para o continente antártico. Ressalta-se também o fato de ser pretendido que o próprio presidente fizesse a reinauguração da EACF, porém acabou desmarcando próximo da data de reinauguração, mostrando também seu pouco interesse sobre o tema. Por fim, outro fator de desprestígio do presidente para a Antártida foi o baixo investimento em pesquisa e ciência para a região, sendo que durante o seu mandato a PROANTAR beirou o encerramento das atividades por falta de verbas, sendo a falta de repasses um entrave para a continuidade da pesquisas, o que poderia prejudicar o status do país no continente, dado que as atividades de natureza científica são de caráter essencial para a manutenção do status de membro consultivo STA (ESCOBAR, 2018).

O paradigma logístico, em suma, desde a sua concepção e maior intensidade no governo Lula até seu declínio no governo Bolsonaro, mostrou-se ter uma política antártica mais presente nas relações bilaterais com outros membros consultivos do Tratado da Antártida. Vale ressaltar ainda a intensidade nas relações bilaterais com outros países emergentes, como Argentina, Chile

¹⁶ Mais fotos e informações podem ser visualizadas no site da Marinha do Brasil sobre a EACF, no site: www.mar.mil.br/estacao-antartica/

e Índia, além da cooperação mais intensa com os países da região sul-americana, dando as características do regionalismo. A busca estratégica por ciência e tecnologia reapareceu, ainda que não tão forte, neste período, com assinatura de acordos bilaterais que visavam a intensificação da cooperação técnico-científica entre as partes consultivas e a reconstrução de uma moderna estação para o desenvolvimento das atividades de pesquisa sobre a Antártica. Outro importante ponto é a inserção da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, o que revela a região como sendo relevante para a estratégia, inserção internacional e segurança do país. Todavia, a diplomacia deste hiato não se apresentou consistente nos fóruns multilaterais, sendo um assunto secundário na política brasileira. Enfim, com o intuito de resumir a política antártica brasileira durante o período logístico, abaixo é apresentado a tabela 3, onde estão os acontecimentos e ações do país para esse continente.

Tabela 3 – Resumo da Política Antártica Brasileira durante o Paradigma Logístico

Governo	Período	Ações da política externa brasileira para a Antártida
Luís Inácio Lula da Silva	1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011	<ul style="list-style-type: none"> – Declarações conjuntas bilaterais com Bulgária, Argentina, Chile e Nova Zelândia; – Declaração conjunta na IV Comissão Mista do Foro de Diálogo IBAS; – Compra do Navio Polar Almirante Maximiliano; – Publicação do livro didático para o ensino básico intitulado "Antártica: ensino fundamental e ensino médio"; – Lançamento do novo sistema de gestão ambiental na Estação Antártica Comandante Ferraz; – Entrada da brasileira Edith Fanta na presidência do Comitê Científico da CCAMLR.
Dilma Rousseff	1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016	<ul style="list-style-type: none"> – Incêndio da EACF e solidariedade internacional com o Brasil; – Início da remoção dos destroços do incêndio; – Início da construção da nova estação antártica brasileira; – Declaração e cooperação bilateral com Argentina, Chile e Nova Zelândia; – Continuidade da política ambiental para a Antártica; – Brasília como sede da XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica; – Ocupação do pesquisador brasileiro Jefferson Simões como vice-presidência do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica; – Assinatura do Acordo de Cooperação Antártica com o Chile; – Inserção da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro, em documentos oficiais como o Plano Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional; – Publicação do Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil de 2013 a 2022.
Michel Temer	31 de agosto de 2016 a 1º de janeiro de 2019	<ul style="list-style-type: none"> – Assinatura do Memorando de Entendimento sobre cooperação antártica entre Brasil e Portugal; – Declarações bilaterais conjuntas com Argentina e Chile.

<p>Jair Bolsonaro</p>	<p>1º de janeiro de 2019 a atualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Declarações bilaterais conjuntas com o Chile e com a Índia; – Atualização da Política Nacional de Defesa e Estratégia; – Reinauguração da nova Estação Antártica Comandante Ferraz.
----------------------------------	---	--

Fonte: Elaboração dos autores, **grifo nosso.**

Percebendo o baixo investimento do atual governo, o qual compromete a ciência antártica do país, no próximo tópico será apresentado dados sobre os investimentos nacionais para a Antártida. Tais dados são importantes tendo em vista que o próprio Tratado da Antártida coloca a pesquisa científica como fator preponderante no seu texto original.

5.2 Histórico do Orçamento Nacional Destinado à Ciência Antártica

O desenvolvimento e a pesquisa antártica, conforme visto anteriormente, são essenciais para a manutenção e elevação do *status quo* de um Estado no âmbito do STA, devendo os países manterem um desenvolvimento de pesquisas ativo e contínuo para o continente (SCAR, 2020). Neste sentido, pode-se inclusive visualizar uma divisão de quatro categorias no SCAR, as quais são baseadas no estágio de desenvolvimento do programa de ciência antártica de cada país, sendo estas respectivamente: contribuintes especiais, programas bem desenvolvidos e programas de estágio inicial¹⁷ (SCAR, 2020). O Brasil, neste aspecto, ocupa a categoria de “programas bem desenvolvidos”, o que significa que possui uma equipe de pesquisa multidisciplinar e produtiva no continente gelado (SCAR, 2020).

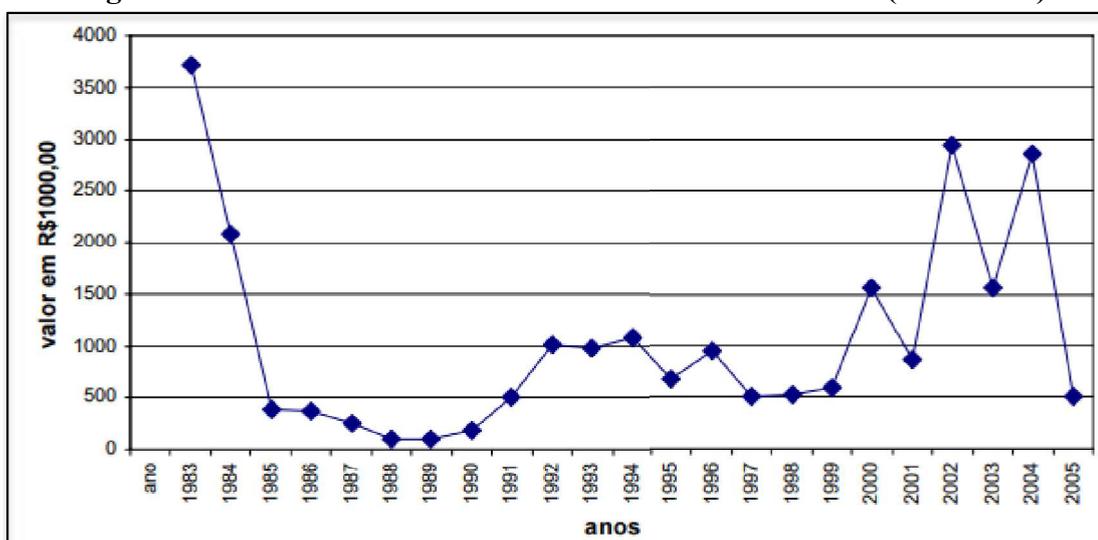
No Brasil, quem coordena a ciência antártica é o PROANTAR, cujo financiamento possui diferentes fontes de contribuição, dividido entre diferentes órgãos do governo federal. Dentre estes órgãos que contribuem para o desenvolvimento da ciência antártica estão o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; o CNPq e a Capes, vinculados ao MEC; a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS); e a Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, criada em 2007 (IPEA, 2018).

¹⁷ A categoria de “contribuintes especiais” diz respeito aos países que além de terem um excelente desenvolvimento científico para o continente, também demonstram a importância da região antártica dentro das suas prioridades nacionais, sendo considerado o tamanho dos seus programas antárticos. Já o nível de “programas bem desenvolvidos” refere-se aos países que possuem uma equipe de pesquisa multidisciplinar e produtiva na Antártida, incluindo ter uma base na Antártica, recursos logísticos e uma comunidade estabelecida de cientistas trabalhando em conjunto com a comunidade internacional. E o aspecto de “programas de estágio inicial” corresponde aos Estados que ainda estão ampliando seus programas nacionais e desenvolvendo os recursos necessários para atividades científicas no continente, os quais devem ter por objetivo o alcance do nível de “programa bem desenvolvido” (SCAR, 2020). A categoria de desenvolvimento dos programas antárticos e da ciência antártica de cada país pode ser visualizada no endereço: www.scar.org/about-us/members/detailed-information/

Os financiamentos das atividades são direcionados principalmente para o custo dos equipamentos, para as atividades de logística, para o fornecimento de alimentos, medicamentos, materiais de acampamento e vestimentas específicas para antártica. Além de ser direcionados para a manutenção de embarcações, aeronaves (helicópteros), veículos de apoio, geradores e maquinários e para a execução dos treinamentos pré-antárticos. Todos esses direcionamentos contribuem para o desempenho das atividades de pesquisa na região (IPEA, 2018).

Ainda no que diz respeito aos investimentos, os dois anos iniciais do PROANTAR contaram com investimentos relativamente altos (Figura 5), chegando a valores superiores a R\$ 3.5 milhões. Todavia, de 1985 até 1991 houve um débil investimento nas pesquisas, com valores não superando os R\$ 500 mil. Já na década de 1990, a partir de 1991, houve um aumento dos investimentos, porém ficando na faixa de R\$ 1 milhão. Na primeira metade da década 2000 os valores voltam a subir, porém de maneira instável, sendo o menor valor inferior a R\$ 1 milhão e o maior chegando à casa dos R\$ 3 milhões Ambiente (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2006). O alto investimento inicial pode ter sido por conta dos investimentos iniciais para o envio de expedição e construção da estação brasileira (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2006). No que se refere aos demais anos da segunda metade da década de 1980 e o início da década 1990, há uma falta de investimentos necessários para a execução das pesquisas, deixando um certo vácuo para o bom funcionamento do programa. E, conforme o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos nos anos 2000 há um incremento no valor devido à entrada de recursos providos do Ministério do Meio Ambiente (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2006).

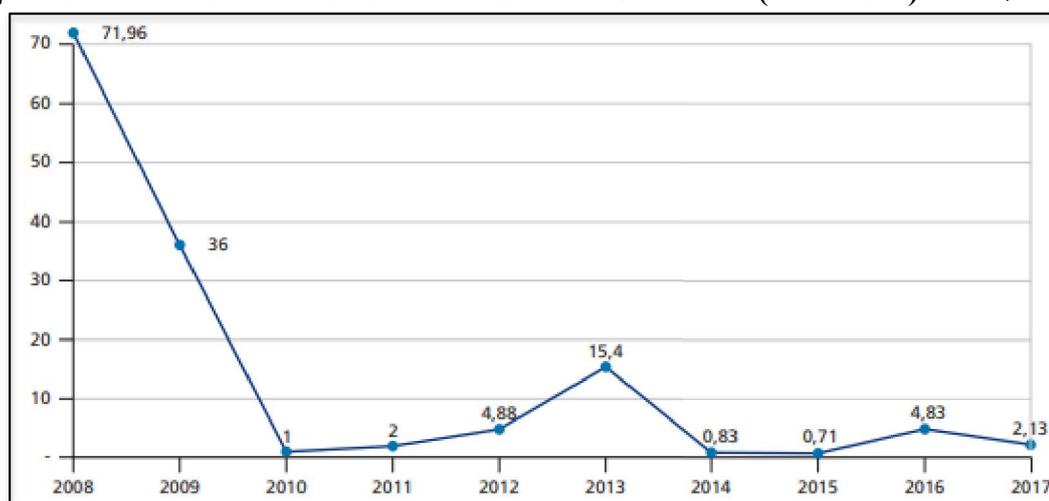
Figura 5 – Recursos Financeiros alocados no PROANTAR (1983-2005)



Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia (2006, p. 28).

Já no que se refere aos recursos destinados para a ciência antártica entre 2018 e 2017, os números são bastante superiores aos outros anos. Conforme a Figura 6, em 2008, por exemplo, os valores chegaram a R\$ 71,96 milhões. Depois houve uma drástica queda em 2009, porém ainda com um valor considerável e, em 2010, uma queda brusca, que chegou a R\$ 1 milhão. De 2011 a 2013 os investimentos voltaram a subir, chegando aos R\$ 15,4 milhões em 2013. Depois deste breve aumento, entretanto, houve queda nos investimentos e os valores não ultrapassaram os R\$ 4,83 milhões de 2016. Segundo o IPEA (2018), o alto valor de 2008 refere-se a compra do Navio Polar Almirante Maximiano (R\$ 71 milhões) e em 2009 o valor referia-se a equipamentos destinados para este navio (cerca de R\$ 10 milhões). O IPEA ainda argumenta que os investimentos foram realizados após convênio assinado entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) e a Marinha do Brasil. Ainda em 2009, outras quantias foram destinadas aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia antárticos (R\$ 12 milhões, provindos do MCTIC) e à Chamada CNPq/MCTI no 23/2009 no valor de R\$ 14 milhões (IPEA, 2018).

Figura 6 – Recursos financeiros alocados no PROANTAR (2008-2017) em R\$ milhões



Fonte: IPEA, 2018 (p. 40).

Além disso, é apontado pelo IPEA (2018) que em 2012 foram utilizados cerca de R\$ 4,2 milhões para a reposição dos equipamentos perdidos em decorrência do incêndio da EACF, em 2012. Já no que tange aos números de 2013, são justificados pela realização da Chamada MCTI/CNPq/FNDCT, na qual foram disponibilizados, para os vinte projetos selecionados, o montante de R\$ 13,8 milhões. Ademais, o IPEA (2018) aponta que em 2016 houve a compra de novos equipamentos científicos para os navios polares brasileiros e outras atividades de manutenção, que chegou à ordem de R\$ 4 milhões. Em 2017, por fim, foram destinados

aproximadamente R\$ 2,1 milhões oriundos do MCTIC e de emendas da Frente Parlamentar (IPEA, 2018).

Tais valores apresentaram-se de maneira instável ao longo do histórico do PROANTAR, o que não permite uma plena funcionalidade do programa, comprometendo o desenvolvimento das atividades científicas para o continente antártico, sendo estas atividades dependentes de um complexo arcabouço logístico e de infraestrutura, as quais requerem uma atenção mais plausível de um país de relevante influência no Atlântico Sul (IPEA, 2018). Além do mais, tal instabilidade afastaria o país dos seus objetivos na Antártida, como o prestígio internacional, visto a demanda do Tratado por investimentos em ciência para a Antártida (IPEA, 2018).

O débil investimento chega ao seu mais grave estágio em março de 2018, com depoimento de cientistas antárticos brasileiros argumentando que o PROANTAR corria o risco de encerrar suas atividades de pesquisa no continente (ESCOBAR, 2018). Essa falta de orçamento não permitiria a compra de equipamentos, de financiamento de projetos e bolsas, e a continuidade das atividades de logística no continente, o que colocaria em risco a imagem do país no âmbito do STA (ESCOBAR, 2018). Desta forma, a instabilidade dos investimentos e a falta de investimentos mais robustos prejudicam a pesquisa e a inserção internacional do país nos termos do Tratado da Antártida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antártida, historicamente, é um complexo caso geopolítico, tendo em vista a característica de ser o único continente terrestre sem um Estado soberano sobre seu território. Contudo, o continente austral há muito tempo desperta o interesse econômico e estratégico de diversos países ao redor do globo, desde a exploração dos insumos provenientes de mamíferos vivos, a descoberta de recursos minerais ou, ainda, a utilização da região como base estratégica em ofensivas militares. Isto mostra que esta complexa região não é isolada nem mesmo tão distante como se imagina, ainda mais com o constante incremento tecnológico de novos aparatos de transporte e navegação.

Ademais, o desenvolvimento do Tratado da Antártida e todos os seus protocolos e acordos adicionais que formam o Sistema do Tratado Antártico mostram que tal regime internacional não é estático, ele se adapta incluindo novas questões, inclusive de segurança internacional, no seu próprio âmago, como a relevante pauta ambiental que constantemente é vista dentro das preocupações mundiais. Vale colocar, no entanto, que embora o STA apareça como elemento estabilizador do continente com promoção da paz e da cooperação, ele não é uma fórmula exata para a resolução dos diferentes interesses dos atores mundiais, que podem levar a um conflito sobre a região. Tal aspecto fica evidente no próprio Tratado da Antártida ao colocar no seu artigo IV apenas o congelamento das reivindicações, sem excluir as declarações já pré-estabelecidas anteriores ao Tratado. Há ainda a revisão do Tratado de Madri, em 2048, que ocasionará na revisão sobre a exploração mineral no continente. Neste mesmo ponto, há países com intensa necessidade de insumos energéticos para a sustentação do seu projeto como potência, como os EUA, e ainda países que colocam a Antártida como continuidade natural do seu território inclusive em mapas escolares, aguçando a ideia de soberania sobre a região – vide o caso da Argentina. A região, então, mostra-se de importante componente de análise para as Relações Internacionais, pela sua atual conjuntura de paz e pelos eventuais acontecimentos que poderão ocorrer no futuro.

O Brasil, neste sentido, vem trabalhando o tema desde o governo de Juscelino Kubitschek, percebendo desde aquela época a relevância do continente no contexto mundial. Assim como colocou Cervo em seus estudos, o acumulado histórico dentro dos paradigmas pode ser de continuidade – ora temporárias ora permanentes –, ou de rupturas, dando prioridade a continuidade sobre a ruptura. Para a Antártida este modelo seguiu o mesmo padrão, com um misto de continuidade, rupturas, incremento de novos elementos e até mesmo sobreposição de perspectivas para o continente. Desta forma será apresentado em suma as considerações sobre

a Política Externa Brasileira para a Antártida diante de cada paradigma proposto e depois a relação entre eles na Política Exterior do país para o continente.

O primeiro paradigma, o nacional-desenvolvimentista, colocou o impulso da economia e o desenvolvimento do país como aspectos centrais na política externa do país, utilizando-se de diferentes meios para se chegar a tais objetivos. Com efeito, para a Antártida não foi diferente. Durante o governo de JK a busca pelo desenvolvimento e incremento tecnológico colocaram o país de modo atento nas questões mundiais de maneira que pudesse receber algum benefício de possíveis conjunturas. Tal aspecto é posto em prática no que se refere a Antártida, quando ocorreram os primeiros debates na ONU sobre o continente e quando ao não ser convidado para a Convenção de Washington, é enviado a nota diplomática para os EUA, sendo nesse período o início da participação brasileira nas questões antárticas.

Já nos governos de Jânio Quadros, João Goulart, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici não tiveram ações concretas para a Antártida. Todavia, percebe-se que elementos de suas respectivas diplomacias podem terem sido fatores contribuintes para o percurso de adesão do país no Tratado da Antártida. Isto porque os valores como busca pela paz, desarmamento, defesa da não-proliferação nuclear, universalismo, multilateralismo, busca pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia, vão ao encontro do que é constado no Tratado de Washington. Além do mais, o início da participação em fóruns internacionais, como a Estocolmo-72, durante o governo Médici pode ter corroborado para a decisão brasileira de aderir ao Tratado. Nestes governos militares ainda se teve a ambição de colocar o país em um patamar de potência média e regional, para que o Brasil pudesse melhor se articular e participar de maneira mais eficaz nas decisões internacionais.

No governo Geisel ocorreu a adesão do país ao Tratado, em 1975. A política externa de Geisel estava atrelada ao pragmatismo, o qual estaria incumbido de permitir uma maior participação do país no cenário internacional, fato este associado à sua inserção no STA. Além do mais, a inicial adesão do país estava pautada na possibilidade do aproveitamento dos possíveis recursos da região, principalmente como alternativa diante das crises do petróleo. Já durante o mandato de Figueiredo, houve um acréscimo do universalismo, ocasionando em um aumento da participação brasileiro nos fóruns internacionais, resultando na elevação para o status de membro consultivo do Tratado da Antártida e aderindo ao Comitê Internacional sobre Pesquisa Antártica. Além do mais, a cooperação em matéria de Antártida também foi percebida na política brasileira, com diversas declarações e planejamentos conjuntos com países da América Latina. A gestão de Figueiredo, por fim, criou organismos nacionais para lidar com a

ciência e a política antártica, como o PROANTAR, um momento simbólico e propositivo.

Posteriormente, na redemocratização, José Sarney apresentou uma política antártica participativa nos fóruns do STA, apoiado por uma diplomacia ativamente multilateral e universalista. Ademais, a presença diplomática para a Antártida ganhava força, com a continuidade e a robustez de uma postura de defensor ambiental., mas sem perder a perspectiva desenvolvimentista dos benefícios em recursos naturais que o continente poderia oferecer. Este posicionamento pró-ecológico é influenciado pela nova agenda ambiental de segurança internacional, o qual o país aplicou em outros momentos.

Em suma, a política antártica durante o período nacional-desenvolvimentista foi desenvolvida a partir de diferentes circunstâncias e interesses. Primeiro, uma fase de atenção à problemática antártica. Depois, uma segunda fase onde se tem um vácuo de ações e políticas para o continente. Por terceiro, uma fase de estudos da adesão e a própria adesão, considerando importante a inserção no STA por motivos de maior alastramento da diplomacia do país, além de questões de segurança sobre o Atlântico Sul. Todavia, é dada ênfase inicial em especial na possibilidade de beneficiamento dos recursos naturais da região, inclusive ponderando a Teoria da Defrontação da pesquisadora Therezinha de Castro. Outra questão neste momento é a aproximação com os vizinhos, principalmente a busca por melhores relacionamentos com a Argentina, o que muitas vezes gerava um receio brasileiro de exercer ações e políticas para o continente. Ademais, nesse período o caráter desenvolvimentista ficou atrelada a política antártica brasileira, com uma percepção de investimentos em ciência e tecnologia para o desenvolvimento interno do país, assim como a própria obtenção de recursos para este mesmo fim. Por fim, já no período da redemocratização, fica visível uma influência da conjuntura internacional sobre a diplomacia para antártica, a qual toma rumos de defensor ambiental do continente.

Já sob o paradigma normal, ocorreu uma política de afastamento de uma visão de desenvolvimento interno pela própria força estatal, dando ênfase nas forças do mercado como instrumentos para o desenvolvimento interno do país. A política antártica nesse período foi reduzida, todavia, houve um importante fator diplomático de consolidação da proteção ambiental do continente antártico. O governo de Fernando Collor teve em sua política a defesa ambiental em diferentes fóruns, como na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual resultou na agenda 21, tendo papel relevante do Brasil. Neste sentido, a política antártica apresentou fortes sinais de consolidação de uma inserção brasileira por meio da proteção ambiental, colocando a ecologia como assunto principal nos discursos brasileiros,

o qual deveria se sobressair sobre qualquer agenda de exploração dos recursos minerais. Neste governo a integração regional também foi prestigiada, o que gerou no plano antártico discursos conjuntos sobre o tema, além da entrada do país na RAPAL.

Durante o mandato de Itamar Franco, a diplomacia brasileira seguiu o histórico multilateralismo, universalismo, regionalismo. Neste sentido, o país articulou-se com diferentes países sobre o tema antártico, sobretudo com Argentina e Chile. Todavia, o governo não fez muito mais sobre a atuação brasileira para o continente, apresentando, então, uma diplomacia mais tímida para a Antártica.

No que se refere ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a diplomacia antártica apresentou-se de modo sutil, atuando principalmente por meios bilaterais por meio de comunicados conjuntos. Desta forma, durante a década de 1990 observou-se um distanciamento das questões antárticas como uma das prioridades políticas nacionais, inclusive sem apresentar reuniões da Conantar. Nesta mesma ruptura, percebe-se uma descontinuidade gradual da defesa ambiental do país para a Antártida.

O paradigma neoliberal também seguiu diferentes tendências nas suas políticas para a Antártida. O governo Collor apresentou considerável engajamento diplomático para o continente, inclusive com visita a EACF e consolidação de uma política ambiental para a região. Além do mais, as atividades bilaterais com os países da América do Sul passaram a também serem visualizadas de maneira multilateral no âmbito da RAPAL. A seguinte fase, com Itamar Franco, seguiu de maneira mais enfraquecida a questão ambiental, mas tem uma postura de aumentar a aliança com a vizinha argentina, ao apoiar a criação da Secretaria da Antártida em Buenos Aires. Esta fase, deste modo, é percebida como enfraquecimento da diplomacia ambiental, mas com uma postura positiva ao se posicionar em favor da vizinha Argentina. Por último, o governo de FHC não apresentou ações concretas e relevantes para o continente, tendo uma ação muito mais pautada em discursos bilaterais com outros Estados-membros do STA.

Partindo para o paradigma logístico, ocorreu uma política de retomada dos traços do Estado como promotor do desenvolvimento interno aliado as empresas nacionais neste processo, o qual pensa a inserção internacional como maneira de internacionalização da economia nacional. Assim, o país tem uma característica de buscas ganhos recíprocos no exterior, buscando aliados com perspectivas próximas de cooperação.

Neste aspecto, durante o mandato de Lula, teve maior aproximação com os vizinhos e em fóruns como o IBAS, indo ao encontro da cooperação sul-sul estipulada pela sua diplomacia. A questão ambiental neste cenário voltou a aparecer timidamente no quesito do lançamento do

novo sistema de gestão ambiental da EACF, mas sem maiores demonstrações. Um elemento deste período foi a revigoração dos investimentos concretos em pesquisa e educação, primeiro com a compra do navio para auxiliar na logística das pesquisas, e segundo, a publicação de um livro para o ensino básico sobre a presença do Brasil na Antártida. Ainda assim, a diplomacia de Lula para a Antártida não se mostrou tanto ativa.

No que condiz com a diplomacia antártica do governo Dilma, ocorreu uma política mais proativa. Dentre as atividades estão as relações bilaterais principalmente com os países sul-americanos, indo ao encontro da política regionalista do seu governo. Seu governo ainda tentou implementar uma política de Estado, com um Plano de Ação para a pesquisa antártica de 2013 a 2022, tendo como meta uma melhor inserção do país nas questões do continente. Foi no decorrer do seu governo também que a Antártica apareceu na política brasileira como sendo uma questão estratégica para a segurança e defesa do país, ao ser colocado como parte do Entorno Estratégico nos documentos oficiais do Estado brasileiro. A presidente ainda teve que lidar com o incêndio e a destruição da EACF, articulando-se para remediar os impactos ambientais, bem como buscou a implementação de módulos emergenciais, além de colocar a reconstrução de uma nova estação como uma ação imediata, o que mostra a sua preocupação sobre tal problemática.

O governo de Michel Temer, com uma diplomacia de caráter retraída, teve como importante somente um memorando assinado com Portugal. Além do mais, ocorreram outros dois pronunciamentos bilaterais, com Argentina e Chile. Deste modo, a política antártica de Temer não apresentou maiores contribuições para o continente.

Por último, o governo de Bolsonaro tem se distanciado ainda mais das questões que envolvem a região antártica. Sua política pouco pragmática, suas declarações controversas e a declinante imagem do país como promovedor da proteção ambiental, figuraram-se no âmbito da Antártida, sem ações concretas direcionadas para o continente. Sendo relevante apenas a atualização da Política de Defesa Nacional em 2020, a qual obteve mais observações sobre o continente antártico.

Foi identificado no paradigma logístico, por conseguinte, diferentes tipos de atenção ao tema antártico. Primeiro se teve um investimento em ciência e educação, principalmente cooperando com outros emergentes, posteriormente, há um aguçamento da política antártica ao colocar o continente como parte do entorno estratégico, dando um caráter oficialmente securitário ao tema, o qual se segue até o último governo do período. Além do mais, no período, se tem importantes acordos de cooperação com países emergentes, principalmente com o Chile,

mostrando a atenção inicial do paradigma com as relações de caráter sul-sul. Por fim, observa-se que o período de 2012 a 2021 foi de reconstrução da EACF, a qual havia incendiado e comprometido suas instalações. Sendo tal projeto um exemplo de eficiência ambiental, tecnológica e de logística nos termos do STA.

A Política Externa do Brasil para a Antártida, portanto, segue parcialmente os padrões dos paradigmas, visto que em determinados momentos se tem continuidade na política antártica, as vezes há ruptura e em outros momentos há diminuição ou incremento de determinado tipo de política. Isto pode ser observado em diferentes casos. Por exemplo, primeiro dentro do paradigma desenvolvimentista, quando inicialmente se tem uma preocupação em buscar recursos para desenvolvimento nacional, todavia ao final do paradigma se tem uma percepção de respeito ao Tratado, com incentivos a uma diplomacia mais atenta as questões ambientais como modelo de inserção do país. Por segundo, no paradigma normal, quando se inicia com uma consolidação da presença com viés de proteção ambiental e ao final já se tem um esvaziamento das políticas para o continente. Ou ainda, no paradigma logístico, quando se tem ensaios de maior ou menor intensidade das ações para o continente, em alguns casos com investimento em ciência e educação, outros com enfoque na cooperação bilateral, as vezes com percepções securitárias e outras com até o esvaziamento das discussões sobre o tema.

Todavia, pode-se perceber algum destaque maior de certas questões na política antártica de cada período. O paradigma desenvolvimentista apresentou-se com um foco principal ligado ao desenvolvimento, com busca de benefícios concretos do continente para o desenvolvimento interno do país. Enquanto que no paradigma normal, a questão diplomática sobre a questão ambiental para a inserção do país nos fóruns sobre a Antártida tomou maior robustez. Já no paradigma logístico, a atenção maior parece ter sido dada na reconstrução da EACF e nas questões de cunho securitárias e defesa no que se refere à Antártida, como forma de amadurecimento de uma política de segurança maior para o Atlântico Sul. Desta forma, a política externa para a Antártida parece se complementar ao longo dos anos, com a questão desenvolvimentista, de inserção diplomática e defesa ambiental, e segurança e defesa articulando-se no decorrer dos anos. Não obstante, esta complementação involuntária não é tão benéfica, pois deixa lacunas, dado que a falta de uma real política de Estado para o continente acarreta que a política antártica e mesmo o PROANTAR dependam de políticas de governo, gerando instabilidade no decorrer dos anos.

O que se nota em comum nas diplomacias direcionadas ao continente antártico é o regionalismo, o qual fica evidente na preferência brasileira pela cooperação com os países da

região sul-americana para Antártida, principalmente com o Chile e com a Argentina. Este regionalismo para a Antártida fica evidente também nas obras de Therezinha de Castro, a qual colocava que o Brasil deveria reivindicar um espaço na Antártida em conjunto com seus vizinhos sul-americanos. Desta forma, a cooperação e a solidariedade com os países da América do Sul para Antártida mostram-se até o momento como parte da política antártica brasileira, inclusive com a participação do país nas reuniões da RAPAL.

O que se percebe também é que depois de estabilizado o STA, sem maiores debates políticos sobre o tema, a Política Exterior do país, a partir do início da década de 1990, mostrou-se principalmente voltada para a cooperação bilateral, principalmente em ciência e tecnologia, conforme inclusive é requisitado no Tratado da Antártida. Além do mais, o Brasil por mais que em alguns momentos direcionasse maior ou menor energia para o STA, deu continuidade ao respeito aos instrumentos jurídicos do STA, aderindo a diferentes protocolos, convenções e acordos, sendo inclusive elogiado por ONGs e tendo pesquisadores a frente de importantes organismos antárticos internacionais, sobretudo científicos. Assim, o país ganha certo prestígio diante do Sistema Internacional, já que colabora para o bom funcionamento do Sistema Antártico. Consequentemente, o Brasil percebe que a inserção internacional e respeito aos Tratados é uma via para a sua melhor projeção no SI.

Outrossim, a história da Política Externa Brasileira para a Antártida vem sendo assegurada no fator de segurança nacional, com proteção do Atlântico Sul, das reservas de recursos naturais, dos seus fios de comunicação, das suas rotas comerciais e turísticas, contra possíveis ameaças extrarregionais, que poderiam gerar instabilidade na região. Além disso, o país tem como interesse geoestratégico a defesa do ambiente antártico, já que as modificações no meio antártico afetam largamente o território brasileiro, principalmente a costa sul do país. Assim, além do país estudar as alterações climáticas e biológicas do continente antártico que afetam o país, desenvolve seu campo científico, o que pode ajudar a prevenir futuros problemas climáticos que podem afetar a vida da sua população, como a disponibilidade de pescado no litoral brasileiro.

Embora se cumpra também afirmar que o conceito paradigmático de Cervo tem uma perspectiva muito mais econômica, fazendo com que as ações estatais circulem sobre esta área, o conceito é perspicaz, visto que o posicionamento no jogo de poderes internacional passa principalmente pelo nível de desenvolvimento econômico de cada país, ficando todos os outros debates em segundo plano e dependentes do bom desempenho do primeiro. Este mesmo caso é aplicado sobre a pesquisas e ciências antárticas. Com efeito, os programas antárticos dos

diversos países membros do STA dependem do desempenho econômico dos seus países para que possam exercer melhor sua funcionalidade no continente. Assim, nota-se que para um Estado chegar a um nível de tecnologia e desempenho satisfatória na ciência antártica a boa vontade não basta, é necessário um bom amparo econômico proveniente do desenvolvimento interno do país.

Por fim, percebe-se o relativo baixo investimento nos assuntos antárticos no âmbito do PROANTAR. Além do que, se tem uma instabilidade para os orçamentos do Programa Nacional Antártico. Este fator acarreta no mal funcionamento do Programa e até a possibilidade do encerramento das suas atividades, o que pode levar ao distanciamento dos objetivos do Brasil no continente, deteriorando a sua projeção. Isto posto, sugestiona-se a elaboração de uma política de Estado ao que se refere aos investimentos da política nacional para a Antártica, como modo de garantir a plena e melhor realização das atividades no continente austral.

7. REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: FUNAG; São Paulo: Unesp, 2016.

ALMEIDA, Gustavo Mendes de *et al.* Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional. In.: **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia**. Observatório Política Externa Brasileira, São Bernardo do Campo – SP, 2020, p. 21-30. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17340.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ATTENBOROUGH, David. *Our Planet – Frozen Worlds*. Netflix, 2019. Produzido e dirigido por Sophie Lanfear.

AZZI, Diego *et al.* A política externa bolsonarista e o agravamento de um Brasil insustentável. In.: **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia**. Observatório Política Externa Brasileira, São Bernardo do Campo – SP, 2020, p. 81-94. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17340.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

BARBOSA, João Paulo. **Apresentação: Antártica museu virtual**. S/d. Disponível em: <<http://antartica.museuvirtual.unb.br/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 19 jan 2022.

BARRAL, Welber. **Direito Internacional: normas e práticas**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. 1ª Ed. Brasília: FUNAG, 2012.

BRASIL. Decreto Nº 75.963, de 11 de julho de 1975. **Promulga o Tratado da Antártida**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 24. Janeiro, fevereiro e março de 1980. Brasília, DF. 1980a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_24_jan_fev_mar_1980.pdf>. Acesso em: 06 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 26. Julho, agosto e setembro de 1980. Brasília, DF. 1980b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_26_jul_ago_set_1980.pdf>. Acesso em: 07 dez 2021.

BRASIL. Decreto Nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982. **Cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e dá outras providências**. Brasília, DF. 1982a.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86829.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982. **Atribui à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e dá outras providências.** Brasília, DF. 1982b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1982/d86830.html>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Jan. fev. mar. 1982. Brasília, DF. 1982c. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_32_jan_fev_mar_1982.pdf>. Acesso em: 02 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 34. Julho, agosto, setembro. 1982. Brasília, DF. 1982d. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_34_jul_ago_set_1982.pdf>. Acesso em: 08 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 38. Julho, agosto e setembro de 1983. Brasília, DF. 1983. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_38_jul_ago_set_1983.pdf>. Acesso em: 06 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 41. Abril, maio, junho. 1984. Brasília, DF. 1984. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_41_abr_mai_jun_1984.pdf>. Acesso em: 08 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 45. Março, abril, maio, junho de 1985. Brasília, DF. 1985a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_45_mar_abr_mai_jun_1985.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 46. Julho, agosto, setembro de 1985. Brasília, DF. 1985b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_46_jul_ago_set_1985.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 50. Julho, agosto, setembro de 1986. Brasília, DF. 1986a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_50_jul_ago_set_1986.pdf>. Acesso em: 09 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Nº 51. Outubro, novembro, dezembro de 1986. Brasília, DF. 1986b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_51_out_nov_dec_1986.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 93.935, de 15 de janeiro de 1987. **Promulga a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos**. 1987a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93935.htm>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 55. Outubro, novembro, dezembro de 1987. Brasília, DF. 1987b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_55_out_nov_dec_1987.pdf>. Acesso em: 09 dez 2021.

BRASIL. Decreto 94.401, de 3 de junho de 1987. **Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos**. Brasília, DF. 1987c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94401.htm>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 54. Julho, agosto, setembro de 1987. Brasília, DF. 1987d. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_54_jul_ago_set_1987.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 59. Outubro, novembro, dezembro de 1988. Brasília, DF. 1988b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_59_out_nov_dec_1988.pdf>. Acesso em: 09 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 62. Julho, agosto, setembro de 1989. Brasília, DF. 1989a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_62_jul_ago_set_1989.pdf>. Acesso em: 10 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 63. Outubro, novembro, dezembro de 1989. Brasília, DF. 1989b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_63_out_nov_dec_1989.pdf>. Acesso em: 10 dez 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 67. Outubro, novembro, dezembro. Brasília, DF. 1990a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_67_out_nov_dec_1990.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 66. Julho, agosto, setembro. Brasília, DF. 1990b. Disponível em: <[funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_66_jul_ago_set_1990.pdf](https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_66_jul_ago_set_1990.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 66, de 18 de março de 1991. Promulga a Convenção Para a Conservação das Focas Antárticas, concluída em Londres, a 1º de junho de 1972. 1991a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0066.htm>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 68. 1º semestre de 1991. Brasília, DF. 1991b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_68_jan_jun_1991.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 69. 2º semestre de 1991. Brasília, DF. 1991c. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_69_jul_dec_1991.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 72. 1º semestre de 1993. Brasília, DF. 1993. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_72_jan_jun_1993.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 74. 1º semestre de 1994. Brasília, DF. 1994. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_74_jan_jun_1994.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 78. 1º semestre de 1996. Brasília, DF. 1996a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-n78-1sem-1996.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 1.791, de 15 de janeiro 1996. Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1791.htm>. Acesso em 15 fev. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 2.742, de 20 de agosto de 1998. Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2742.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 87. 2º semestre de 2000. Brasília, DF. 2000. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N87_2Sem_2000.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 88. 1º semestre de 2001. Brasília, DF. 2001a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N88_1Sem_2001.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 89. 2º semestre de 2001. Brasília, DF. 2001b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N89_2Sem_2001.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 96. 1º semestre de 2005. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N96_1Sem_2005.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Antártica: ensino fundamental e ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/683/4/Ant%c3%a1rtica_ensino%20fundamental%20e%20ensino%20m%c3%a9dio.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 100. 1º semestre de 2007. Brasília, DF. 2007a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N100_1Sem_2007.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 101. 2º semestre de 2007. Brasília, DF. 2007b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N101_2Sem_2007.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 105. 2º semestre de 2009. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/resenha105_2_2009.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 107. 2º semestre de 2010. Brasília, DF. 2010a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/resenha107_2_2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Antártico Brasileiro implanta novo sistema de gestão ambiental**. Brasília: 2010b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/programa-antartico-brasileiro-implanta-novo-sistema-de-gestao-ambiental>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 108. 1º semestre de 2011. Brasília, DF. 2011a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha108_1Sem_2011.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 109. 2º semestre de 2011. Brasília, DF. 2011b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha109_2Sem_2011.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf>. Acesso em 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 110. 1º semestre de 2012. Brasília, DF. 2012c. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/resenha110_1Sem_2012.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 111. 2º semestre de 2012. Brasília, DF. 2012d. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N111_2Sem_2012.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Participação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS - **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - Montevidéu, 14 a 16 de janeiro de 2013**. 2013a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-vii-reuniao-ministerial-da-zopacas>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 112. 1º semestre de 2013. Brasília, DF. 2013b. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N112_1Sem_2013.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ciência Antártica para o Brasil: Plano de Ação 2013-2023**. 2013c. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/inctcriosfera/arquivos/231154.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri**. 2ª Ed. Brasília: SECIRM, 2016a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/tratado-protocolo-madri.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 118. 1º semestre de 2016. Brasília, DF. 2016b. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha-1-2016.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 119. 2º semestre de 2016. Brasília, DF. 2016c. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha-2-2016.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 120. 1º semestre de 2017. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N120_1sem_2017.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 123. 2º semestre de 2018. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_n_123_segundo_semestre_de_2018.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 124. 1º semestre de 2019. Brasília, DF. 2019a. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/RESENHA_124_-_Primeiro_Semestre_de_2019.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

BRASIL. Governo do Brasil. Notícias. **Nova Base Comandante Ferraz recebeu US\$ 100 milhões em investimentos**. 2019b. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2019/11/nova-base-comandante-ferraz-recebeu-us-100-milhoes-em-investimentos>>. Acesso em 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Nº 126. 1º semestre de 2020. Brasília, DF. 2020b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/Resenhan126PrimeiroSemestre2020.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. SECIRM – PROANTAR. Sobre. S/d. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/sobre>>. Acesso em: 01 dez 2021.

BUZAN, Barry; HANSEN Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security, a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

CANANI, Ney. **Política externa no governo Itamar (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

CARPES, Mariana Montez. **A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas**. Domínio tecnológico como estratégia de inserção internacional. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC-Rio. 2006. Disponível em:

<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9614@1>>. Acesso em: 27 dez. de 2021.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. (Org.). **Atlas de relações**

internacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CASTRO, Therezinha de. Antártica: o assunto do momento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 142, p. 42-49, jan./fev. 1958.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Antártida.** Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1976.

CASTRO, Therezinha de. O Atlântico Sul: contexto regional. *Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros*, Rio de Janeiro, V. 84, Nº 714, p. 91-108, 1984.

CASTRO, Therezinha de. Antártica. Rio de Janeiro: *Escola Superior de Guerra*, 1998.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2021.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional:** Formação dos conceitos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

COUNCIL OF MANAGERS OF NATIONAL ANTARTIC PROGRAMS (COMNAP). Antarctic Information. S/p. Disponível em: <<https://www.comnap.aq/antarctic-information/>>. Acesso em: 23 maio 2021.

COSTA, João Frank da. Antártida: o problema político. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 1. nº 4, p. 76-99. 1958.

COSTA, João Frank da. Antártida: o problema político. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 2. nº 5, p. 78-89. 1959.

COSTA, João Frank da. Antártida: o problema político. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 3. nº 11, p. 118-131. 1960.

DAVID, Charles Philippe. **A Guerra e a Paz:** Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

DAY, David. *Antarctica: a biography.* United Kingdom: Oxford University Press, 2013.

DODDS, Klaus. Antarctic geopolitics. In: DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica.* United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 199-216.

ELZINGA, Aant. The continent for science. In: DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica.* United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 103-124.

ESCOBAR, Herton. Crise ameaça pesquisa do país na Antártida. **Estadão**, São Paulo, 23 de março de 2018. Ciência, S/p. Disponível em: <<https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-ameaca-pesquisa-do-pais-na-antartida,70002239045>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FERREIRA, Felipe Rodrigues. *O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/609-Sistema_do_tratado_da_Antartica_O.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

FRANCIONI, Francesco. VIGNI, Patrizia. Territorial claims and coastal states. In: DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 241-254.

FRANCO, Alvaro da Costa. **Documentos da política externa independente – Volume 2**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-416-documentos_da_politica_externa_independente_volume_2>. Acesso em: 05 jan. 2022.

GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLENN, Jerome C.; FLORESCU, Elizabeth. Environmental Security Rising on the International Agenda. **Development, Environment and Foresight**. 2015, Vol. 1, Nº 1, p.6-23. Disponível em: <<http://def-journal.eu/index.php/def/article/view/3/3>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GOOGLE EARTH. 2022. S/p. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-52.92415606,-10.62157921,-13565.60954455a,17410033.90206814d,35y,355.12845862h,0t,0r>>. Acesso em: 18 de jan. 2022.

GONZÁLEZ, Enric. Argentina se torna um gigante geográfico. **El País**, Buenos Aires, 29 set. 2020. Internacional. S/p. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-29/argentina-se-torna-um-gigante-geografico.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

HASHIMOTO, Flávio Henrique Navarro. Geopolítica da Antártica: a atuação do Brasil no continente de gelo. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro. Ano 14, v. 16, nº 30 Julho/Dezembro 2018. Disponível em: <<https://revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/288>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

HAWARD, Marcus. The originals: the role and influence of the original signatories to the Antarctic Treaty. In: DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 232-240.

HOWKINS, Adrian. Politics and environmental regulation in Antarctica: a historical perspective. In: DODDS, Klaus; HEMMING, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 337-350.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O Brasil na Antártida: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no Entorno Estratégico Brasileiro**. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2018. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2425.pdf >. Acesso em: 13 maio 2021.

JESUS, Dennis Teixeira; SOUZA, Haynee Trad. As atividades da Marinha do Brasil na Antártica. *Oecol. Bras.*, Rio de Janeiro, v. 11 (1): 07-13, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/download/8054/6498>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International Organization*. Vol. 36, issue 2, Spring 1982, p. 185-205. Disponível em: <<http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/krasner%201982.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Mariana. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim OPSA**, N. 1, Jan./Mar., 2019. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MARINHA DO BRASIL. **Estação Antártica Comandante Ferraz**. 2020. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/estacao-antartica/>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MATTOS, Leonardo Faria de. A inclusão da Antártica no conceito do Entorno Estratégico Brasileiro. **Rev. Esc Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165-191, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000001/000001c4.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Avaliação Preliminar do Programa Antártico Brasileiro**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/29proantar_Rel_final_e_resumo_executi>

vo_6430.pdf/31f0c143-9e90-48a6-879f-16d0b3d6e53a?version=1.0>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MORAIS, Raquel. Tribunal Militar condena sargento por incêndio em base da Antártica. **G1**, Distrito Federal, 13 de maio de 2016. Notícia, S/p. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/tribunal-militar-condena-sargento-por-incendio-em-base-da-antartica.html>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. Continuidades e discontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na Política Externa Brasileira (2016-2020). **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, Vol.11, 2020.

NASCIMENTO, Victor de Matos. A política externa do governo Lula para a agenda ambiental: uma análise à luz de teorias de processo decisório. **Revista Conjuntura Global**, V. 9, n. 2, p. 180-196, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/76367/42331>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

NAVAL. Navios de Guerra Brasileiro. NPo Almirante Maximiano. S/d. S/p. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/ngb/A/A128/A128.htm>>. Acesso em 21 de fev. 2022.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. *Fronteira*. Fronteira, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 296 - 309, 2º sem. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

RAPAL. **Inauguração da nova Estação Antártica Comandante Ferraz**. Argentina, outubro de 2020. Disponível em: <https://rapal31.cancilleria.gob.ar/userfiles/document/di04_brasil_inauguracao_eacf.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750 - 2016)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROBERTS, Peder. The politics of early exploration. In: DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 318-336.

SANTOS, Roberta Preussler dos. Política externa ambiental brasileira: os governos FHC e Lula. Monografia, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/166150>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Revista de Relações Internacionais**, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), v. 44, dezembro, 2014, p. 25-35. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes. SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. ? **Revista de Relações Internacionais**, Instituto de

Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), v. 64, dezembro, 2019, p. 117-137. Disponível em:
<http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf>.
Acesso em: 01 fev. 2022.

SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH (SCAR). Welcome to The Scientific Committee on Antarctic Research (index). 2020. S/p. Disponível em:
<<https://www.scar.org/>>. Acesso em: 16 set. 2021.

SECRETARÍA DEL TRATADO ANTÁRTICO (STA). Partes. S/p. Disponível em:
<<https://www.ats.aq/devAS/Parties?lang=s>> . Acesso em: 17 set. 2021.

SCOTT, Shirley V. Three waves of Antarctic imperialism. In: DODDS, Klaus; HEMMING, Alan D.; ROBERTS, Peder. (Orgs.). *Handbook on the Politics of Antarctica*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. P. 37-49.

STUENKEL, Oliver. Resgatar o papel externo do Brasil: Se uma candidatura moderada vencer em 2018, o país poderá recuperar sua forte atuação externa perdida sob Rousseff e Temer. *El País*, Brasília, 12 dezembro de 2017. Opinião, S/p. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/opinion/1513100046_043537.html>. Acesso em: 04 fev. 2022.

TERRITORIAL Claims. **British Antarctic Survey**: Discovering Antarctica. Disponível em:
<http://discoveringantarctica.org.uk/wp-content/uploads/2016/02/territorial_claims.pdf>.
Acesso em: 16 set. 2021.

TREVISAN, Miryam Colacrai de. *El Ártico e la Antártida: Su rol en las relaciones internacional y su relevancia desde la perspectiva ambiental*. 1 Ed. Rosario: CERIR/CECAR, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/10592>>. Acesso em 28 de jan. de 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **A Antártida no Sistema Internacional**: análise das relações entre atores estatais e não-estatais com base na perspectiva da questão ambiental. São Paulo: Hucitec, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1975)**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.